



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Ciências Sociais

Carlos Henrique Alves Moura

A sociologia no ensino médio: editais do PNLD 2018 e 2021

Rio de Janeiro

2022

Carlos Henrique Alves Moura

A sociologia no ensino médio: editais do PNLD 2018 e 2021



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Profa. Dra. Helena Maria Bomeny Garchet

Coorientadora: Profa. Dra. Julia Polessa Maçaira

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

M929 Moura, Carlos Henrique Alves.
A sociologia no ensino médio: editais do PNLD 2018 e 2021 / Carlos Henrique
Alves Moura. – 2022.
116 f.

Orientador: Helena Maria Bomeny.
Coorientador: Julia Polessa Maçaira.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto
de Ciências Sociais.

1. Ensino médio – Teses. 2. Programa Nacional do Livro Didático (Brasil) –
Teses. 3. Livros didáticos – Teses. I. Bomeny, Helena Maria. II. Maçaira, Julia
Polessa. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências
Sociais. III. Título.

CDU 301(075.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Carlos Henrique Alves Moura

A sociologia no ensino médio: editais do PNL D 2018 e 2021

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 21 de fevereiro de 2022.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Helena Maria Bomeny (Orientadora)
Instituto de Ciências Sociais – UERJ

Prof.^a Dra. Julia Polessa Maçaira (Coorientadora)
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof.^a Dra. Raquel Balmant Emerique
Instituto de Ciências Sociais – UERJ

Prof. Dr. Amaury Cesar Moraes
Universidade de São Paulo

Rio de Janeiro

2022

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família, e aos companheiros que se propõem a defender a universidade pública, em especial a sociologia.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é resultado de um longo, intenso e difícil processo de escrita, e sua confecção não teria sido possível sem a cooperação e compreensão de muitas pessoas. Durante esse período da pandemia do COVID-19 todos nós ficamos abalados, com as nossas rotinas drasticamente alteradas, a adaptação aos cursos remotos foi um grande desafio. A escrita da dissertação sem a vivência cotidiana do ambiente universitário se mostrou extremamente complicada, principalmente pela falta de acesso à biblioteca. Diante de todas essas dificuldades, esta pesquisa só aconteceu graças ao apoio de familiares e pessoas queridas que me incentivaram.

Agradeço, primeiramente, aos familiares mais próximos e amados, entre eles à minha avó Edluzia Alves, à minha mãe Mônica Alves, ao meu irmão Yuri Alves e à minha noiva Larissa Figueiredo, que tiveram toda a paciência do mundo, bem como palavras acolhedoras e motivadoras. Sem dúvidas o otimismo e o apoio da Larissa tornaram possível este projeto, sua absurda boa vontade em estar comigo, e em me ouvir, tornaram esse processo menos doloroso.

Agradeço aos amigos próximos que de alguma forma me ajudaram, seja com algo relativo à dissertação ou com a oportunidade de vivenciar bons momentos.

Agradeço à minha orientadora, Doutora Helena Bomeny. As reuniões de orientação, as discussões no nosso grupo de pesquisa, as críticas ao meu trabalho, e as modificações por ela realizadas, foram momentos de aprendizado e de evolução. Concluo esse mestrado com a certeza de que a professora Helena teve para comigo uma paciência acima do aceitável.

À Doutora Julia Polessa Maçaira. Não tenho dúvidas de que o seu apoio foi fundamental para que eu pudesse escrever esta dissertação. Arrisco dizer que suas críticas, seus apontamentos, suas sugestões, e seus direcionamentos foram o que tornou possível a defesa desta pesquisa em tempo hábil. Agradeço por me incorporar ao seu grupo de estudos, e por fazer de mim um orientando. Em momentos que me senti extremamente perdido, foi a professora Julia quem apontou a direção correta para a pesquisa.

À universidade pública, neste caso a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPCIS), pelos momentos de aprendizagem. Um agradecimento especial ao técnico universitário Wagner Aguiar de Souza, sempre disposto a resolver os problemas dos alunos da forma mais rápida possível.

Aos professores Amaury Cesar Moraes e Raquel Emerique, por aceitarem fazer parte da banca de defesa desta dissertação.

À querida amiga Dra. Leone Campos, sempre presente comigo nos momentos mais complicados de escrita, com sugestões inestimáveis.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que financiou esta pesquisa.

O agradecimento à todas as pessoas aqui citadas, são o reconhecimento de que sem vocês nada seria possível.

“A utopia está lá no horizonte. Aproximo-me dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.”

Eduardo Galeano citando Fernando Birri

RESUMO

MOURA, Carlos Henrique Alves. **A sociologia no ensino médio**: editais do PNLD 2018 e 2021. 2022. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

O Novo Ensino Médio, proposto pelo Governo Federal no ano de 2017, trouxe mudanças significativas na organização deste segmento da educação básica. Para sua total implementação, o ensino médio e todas as políticas públicas relativas que o cercam precisarão estar de acordo com as diretrizes propostas pela lei 13.415/2017, e também com a Base Nacional Comum Curricular. Em vista dessas mudanças, se fez necessário que os livros didáticos adquiridos através do edital do PNLD também sofressem mudanças. Diante desta situação, nos propusemos a analisar o edital do PNLD do ano de 2018, anterior à reforma do ensino médio, e o edital do PNLD 2021, posterior à reforma. Buscando compreender a materialização do “Novo Ensino Médio” no novo edital, e nas novas obras didáticas adquiridas através dele, além de tentar observar as principais mudanças de uma edição do edital para a outra. Para melhor embasar nossa análise também nos propusemos a investigar como essas modificações aconteceram na prática, para isso, analisamos a categoria “Trabalho” e a apropriação do “Pensamento Social Brasileiro” nos livros didáticos *Sociologia em Movimento*, anterior à reforma, e *Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*, posterior à reforma. A partir dessa pesquisa, foi possível compreender o edital do PNLD 2021 e o “Suplemento ao Professor” do livro da editora Moderna como dois “mini-manuais” de implementação da reforma do ensino médio. Quanto ao livro *Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*, observamos que ele ainda não estabeleceu uma ruptura com a forma de produção anterior, *Sociologia em Movimento*, apresentando-se mais como uma acomodação deste. Sendo assim, ainda não podemos considerar, ao menos a partir dessa análise, os livros oriundos do Edital do PNLD 2021 como a quarta geração de livros didáticos no Brasil.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio. PNLD 2018. PNLD 2021. Livro didático.

ABSTRACT

MOURA, Carlos Henrique Alves. **Sociology in high school: 2018 and 2021 PNLD notices.** 2022. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

The New High School, proposed by the Federal Government in 2017, brought significant changes in the organization of this segment of basic education. For its full implementation, high school and all the relative public policies that surround it will need to be in accordance with the guidelines proposed by law 13.415/2017, and also with the National Common Curriculum Base. In view of these changes, it was necessary that the textbooks acquired through the PNLD notice also underwent changes. In view of this situation, we set out to analyze the PNLD notice of the year 2018, prior to the reform of high school, and the PNLD 2021 notice, after the reform. Seeking to understand the materialization of the "New High School" in the new notice, and in the new didactic works acquired through it, besides trying to observe the main changes from one edition of the notice to the other. To better support our analysis we also set out to investigate how these modifications happened in practice, for this, we analyzed the category "Work" and the appropriation of "Brazilian social thought" in the textbooks *Sociology in Motion*, prior to the reform, and *Moderna Plus: Applied Human and Social Sciences*, after the reform. From this research, it was possible to understand the PNLD 2021 notice and the "Teacher Supplement" of the book of the modern publishing house as two "mini-manuals" of implementation of high school reform. As for the book *Moderna Plus: Applied Human and Social Sciences*, we observe that it has not yet established a break with the previous form of production, *Sociology in Motion*, presenting itself more as an accommodation of this. Thus, we still cannot consider, at least from this analysis, the books from the PNLD 2021 Notice as the fourth generation of textbooks in Brazil.

Keywords: New High School. PNLD 2018. PNLD 2021. Textbooks.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Possibilidades sugeridas de organização curricular da carga horária do novo ensino médio.....	79
Figura 2 –	Quadro de habilidades sugeridas pela Base Nacional Comum Curricular..	80
Figura 3 –	Ricardo Antunes e Druck Graça sobre as Terceirizações.....	90
Figura 4 –	Box sobre José Murilo de Carvalho.....	95
Figura 5 –	Box sobre Wanderley Guilherme dos Santos.....	95
Figura 6 –	Mobilização de Antonio Candido no livro <i>Sociologia em Movimento</i>	99
Figura 7 –	Abordagem sobre o Coronelismo no livro <i>Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (2020)</i>	102
Figura 8 –	Abordagem sobre o Coronelismo no livro <i>Sociologia em Movimento (2017)</i>	103
Figura 9 –	Mobilização de Antonio Candido no livro <i>Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (2020)</i>	104

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 –	Mudanças nas disciplinas antes e depois da BNCC.....	34
Quadro 2 –	Anexos com critérios de avaliação e critérios eliminatórios.....	43
Quadro 3 –	Características dos livros de 2018.....	45
Tabela 1 –	Características das obras didáticas por área do conhecimento (PNLD 2021).....	47
Quadro 4 –	Obras didáticas específicas (PNLD 2021).....	49
Quadro 5 –	Projeto integrador.....	51
Quadro 6 –	Critérios eliminatórios comuns.....	56
Quadro 7 –	Critérios avaliativos.....	60
Quadro 8 –	Estrutura do livro “Sociologia em Movimento”.....	69
Quadro 9 –	Estrutura do livro “Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas”.....	71
Quadro 10 –	Abordagem mais utilizada em cada volume.....	73
Quadro 11 –	Apresentação e Justificativa para a existência de cada unidade e capítulo do livro <i>Sociologia em Movimento</i>	76
Quadro 12 –	Competências da BNCC para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.....	81
Quadro 13 –	Justificativa para a existência de cada volume do <i>Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas</i>	83
Quadro 14 –	Lista de fotografias de pensadores sociais brasileiros no livro <i>Sociologia em Movimento</i> (2017), por raça e ordem de apresentação.....	96
Quadro 15 –	Pensadores sociais brasileiros presentes nos textos do livro <i>Sociologia em Movimento</i> (2017), por frequência e assunto mobilizado.....	97
Quadro 16 –	Pensadores sociais brasileiros presentes nos textos do livro <i>Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas</i> (2020), por frequência e assunto mobilizado.....	100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANFOPE	Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação
ANPED	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação da Educação
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEDES	Centro de Estudos da Educação e Sociedade
CEFET/RJ	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca/ Rio de Janeiro
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Educação
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
EM	Ensino Médio
ELSP	Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior
FNDE	Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação
FTP	Formação Técnica e Profissional
ForumDir	Fórum Nacional de Diretores das Faculdades de Educação
Ideb	Índice da Educação Básica
INL	Instituto Nacional do Livro Didático
LDB	Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexual
MEC	Ministério da Educação
MP	Medida Provisória
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PCNEM	Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PLIDEF	Programa do Livro Didático/ Ensino Fundamental
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro e do Material Didático
PSB	Pensamento Social Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira

REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RR	Roraima
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, A Ciência e a Cultura
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	15
1	UMA BREVE HISTÓRIA DA SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA, DO ENSINO MÉDIO E DA BNCC	19
1.1	Sociologia na educação básica	19
1.1.1	<u>Sobre a “pluralidade” da sociologia na educação básica</u>	21
1.1.2	<u>A intermitência da sociologia na educação básica</u>	25
1.2	O “Novo Ensino Médio” e a BNCC	28
1.2.1	<u>Breve histórico do ensino médio brasileiro</u>	28
1.2.2	<u>O “Novo Ensino Médio”, a BNCC, e as críticas</u>	31
2	Os PNLD 2018 e 2021: CRITÉRIOS ELIMINATÓRIOS COMUNS, ESPECÍFICOS, E OBJETOS DO PNLD 2021	40
2.1	Breve histórico do PNLD	40
2.2	Editais PNLD 2018 e 2021	42
2.3	Análise comparativa PNLD 2018 e PNLD 2021	44
2.4	Breves considerações sobre o Objeto 1	50
2.5	Comparando os critérios avaliativos e eliminatórios do PNLD 2018 e PNLD 2021	53
3	ANÁLISE COMPARATIVA DOS LIVROS DIDÁTICOS DA EDITORA MODERNA (PNLD 2018 e PNLD 2021)	63
3.1	O Livro didático de sociologia e suas gerações, e a recontextualização pedagógica	64
3.2	Sobre os livros escolhidos	69
3.3	Suplemento ao Professor	74
3.3.1	<u>Suplemento ao Professor. Livro PNLD 2018 Sociologia em Movimento</u>	74
3.3.2	<u>Suplemento ao Professor PNLD 2021 Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas</u>	77
3.4	Análise sobre algumas Categorias nos livros <i>Sociologia em Movimento</i> e <i>Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas</i>	87
3.4.1	<u>Categoria Trabalho no livro didático <i>Sociologia em Movimento</i></u>	87
3.4.2	<u>Categoria Trabalho no livro didático <i>Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas</i></u>	91

3.4.3	<u>Considerações sobre a categoria “Trabalho” em ambos os livros.....</u>	93
3.4.4	<u>Os Pensadores Sociais Brasileiros no livro <i>Sociologia em Movimento</i>.....</u>	94
3.4.5	<u>Os Pensadores Sociais Brasileiros no livro <i>Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas</i>.....</u>	100
3.4.6	<u>Considerações sobre a mobilização dos pensadores sociais brasileiros em ambos os livros.....</u>	104
	CONCLUSÃO.....	107
	REFERÊNCIAS.....	112

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa dedicou-se a analisar e comparar o edital de convocação 04/2015- Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o programa nacional do livro didático (BRASIL, 2015), PNLD 2018, e o edital de convocação nº 03/2019- Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas, literárias e recursos digitais para o programa nacional do livro e do material didático¹ (BRASIL, 2019), PNLD 2021, com foco específico para a área de sociologia, bem como o livro didático de sociologia adquirido por eles. Para tal, escolhemos o livro *Sociologia em Movimento* (VÁRIOS, AUTORES, 2017), e o livro *Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas* (VÁRIOS AUTORES, 2020), ambos da editora Moderna.

A pesquisa em ensino de sociologia tem como uma de suas possibilidades de investigação a presença das ciências sociais no ensino básico, oficialmente conhecida como a disciplina de sociologia². Com a até então obrigatoriedade da disciplina no ensino médio³ esse campo ganhou força nos últimos anos, resultando em um aumento de pesquisas sobre o tema nos programas de pós-graduação (MAÇAIRA, 2017), o que tem possibilitado maior discussão sobre ensino no interior da sociologia acadêmica, visto que “os estudantes de licenciatura em ciências sociais vislumbram nessa conjuntura a possibilidade de especialização da carreira docente a partir da realização de um mestrado e/ou doutorado voltado para a sua prática profissional” (BODART; CIGALES, 2017). Os estudos produzidos deram conta das mais variadas formas de abordagem, entre elas: investigar a história/memória da construção do campo e o percurso da disciplina na educação básica; analisar o processo de formação de professores (nos programas de pós-graduação, na graduação, e também na educação continuada); produção de jogos educativos e abordagem didática; e também análises sobre livro didático, tema de destaque nesta dissertação.

A avaliação, seleção e aquisição dos livros didáticos para a educação básica pública das redes municipais, estaduais, federal e do Distrito Federal são feitos por meio dos editais do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), os quais elencam critérios que os autores e as editoras precisam cumprir para que o material seja aprovado e assim possa ser

¹ O Programa sofreu alteração em seu nome.

² A disciplina de sociologia- apesar do nome- apresenta saberes do campo da antropologia, e da ciência política, ou seja, dos campos mais estudados nas ciências sociais. Por motivos históricos ela é apresentada na educação básica com o nome de “sociologia”.

³ A lei 11.684/08 (Lei do ensino de sociologia) garantiu a obrigatoriedade da disciplina no ensino médio durante o período de 2008-2017, ciclo que foi interrompido com a reforma do ensino médio- ou “Novo Ensino Médio” - proposto pelo governo federal de Michel Temer.

adquirido pelo governo federal. O processo de avaliação e seleção dos livros é longo, visando entregar para os estudantes de todo o Brasil um material que cumpra o conteúdo básico, expresso no próprio edital, e que contribua para a aprendizagem dos alunos. Em vista disso, não é exagero considerar o PNLD uma das mais consolidadas políticas públicas voltadas para a educação (CASSIANO, 2007), não só pelo volume de obras analisadas e pela responsabilidade que lhe compete para com os educandos, mas também pelo tempo em que está em vigor- desde a década de 1980- e pelo seu caráter de Estado, sendo mantida independente da orientação política e ideológica do governo.

Com a obrigatoriedade da sociologia no ensino médio através da lei 11.684/2008, esta disciplina passou a integrar os editais do PNLD nos anos seguintes (2012, 2015, 2018), sendo essencial para a consolidação e legitimação da mesma na educação básica, pois isso lhe conferia um grau de padronização com as demais disciplinas (MAÇAIRA, 2017; MAGALHÃES, 2018). Sendo assim, a relação da sociologia com o livro didático se torna muito peculiar, haja vista, que a política pública do PNLD contribui para o fortalecimento da lei 11.684/2008. Esta relação é menos estreita em disciplinas como língua portuguesa e matemática, que gozam da tradição e continuidade neste segmento da educação básica. No primeiro capítulo dessa dissertação apresentaremos um breve resumo acerca do percurso da sociologia no ensino médio.

Com a instituição da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC- 2018) e dos novos itinerários formativos propostos pelo “Novo Ensino Médio”⁴ (lei 13.415/2017), esta etapa da educação básica passou a ser dividida por áreas de conhecimento (Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas). Diante dessa nova organização, o PNLD sofreu alterações para que acompanhasse o “Novo Ensino Médio”. Com o edital de 2021 os livros passaram a ser elaborados conforme as áreas de conhecimentos aqui citadas, e não por um conteúdo disciplinar, como fora nos editais anteriores. Os livros didáticos de história, geografia, filosofia e sociologia saem de cena e cedem lugar ao livro de ciências humanas e sociais aplicadas. É essa transição que buscamos compreender nesta pesquisa.

O “Novo Ensino Médio” ao retirar a obrigatoriedade do ensino de sociologia, tratando-a como um conjunto de estudos e práticas da área de conhecimento a que pertence, retira também a obrigatoriedade da produção do livro didático de sociologia, transformando-a em mais uma área de conhecimento que deve compor o “guarda-chuva” da disciplina de ciências humanas e sociais aplicadas. Com esses dois movimentos, anula-se os dois consideráveis “agentes” de

⁴ O Novo ensino médio está em fase de implementação, e vislumbra estar implementado por completo até o ano de 2022.

consolidação da sociologia na educação básica: a lei 11.684/2008 e a produção de livros didáticos para a disciplina. Sob essa perspectiva, esta pesquisa se justifica, primeiro por buscar compreender ambos os editais e como a sociologia aparece neles, segundo por compreender as alterações a que os livros foram submetidos de um edital para o outro.

Analisaremos nesta pesquisa três hipóteses, a primeira sugere que o edital do PNLD 2021 mais do que avaliar e selecionar os livros que serão utilizados por estudantes da educação básica, cumpre o papel de ser um mini “manual de instruções” para a implementação do “Novo Ensino Médio”, orientando a produção de livros voltados para os objetivos que a lei 13.415/2017 almeja, além de explicar o que se propõe e o que se espera desta política pública. A segunda hipótese sugere que a seção “Suplemento ao Professor” do novo livro didático de ciências humanas e sociais aplicadas segue a mesma linha do edital, funcionando também como um mini “manual de instruções” para a implementação do “Novo Ensino Médio”. A terceira hipótese sugere que o novo livro didático trabalha temas da sociologia de forma diferente do que vinha sendo apresentado nos livros didáticos regidos por editais anteriores. Sendo assim, buscamos compreender quais são essas modificações e como elas repercutem no livro didático.

Observando as hipóteses apresentadas, o objetivo geral desta dissertação foi analisar e comparar os editais do PNLD de 2018⁵ e do PNLD 2021, buscando compreender como esses documentos orientaram a produção dos livros didáticos oriundos de ambas as convocações. Diante disso, realizamos a leitura completa dos editais analisando as principais diferenças entre eles. Nosso objetivo específico está dividido em duas partes. Primeiro comparamos o “Suplemento ao Professor” em ambos os livros analisados, procurando compreender quais sugestões e orientações eles fornecem ao profissional docente; a segunda parte dedicou-se a comparar os livros didáticos produzidos por esses editais, observando possíveis modificações na abordagem da sociologia.

Para a realização deste segundo momento do nosso objetivo específico, analisamos como o capítulo relativo à temática “trabalho” aparece em ambas as versões (2018 e 2021). Após essa averiguação observamos como o campo do Pensamento Social Brasileiro (PSB) é apropriado e utilizado para explicar questões relativas aos debates sociológicos presentes nos livros didáticos. É importante ressaltar, mais uma vez, que para este estudo utilizamos como base as

⁵ Cabe uma explicação em relação aos editais de 2018 e de 2021. É comum nos referirmos a esses, pelo ano que os livros por ele adquiridos entrarão em vigor, sendo assim o edital PNLD 2018 refere-se aos livros que serão utilizados no triênio 2018-2020, e o Edital do PNLD 2021 para os livros que serão utilizados no triênio de 2021-2023. Porém, a publicação do edital ocorre normalmente com dois a três anos de antecedência, sendo assim o primeiro edital analisado foi publicado no ano de 2015 (Edital PNLD 2018) sendo anterior à lei do “Novo Ensino Médio” (2017), e o segundo edital analisado foi publicado em 2019 (Edital PNLD 2021), atendendo as diretrizes do “Novo Ensino Médio”.

obras *Sociologia em Movimento* (PNLD 2018) e *Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas* (PNLD 2021) - sendo este, um substituto do livro anteriormente citado - ambos da editora Moderna.

É importante pontuarmos que o Edital do PNLD 2021 teve aproximadamente quatorze obras selecionadas para o guia do livro didático, sendo assim, qualquer livro que selecionássemos para a análise implicaria em uma não análise de outras treze obras. É pertinente, também, pontuarmos que há essa pluralidade de livros, e que essa dissertação não pode ser vista como uma análise completa sobre as obras aprovadas, mas sim, como a tentativa de compreender a materialização do Edital do PNLD 2021 em uma das obras. Sendo assim, escolhemos esses dois livros - *Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas* e *Sociologia em Movimento*-, por considerar que eles apresentam uma continuidade entre o PNLD 2018 e o PNLD 2021, haja vista que são duas obras escritas, ao menos na área de sociologia, pelos mesmos autores, com a diferença que o livro oriundo do edital do PNLD 2021 conta com um acréscimo de autores devido as demais áreas incorporadas: Filosofia, História, Geografia.

No guia do livro didático referente ao PNLD 2018, disponibilizado pelo portal oficial do FNDE⁶, é possível verificar que cinco obras de editoras diferentes foram aprovadas. A Editora Scipione esteve representada com o livro *Sociologia* (2017), a Editora Ática com o livro *Sociologia Hoje* (2017), a editora Imperial Novo Milênio⁷ com o livro *Sociologia para jovens do século XXI* (2017), a Editora do Brasil com o livro *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia* (2016), e a Editora Moderna com o livro *Sociologia em Movimento* (2017). Os livros oriundos do edital de 2021, tiveram seus nomes e autores modificados. Nenhuma das editoras conservaram integralmente os autores para a escrita desse novo livro, com a exceção da Editora Moderna, que propôs o livro *Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas* (2021) com os mesmos autores do livro *Sociologia em Movimento* (2017), esse fato nos levou a escolher esses dois livros para a análise. Cabe pontuar que a Editora Moderna teve outras três obras aprovadas no PNLD 2021, porém, nenhuma delas passível de comparação com a obra *Sociologia em Movimento* (2017), devido a alteração total do conjunto de autores.

⁶ <https://www.fnde.gov.br/pnld-2018/>

⁷ A editora Imperial Novo Milênio foi a única que não esteve presente no guia do livro didático oriundo do edital do PNLD 2021. Todas as demais editoras estão representadas com algum livro, porém, nenhuma conservou o corpo de autores.

1 UMA BREVE HISTÓRIA DA SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA, DO ENSINO MÉDIO E DA BNCC

Este capítulo tem como por objetivo explicitar brevemente o percurso da sociologia na educação básica e compreender a situação em que a disciplina se encontra após a reforma do ensino médio, no ano de 2016, culminando no “Novo Ensino Médio” (lei nº 13.415/2017) promulgada pelo governo federal de Michel Temer.

1.1 Sociologia na educação básica

A história da sociologia na educação básica é marcada pela intermitência. Enquanto disciplina obrigatória garantida por lei nacional esteve presente entre dois períodos (1925-1942; e 2008-2017). Contudo, a ausência de uma lei de obrigatoriedade não impediu que a sociologia estivesse presente nos currículos estaduais na década de 1980, ou em instituições que gozam de certa autonomia, como o Colégio Pedro II.

Estudos do campo de ensino de sociologia pontuam que as primeiras tentativas para inserção da disciplina na educação básica são nos anos de 1882 com Rui Barbosa e posteriormente em 1891 com a reforma de Benjamin Constant, ambas as propostas próximas à proclamação da república do Brasil, momento este que intensifica as reflexões sobre o papel e o formato do Estado brasileiro. Apesar de serem dois pontos interessantes, não nos atentaremos a eles, pois foram duas propostas que não caminharam, ambas não foram implementadas, sendo que a de Rui Barbosa não fora nem lida pelos deputados, como aponta Amaury Moraes:

Quando começamos a participar da campanha pela obrigatoriedade da disciplina no nível médio, a data definida como começo da história do ensino de Sociologia era 1891, a passagem de Benjamin Constant pelo Ministério da Instrução Pública durante o governo provisório de Deodoro da Fonseca, nos primeiros anos da República. Mas a Reforma Benjamin Constant, que entre outras coisas tornava obrigatório o ensino da disciplina, nem chegou a vingar devido a desentendimentos entre o autor e o marechal-presidente, morrendo o ministro pouco depois de se iniciar o governo constitucional do qual nem fez parte. [...] Independentemente disso, o avanço das pesquisas sobre o tema acabou levando a retroceder ainda um pouco mais a data. Rui Barbosa e os “Pareceres” de 1882-83 passaram a redefinir o início da presença da Sociologia na educação brasileira. No entanto, o projeto de Rui Barbosa, que nem foi lido nem aprovado, embora se referindo também à escola secundária brasileira, para a qual propunha o ensino de Sociologia, teria mais importância em termos de reflexão em relação aos cursos superiores de Direito, ao sugerir a substituição do Direito

Natural – uma abstração – pelo ensino de Sociologia, mais consentâneo com a ideia de origem social do Direito Positivo. Assim, quer por não ter sido oficializada, quer pela não especificidade, os pareceres de Rui Barbosa têm importância relativa como um marco na história do ensino de Sociologia na escola secundária brasileira. (MORAES, 2011, p. 361)

Em vista desses acontecimentos, a primeira tentativa bem-sucedida da obrigatoriedade da sociologia é com a reforma Rocha Vaz (Decreto n. 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925), no ano de 1925. A sociologia entra como obrigatória nos anos finais dos cursos preparatórios⁸, tendo esse status reafirmado com a reforma de Francisco Campos em 1931. É importante observar que todo esse processo se dá em um período anterior ao estabelecimento das ciências sociais no curso superior das universidades brasileiras⁹, portanto, permeada inicialmente por profissionais autodidatas sem formação técnica especializada, entre eles: médicos, advogados, historiadores e economistas. A obrigatoriedade da disciplina permaneceria até o ano de 1942, quando fora retirada com a reforma Capanema, realizada pelo ministro Gustavo Capanema, figura central na organização da educação durante o governo de Getúlio Vargas.

Após o novo direcionamento dado para a educação pós-reforma de 1942, a sociologia só reaveria sua obrigatoriedade a nível nacional no ano de 2008¹⁰, estabelecida através da lei 11.684/08, assinada pelo presidente em exercício José Alencar¹¹. Apesar desse marco legal nacional, a sociologia já havia retornado para a sala de aula em praticamente todos os estados brasileiros, a década de 1980 pode ser considerada um marco nesse aspecto, como é o caso de São Paulo em 1984 e outros estados que também aderiram à sociologia no seu currículo mínimo:

De fato, os anos de 1980 marcam o retorno da Sociologia à escola secundária, ou seja, quatro décadas depois de sua efetiva exclusão do currículo. Como foi dito, esse retorno está associado ao período de redemocratização da sociedade brasileira e aconteceu na sequência de uma mudança na legislação educacional realizada pelo próprio governo militar – a Lei n. 7.044/82 –, que flexibilizava a obrigatoriedade do 2º grau profissionalizante, abrindo espaço para uma escola média de caráter formativo geral (Moraes, 2003a). Então, a partir de 1983, temos um fenômeno parecido com aquele ocorrido nas primeiras décadas do século XX, quando a Sociologia não era obrigatória, mas, num crescendo, passou a figurar nos currículos das escolas secundárias. (MORAES, 2011, p. 367)

⁸ Etapa da educação básica equivalente ao ensino médio, porém, não com o mesmo formato. Os preparatórios eram vistos como uma preparação para o ingresso no nível superior, independente da escolha do “clássico” ou do “científico”.

⁹ O primeiro curso superior na área de ciências sociais surgiu em 1933 com a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP), seguida do curso oferecido pela Universidade de São Paulo (USP), em 1934, e pela Universidade do Distrito Federal (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ) em 1935.

¹⁰ Esta passagem considera o período jurídico, apesar do conhecimento de que a sociologia esteve presente nos saberes do ensino médio mesmo em um período não oficial.

¹¹ José Alencar era vice-presidente do Brasil, sendo Luís Inácio Lula da Silva o presidente.

Podemos afirmar que o processo de retorno gradativo começa antes nos estados, e depois migra para a união, muito também devido ao processo de luta imposta pelos sociólogos e pelas associações profissionais de sociólogos de diversos estados, sendo assim, quando a discussão sobre o retorno da sociologia ao ensino médio é proposta na elaboração da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) no ano de 1996, já tínhamos outros 11 estados com o retorno da disciplina confirmado “São Paulo (1984), Distrito Federal (1986), Pará (1986), Acre (1988), Rio de Janeiro (1989), Pernambuco (1989), Minas Gerais (1989), Rio Grande do Sul (1989), Maranhão (1989), Amapá (1994), Tocantins (1996)” (AZEVEDO, 2014). O processo de inclusão da disciplina nas constituições estaduais foi impulsionando a presença da sociologia na educação básica em todo o país, gerando uma expectativa com a sua obrigatoriedade, como pontua Amaury Moraes:

Com o passar do tempo, boa parte das unidades da Federação haviam incluído a disciplina no currículo de suas escolas, formalmente em leis ou até mesmo nas Constituições Estaduais: ora em todas as séries, ora em uma delas; ora em todas as escolas, ora naquelas que decidissem incluí-la. Foi-se formando então uma legitimidade dessa presença e até uma expectativa de sua obrigatoriedade. (MORAES, 2011, p. 368)

Se admitirmos o processo de retomada a partir da década de 1980, temos até a obrigatoriedade em 2008 aproximadamente vinte e oito anos de intensos processos, discussões, tentativas e frustrações, entre eles o veto presidencial realizado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso em 2001, no qual alegou que a inclusão da disciplina no ensino médio brasileiro “ocasionaria um ônus aos estados, seja na infraestrutura, seja para a abertura de concursos para contratação de pessoal” (AZEVEDO, 2014, p.188). Acompanhando a decisão do presidente, Romero Jucá (PSDB/RR), líder de governo, aponta ainda que não haveria profissionais suficientes para que pudessem assumir a disciplina de sociologia nas escolas, salientando que alguns estados brasileiros não possuíam cursos de formação a nível superior para a área de sociologia (AZEVEDO, 2014, p. 88). Entretanto, sete anos após o veto, a lei é sancionada, o que inaugura o retorno da obrigatoriedade da disciplina de sociologia à educação básica.

1.1.1 Sobre a “pluralidade” da sociologia na educação básica

A intermitência da sociologia está marcada por diversas hipóteses, sendo que algumas já se mostram superadas, tal como a perseguição ideológica, que sugere a sociologia como a

disciplina representante da democracia, e a sua ausência no currículo oficial como atitude quase que imediata de governos conservadores, reacionários e não democráticos, ideia desconstruída por Amaury Moraes (MORAES, 2011). Não é dessa forma que o percurso da disciplina na educação básica se mostrou, ao menos na história brasileira. Ao longo dos anos pode-se observar a proposta de uma sociologia tanto conservadora, quanto progressista. É sobre essa pluralidade da orientação da disciplina que pretendemos trabalhar.

No subcapítulo anterior fizemos uma breve análise sobre o percurso da disciplina na educação básica. Nesta seção pretendemos discutir como a sociologia foi pensada para cada um desses momentos. Tomando a reforma Rocha Vaz como ponto de partida, vemos que a obrigatoriedade é estabelecida no período de um governo autoritário; por mais que tivesse sido eleito democraticamente, Arthur Bernardes era uma das figuras mais complicadas daquele período, e tão controverso quanto, era o governo do presidente Getúlio Vargas, responsável por reafirmar a sociologia e sua obrigatoriedade na reforma de 1931:

É interessante também notar que essa Reforma (1925), que, entre outras providências, institui a obrigatoriedade do ensino de Sociologia na escola secundária de então – cursos preparatórios e complementares –, foi concebida durante o governo talvez mais autoritário da chamada República Velha, o de Arthur Bernardes. O mesmo que, logo depois, em 1926, faria a reforma da Constituição de 1891, centralizando o poder e limitando as garantias e direitos do cidadão (limitação do *habeas corpus*, expulsão de estrangeiros indesejáveis, redução de vencimentos de juízes etc.). Foi um governo realizado quase que integralmente sob estado de sítio (Basbaum, 1976; *Nosso Século*, 1980). Outra data importante é 1931, ano da Reforma Francisco Campos (Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931), na sequência da vitória da Revolução de 1930 e criação do Ministério da Educação e Saúde Pública. No entanto, o que fica anotado nas várias cronologias é apenas que tal reforma manteve a Sociologia como disciplina obrigatória. (MORAES, 2011, p. 362)

Em vista panorâmica, torna-se problemático afirmar que a sociologia só teria “vida” e obrigatoriedade durante governos amplamente democráticos. Outro ponto que corrobora para tal raciocínio é que durante a maior parte dos períodos democráticos, a disciplina não teve o status de obrigatória no currículo nacional. Um dos principais problemas em pensar a sociologia como disciplina democrática, ou como um “esporte de combate” nos termos de Bourdieu, é ignorar a pluralidade de vozes que tentaram estabelecer um projeto conservador e de manutenção da ordem através dela, como sinaliza Amurabi Oliveira:

O ano de 1942, quando ocorreu a Reforma Capanema, também é emblemático na discussão que se levanta aqui, uma vez que a Sociologia é retirada do currículo, o que é interpretado por alguns autores como um acontecimento motivado por questões ideológicas, já que a disciplina seria supostamente subversiva, porém, olvida-se nessa argumentação o caráter conservador que a Sociologia assumia nesse momento nas escolas, além da indefinição de seu papel no novo currículo que emergia nesse momento, (OLIVEIRA, 2014, p.11)

Argumento reforçado no artigo “Revisitando a história do ensino de Sociologia na Educação básica”, do mesmo autor:

Destacamos com isso o caráter contraditório presente no processo de introdução do Ensino de Sociologia, que diverge das explicações *post factum*, elaboradas por pesquisadores que tendem a interpretar as ausências e presenças da Sociologia no currículo escolar como um fenômeno atrelado ao caráter ideológico da disciplina, eminentemente crítica, deixando de lado o caráter conservador que a mesma pode assumir em termos teóricos. Neste sentido, parecem-nos ser elucidativas as instruções que encontramos no manual de Sociologia que é, possivelmente, o primeiro publicado no Brasil voltado para escolas, o *Sociologia: Compendio Escolar para o Curso Gymnasial*, de autoria de A. Lorton, publicado em 1923. Na primeira parte do livro encontramos ‘A Modo de Prefácio’, no qual consta a ‘Voz dos Bispos’ – uma vez que o livro foi editado pela Livraria Alves, ligada à congregação Marista[...] (OLIVEIRA, 2013, p. 181)

A atenção que a sociologia despertava nos bispos e em segmentos da igreja católica estava ligada a mais uma tentativa de explicar o mundo com o viés da religião. Se anteriormente a educação era em grande parte “dominada” pela Igreja, com o desenvolvimento da república ela vai perdendo espaço pouco a pouco, apesar de alguns acordos feitos entre o Estado, em especial no governo Vargas, e a Igreja. Diante desse novo cenário, parte do clero vê a possibilidade de permear a jovem disciplina com um discurso católico, o que justificaria o interesse nela, como coloca Marcelo Cigales:

Com o fim da República Velha em 1930 e a criação da Assembleia Nacional Constituinte, que organizaria as bases para a criação da nova Constituição, os grupos mais fortes com maior “capital social,” “econômico” e “cultural” conseguem colocar suas pautas e reivindicações no campo educacional. Pode-se considerar que a disciplina de sociologia fez parte deste cenário de euforia e disputa em torno da legitimação de espaços e ideias. Primeiro, porque se constituía como uma disciplina explicativa, e, portanto, os intelectuais ligados a cada um dos grupos, pensavam que seria possível através dela encontrar a solução dos problemas sociais, econômicos e culturais. Segundo porque a sociologia era uma ciência que não possuía forma definida no campo científico, o que facilitava sua vinculação a qualquer ideal ou cosmovisão de mundo. Assim tanto católicos quanto reformadores possuíam autoridade na explicação dos problemas baseados na “*sciencia sociológica*”. (CIGALES, 2014, p.61)

Outra questão interessante para refletirmos sobre a proposta conservadora da sociologia naquela época, está ligada ao discurso legitimador das escolhas políticas daquele período, seja no âmbito regional ou nacional. Mais do que procurar a análise e a compreensão da sociedade- como sugere a prática científica atual-, ela tinha como característica enquadrar a realidade política num campo de conhecimento. A sociologia era “uma ciência das elites através da qual se difundia um discurso que justificava as escolhas políticas de 1930” como sugere Simone Meucci em entrevista para Marcelo Cigales. Meucci ainda complementa colocando que “a

sociologia tinha a função de uma tripla prescrição que é o higienismo, a civilidade e o civismo. Era uma disciplina introduzida pelas elites para ordenar discursivamente a sociedade desorganizada.” (CIGALES, 2015, p. 207).

Se a sociologia da década de 1930 tinha como marca o conservadorismo, a sociologia da década de 1980 até os dias atuais toma o caminho oposto. São diversos os processos que levam a esse novo ordenamento da disciplina, entre os quais podemos mencionar a especialização de sociólogos formados nas cadeiras universitárias de ciências sociais, e “a aproximação desses profissionais com ações sindicais, e a luta pela redemocratização” (DOS SANTOS, 2017) que coincidem com o período de retorno gradativo, além do próprio acúmulo de estudos da sociologia, característica central no campo científico das humanidades.

A perspectiva de educar para os direitos humanos assume papel fundamental na educação brasileira e na sociologia brasileira (MEUCCI, 2015). Se a primeira fase da obrigatoriedade da sociologia era marcada pela prescrição do higienismo, a atual sociologia se propõe ao combate do racismo e das teses higienistas (CIGALES, 2015), o acúmulo dos estudos sobre o desenvolvimento nacional e da sociologia racial leva-nos ao caminho oposto da década de 1930. Este acúmulo também orienta mudanças na perspectiva antropológica. A noção de civilidade, em contraposição ao “outro selvagem”, é contestada a partir dos debates sobre o etnocentrismo, o relativismo cultural e o embaralhamento cultural. Apropriando-se das discussões realizadas pelo antropólogo Clifford Geertz, os debates antropológicos contemporâneos compreendem que as culturas não estão organizadas hierarquicamente, e nem são mais vividas isoladamente, o “outro”, sempre em oposição ao “nós”, dos estudos antropológicos do início do século XX, convivem no século XXI, e não mais separados entre metrópoles e colônias. Todas essas reformulações levam a disciplina a assumir uma postura contra o status quo, e não de manutenção do mesmo. A retomada da sociologia na década de 1980 é embebida do acúmulo sociológico global, e do desenvolvimento dos grandes centros de pesquisa brasileiros. Podemos concluir que a disciplina de sociologia no Brasil, do seu surgimento até a atualidade, é marcada por narrativas sobre a mesma, ora privilegiando discursos progressistas, ora privilegiando discursos conservadores, não podendo ser considerada como uma disciplina dotada de um único sentido.

1.1.2 A intermitência da sociologia na educação básica

Podemos observar que a pluralidade que a sociologia assume na educação básica se modifica ao longo dos anos entre o discurso legitimador e o discurso contestador. Essas características nos levam a descartar a hipótese que relaciona a intermitência ao viés ideológico governamental.

Atentando-se à questão da intermitência, o sociólogo Amaury Moraes (MORAES, 2011), pondera que a sociologia se torna dispensável em 1942 por falta de legitimidade da mesma enquanto ciência. Com a reforma Capanema a educação ficou dividida entre o formato clássico (mais voltados para a humanidades) e o científico (voltadas para a carreira técnica-científica), ambos funcionando como preparatório para o ensino superior, e a sociologia não atendia aos quesitos para entrar em nenhuma dessas duas grades:

A esta altura, 1942, as Ciências Sociais, em geral, e a Sociologia, em particular, ainda não tinham ganhado legitimidade para figurar como uma ciência e não se assumiam como uma possível alternativa a isso – Literatura –, de modo que não cumpriam, de certa forma, os quesitos necessários para se enquadrarem no currículo do clássico ou do científico. Assim se expressa Fernando de Azevedo, em 1954. (MORAES, 2011, p.364)

Além disso os defensores da sociologia não conseguiram convencer os burocratas da educação da importância da disciplina. Esse novo formato proposto por Capanema viria a celebrar a tentativa de modernização do Estado brasileiro, sobretudo o modelo nacional desenvolvimentista da era Vargas:

Retomando o argumento: entendemos que a exclusão da Sociologia do currículo prende-se menos a preconceitos ideológicos e mais à indefinição do papel dessa disciplina no contexto de uma formação que se definia mais orgânica, resultado do estabelecimento de uma burocracia mais técnica e mais exigente ou convicta em relação à concepção de educação. De certa forma, pode-se dizer que os defensores da Sociologia não conseguiram convencer essa burocracia educacional quanto à necessidade de sua presença nos currículos. Assim, enquanto o clássico era uma forma de manter ou não contrariar interesses humanistas, a inovação representada pelo científico já indicava uma guinada na concepção curricular, que tardiamente trazia para a educação a modernização, marca dos anos de 1920 e 1930 no Brasil, projeto sempre perseguido[...] No limite, o que temos é uma consagração da concepção de escola secundária, sobretudo agora do colegial, como preparatória para o ensino superior, um curso propedêutico, aliás, como vinha sendo definido desde que surgiram os cursos superiores no Brasil e precisou-se de uma “preparação” – não dada pela escola primária – mais voltada para a especificidade dos cursos superiores. Nesse sentido, a Sociologia, definindo-se cada vez mais como uma disciplina “formativa” e não preparatória – propedêutica – não tinha mais lugar nessa nova configuração (FERNANDES, 1985 apud MORAES, 2011, p.365)

Para o sociólogo Flavio Sarandy (2011) a disciplina passou por um processo de insulamento, ficando cada vez mais restrita à academia, ora pela influência dos governos autoritários e sua proposta de ensino tecnicista, ora por um movimento do próprio campo científico, da profissionalização da sociologia e da dedicação aos programas de pós graduação e à própria universidade:

[...]trabalho com a hipótese de que durante a ditadura militar o campo das ciências sociais experimentou um insulamento acadêmico, obviamente relacionado às ações do governo autoritário, mas também devido ao redirecionamento dos interesses e reorganização interna ao próprio campo. Insulamento que (possivelmente) provocou o desinteresse pela sociologia como disciplina viável no ensino de segundo grau e lançou ao esquecimento o debate das décadas anteriores, como será discutido adiante. Portanto, a passagem da sociologia dos cursos normal e secundário para a academia constituiu um processo que em nossa sociedade se deu efetivamente nos dois períodos de regime autoritário que a sociedade brasileira conheceu: primeiro, durante o Estado Novo e, depois, pelas mãos do golpe militar de 64 – o que deixou marcas no modo como compreendemos as ciências sociais e seu lugar no sistema de ensino, que os discursos produzidos sobre o ensino de sociologia, tanto quanto suas produções didáticas, expressam de modo singular. (SARANDY, 2011, p.10-11)

Ambas as considerações levantadas pelos dois autores são importantes para entendermos a intermitência da disciplina de sociologia na educação básica, se observarmos cuidadosamente perceberemos que elas apresentam, mesmo que sutilmente, um ponto em comum: a reorganização do papel do Estado. Se a relação entre a obrigatoriedade da disciplina e o viés ideológico dos governos não é tão forte, como ambos apontam, o mesmo não podemos afirmar em relação ao papel desempenhado pelo Estado. A socióloga Simone Meucci em seu trabalho “Sociologia na Educação Básica: um balanço da experiência remota e recente” de 2015, relaciona as idas e vindas da sociologia com as fissuras e esgotamento de pactos políticos do Estado brasileiro:

É notável o fato de que o conhecimento sociológico escolar tenha se tornado dispensável exatamente no momento dos primeiros sinais de esgotamento do pacto que deu origem ao Estado Novo, quando as bases do nacionalismo que o fundamentaram também se abalaram pelo curso da Segunda Guerra Mundial. Com efeito, considerando que a Sociologia escolar teve grande êxito relacionado à crise do pacto republicano e à aspiração por uma organização nacional antiliberal, o esgotamento desses fundamentos logo nos primeiros anos da década de 1940 fez com que ela desaparecesse da escola. (MEUCCI, 2015, p.254)

O retorno da sociologia também está ligado ao esgotamento do modelo que vigorou entre a década de 1950 e 1980¹², e a chegada de um novo pacto, o da redemocratização:

¹² No trabalho aqui citado, a autora coloca “Com efeito, na Constituição de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, foram inscritos princípios norteadores de uma concepção de Estado bastante abrangente. Isso foi notável em vários campos, da previdência social à saúde. Na educação, os pressupostos de um ensino livre, com

Considerando que as bases do retorno recente da Sociologia à escola foram o processo de democratização, a crise atual (que, em resumo, dúvida da eficácia das instituições democráticas formuladas desde 1988) tem como efeito colocar em questão seu estatuto de conhecimento. Em resumo, lanço a seguinte hipótese: os vínculos da Sociologia escolar com a democratização foram tão fortemente constituídos que o crescimento da percepção sobre o fracasso das conquistas democráticas conduz ao aumento do questionamento acerca da sua posição curricular e sua finalidade escolar. Ou seja, a desqualificação da democracia conduz também à uma ‘desqualificação do currículo escolar democrático’, em particular da Sociologia, tão recentemente institucionalizada sob o argumento da ‘formação cidadã’. (MEUCCI, 2015, p.258)

Essa perspectiva é extremamente interessante para analisarmos: a obrigatoriedade da sociologia, a reforma do ensino médio, e o novo edital do PNLD. Este trabalho levará em conta que a intermitência da disciplina na educação básica tem ligação com a reorganização do papel do Estado brasileiro (MEUCCI, 2015)¹³, e com os desdobramentos advindos dessa questão, tal como o padrão tecnicista durante os governos militares, e que, ao que tudo indica, será o modelo aderido neste “Novo Ensino Médio”, com a proposta de intensificação do ensino profissionalizante e redução do espaço de outras disciplinas.

É importante observar que a obrigatoriedade da sociologia no âmbito escolar conquistada em 2008 e a sua permanência até o ano de 2017 estão inseridas em um contexto de combate à desigualdade social, e do entendimento do Estado enquanto agente provedor dessa redução. Tal período é marcado pela expansão das universidades públicas via REUNI, e pelo crescente avanço nas políticas educacionais, mesmo que essas atendessem ao mercado (RAMOS; FRIGOTTO, 2016). Consideraremos, nesta pesquisa, o fim da obrigatoriedade da disciplina no ano de 2017, através da reforma do ensino médio, um desdobramento do esgotamento do pacto político que visava a redução da desigualdade e dos avanços sociais¹⁴, culminando no impeachment da presidenta democraticamente eleita Dilma Rousseff, e na instauração de um governo com pautas mercadológicas.

orientação plural ganharam contornos mais precisos no ano de 1996, quando houve, finalmente, a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996; lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996) e, nos anos subsequentes, em toda a documentação oficial que a regulamentava em seus detalhes. [...] É nesse processo que a Sociologia emerge como disciplina mais uma vez relacionada à redefinição do Estado. Com a Filosofia, foi considerada fundamental para a formação de jovens portadores de valores democráticos.” (MEUCCI, 2015, p.255).

¹³ A proposta da socióloga Simone Meucci pode parecer uma “repaginação” da ideia de que a intermitência da sociologia estaria ligada à algum viés ideológico. Entretanto, é preciso pontuar que este trabalho encara essa análise de forma diferente. Consideramos aqui que a reorganização do papel do estado não necessariamente tem a ver com um governo ser democrático ou antidemocrático, mas sim, com um apontamento para o que se deseja do atual governo. Sendo assim, pode haver uma reorganização mesmo que não haja a troca de governante, seja para atender a testes padronizados, ou para atender um modelo de ensino mais técnico.

¹⁴ Iniciado no Governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva.

1.2 O “Novo Ensino Médio” e a BNCC

Neste subcapítulo nos debruçaremos sobre o “Novo Ensino Médio” e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), visando compreender como esses dois movimentos correspondem a um desejo do mercado para esta etapa da educação, que encontra eco no governo de Michel Temer¹⁵, estabelecendo assim uma reconfiguração para esta área. Abordaremos as mudanças que ambas as propostas farão no ensino médio, e, também, pontuaremos a crítica em relação a elas, como a ampliação das desigualdades educacionais e a possibilidade de retorno do dualismo escolar.

1.2.1 Breve histórico do ensino médio brasileiro

Inicialmente chamado de ensino secundário, o ensino médio brasileiro é atualmente considerado a última etapa da educação básica brasileira (Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), e tem sua história marcada por disputas acerca da sua identidade e finalidade, sendo a reforma do ensino médio MP 746/2016 e o “Novo Ensino Médio” Lei 13.415/2017 mais uma etapa desta história. Podemos considerar a década de 1940 como a primeira parte dessa disputa, inaugurando o modelo de “dualismo escolar” no qual os estudantes eram impelidos a escolher entre o ensino propedêutico (que possibilitava o ingresso na universidade), e o ensino profissionalizante (que destinava os estudantes ao mercado de trabalho).

Durante o governo de Getúlio Vargas, tendo Gustavo Capanema como ministro da educação, o país experimentou o modelo de ensino médio que discriminava os estudantes em dois grupos: intelectuais e trabalhadores. O Decreto-lei nº 4.244/1942 propôs que esta etapa da educação fosse organizada em dois segmentos, o colegial, que possibilitava o ingresso na universidade, e o ginásial, que vedava seus estudantes de prestarem os exames de admissão para o curso superior. Essa divisão criou um modelo para alunos que seriam os “intelectuais”,

¹⁵ É preciso pontuar que a ideia de construir uma BNCC e de reformar o ensino médio brasileiro inicia-se no governo da ex-presidente Dilma Rousseff e é elaborada durante o primeiro mandato e parte do segundo. Anterior aos governos do PT, ainda nos oito anos de governo do PSDB, houveram algumas tentativas de modificação do ensino médio brasileiro, inclusive com a proposta de ensino por áreas, acabando com a disciplina, ou seja, é um processo discutindo há pelo menos 20 anos. É importante também salientar que as mudanças propostas pelo governo do Partido dos Trabalhadores não são as mesmas efetivadas pelo governo do ex-presidente Michel Temer (PMDB).

ocupando cargos de importância nos setores públicos e privados brasileiros, e um modelo destinado aos filhos da classe trabalhadora, visando somente o ingresso no mercado de trabalho, nos cargos mais básicos e de menor remuneração:

Decreto-lei nº 4.244/1942 propõe a organização do ensino secundário em dois ciclos: o ginásial, com quatro anos, e o colegial com três anos e duas opções de cursos: o clássico e o científico, extinguindo-se os cursos complementares. O ginásial, articulado com o ensino primário, tinha como finalidade “dar aos adolescentes os elementos fundamentais do ensino secundário” (BRASIL, 1942). Já o colegial propunha um maior aprofundamento dos conhecimentos ministrados no ginásial e a escolha por um dos segmentos: clássico ou científico. O curso clássico objetivava a formação intelectual, acrescentando-se um maior conhecimento de filosofia e um proeminente estudo das letras antigas; no curso científico, a formação será sublinhada por um estudo mais acentuado em ciências. O aluno que concluísse o curso clássico ou o curso científico tinha o direito assegurado, mediante a realização dos exames de licença, para ingressar em qualquer curso superior. Já o ensino técnico-profissional (industrial, comercial, normal e agrícola), cujo objetivo era atender a demanda por mão de obra qualificada para os diversos setores produtivos da economia brasileira (ZOTTI, 2006) não possibilitava acesso ao nível superior. Com isso, pode-se dizer que a Reforma Capanema consolida o dualismo educacional iniciado na Reforma Campos ao oficializar a separação entre duas modalidades de ensino distintas: o ensino propedêutico, formador das elites condutoras do país, e o ensino profissionalizante, formador de mão de obra técnica. (RAMOS; HEINSFELD, 2017, p. 18288)

A segunda parte dessa disputa podemos localizar durante os governos da ditadura civil-militar brasileira. A partir da década de 1960 o ensino médio vai ganhando novas características, a primeira delas é o fim do dispositivo jurídico da divisão entre estudantes para o mercado de trabalho e estudantes para o ensino superior; os alunos poderiam escolher uma formação técnica já no ensino médio, na época chamado de ensino secundário, porém, eles não seriam impedidos de prestarem os exames para ingresso no ensino superior, dessa forma a divisão ginásial e colegial perde o seu sentido original:

As críticas à profissionalização universal e compulsória assumiram dimensão política em 1974, quando o partido de oposição recebeu expressiva votação nas eleições legislativas, em âmbitos federal e estaduais[...] Ministro da Educação, coronel Ney Braga, não demorou a perceber que a política educacional referente ao Segundo Grau constituía uma fonte geradora de tensões que cumpria estancar, para o que desencadeou um processo de *reforma da reforma* do ensino profissionalizante.[...] A culminância desse processo foi um projeto curto, mas incisivo, oriundo do Ministério da Educação, do qual saiu a Lei nº 7.044/1982, determinando que a preparação para o trabalho, no Ensino de Segundo Grau, *poderia ensejar habilitação profissional* (já não qualificação específica nem compulsória). Tudo ficaria a critério de cada escola. (CUNHA, 2017, 375)

A segunda importante característica está em torno da visão utilitarista do ensino médio durante o governo militar. O contexto de crescimento do país levou a direcionamentos tecnicistas desta etapa da educação. O conhecimento servia para ingressar no mercado de

trabalho ou para entrar na graduação¹⁶. Todo o modelo passa a ser guiado com essas duas finalidades, fazendo com que o ensino médio não tivesse uma identidade própria, sendo visto como uma etapa intermediária entre o ensino fundamental e ou o mercado de trabalho ou o nível superior. Essa visão utilitarista contribuía para uma formação básica, sem maiores aprofundamentos. Apesar do modelo Capanema parecer com este, diferenciam-se na questão do impedimento legal da prestação dos exames de ingresso na universidade. Na forma da lei o texto mudou, mas na prática permaneceu o mesmo (RAMOS, HESENFELD; 2017); filhos da elite ingressando na graduação, e filhos da classe trabalhadora ingressando, quando conseguiram uma oportunidade, no mercado de trabalho.

A terceira parte dessa disputa está ligada aos dois mandatos do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 1996. A falta de identidade desta etapa da educação e essa característica de “dualismo” - mercado de trabalho ou ensino superior- permanece até a década de 1990. Para Luiz Cunha (2017) o modelo de gestão da educação realizado pelo governo FHC é similar ao dualismo da ditadura militar, sem impedimentos legais, mas com impedimentos sociais e econômicos de acesso ao ensino superior. O autor também destaca que durante este período as políticas públicas voltadas para o ensino médio corroboravam esse modelo discriminatório. Um dos argumentos que atesta essa hipótese de Luiz Cunha (2017) é que durante o governo do PSDB, sob a coordenação de Maria Helena Castro¹⁷, se iniciou com mais vigor as discussões sobre uma reorganização do ensino médio através de itinerários formativos¹⁸, o que só reforçava essa dualidade através da redução de conteúdo, uma vez que quanto melhor a condição da escola, mais itinerários ela ofereceria.

Com a LDB de 1996 essa situação é alterada, o dualismo vai perdendo espaço para o caráter formativo do ensino médio, que passa a ter uma identidade própria e objetivos bem delineados. Esse é o primeiro ponto de mudança desde a década de 1940, podendo assim, ser considerado como uma nova perspectiva para este segmento:

Conforme a explicação de Cury, graças a introdução da LDB nº 9.394/1996, o Ensino Médio passa a ter um objetivo formativo próprio, deixando de funcionar como mera etapa intermediária entre outros objetivos, fossem eles o ensino superior ou o mercado de trabalho. Expande-se a orientação formativa através da proposta de objetivos mais abrangentes para o ensino médio que perpassam pelo prosseguimento dos estudos, preparação básica para o trabalho e a cidadania, aprimoramento como pessoa humana

¹⁶ Apesar do fim da discriminação entre ginásial e colegial, o ensino médio ainda não tinha caráter formativo.

¹⁷ Cabe lembrar que Maria Helena também esteve à frente da reforma do ensino médio do governo de Michel Temer.

¹⁸ Perspectiva muito parecida com o atual modelo do “Novo Ensino Médio”.

até a compreensão dos fundamentos científicos-tecnológicos dos processos produtivos[...] Constata-se, com isso, que há uma tentativa de ir além do caráter dual profissionalizante e propedêutico/preparatório para o ensino superior ao propor a formação geral. Não obstante a trajetória da constituição do Ensino Médio e a proposta de uma nova finalidade para a educação básica, explicitando uma movimentação em direção à superação dessa dualidade, firmando-se objetivos amplos e voltados para a formação integrada do indivíduo. (RAMOS; HESENFELD, 2017, p. 18290)

O início do governo do presidente Lula e sua continuidade com a eleição da presidente Dilma Rousseff marcam a aplicação da LDB de 1996 e a tentativa de superação desse caráter dualista¹⁹ do ensino médio (CUNHA, 2017). O segmento passa a ser visto como etapa da educação básica, e ganha destaque ao demonstrar a sua importância para o processo formativo do estudante. Em ambos os governos o caráter propedêutico foi adotado, somado a um novo entendimento sobre a educação técnica, educação de nível médio e ensino superior, contribuindo para a elaboração de políticas públicas com o objetivo de ampliação das universidades públicas, de vagas nas instituições privadas de nível superior, ora por meio das vagas destinadas ao Portal Único de Acesso ao Ensino Superior (PROUNI), ora via Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), e de acesso ao ensino médio e escolas técnicas. Contudo, mesmo com a identidade formativa, o ensino médio ainda permanecia com alguns problemas, como os baixos desempenho nos exames avaliativos para esta etapa.²⁰

1.2.2 O “Novo Ensino Médio”, a BNCC, e as críticas

O texto oficial publicado pelo Ministério da Educação sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a considera um documento de caráter normativo que visa estabelecer:

[...]o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e

¹⁹ É preciso destacar que durante os dois mandatos do governo Dilma Rousseff houve uma intensa valorização do ensino técnico, ora pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, ora pela expansão desse modelo nas escolas técnicas de nível federal. Esse modelo por vezes pode ser visto como um início do retorno do dualismo escolar.

²⁰ O baixo desempenho dos alunos do ensino médio brasileiro foi um dos argumentos apresentados pelos defensores da reforma do ensino médio.

inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) (BRASIL, 2018).

O “Novo Ensino Médio” (Lei nº 13.415/2017) é um desdobramento da reforma do ensino médio (Medida Provisória n.º 746/2016), sendo este, o primeiro ato para a educação do governo de Michel Temer. No texto principal da apresentação do governo, o “Novo Ensino Médio” é definido como:

A Lei nº 13.415/2017 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu uma mudança na estrutura do ensino médio, ampliando o tempo mínimo do estudante na escola de 800 horas para 1.000 horas anuais (até 2022) e definindo uma nova organização curricular, mais flexível, que contemple uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a oferta de diferentes possibilidades de escolhas aos estudantes, os itinerários formativos, com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional. A mudança tem como objetivos garantir a oferta de educação de qualidade a todos os jovens brasileiros e de aproximar as escolas à realidade dos estudantes de hoje, considerando as novas demandas e complexidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade. (BRASIL, 2017).

O Ministério da Educação definiu os itinerários formativos como um conjunto de disciplinas, projetos, oficinas, núcleos de estudo, entre outras situações de trabalho, que os estudantes poderão escolher no ensino médio. Nele, os estudantes terão a possibilidade de “aprofundar” os conhecimentos de uma área do conhecimento (Matemáticas e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas), na Formação Técnica e Profissional (FTP) ou mesmo nos conhecimentos de duas ou mais áreas da FTP.

Para entendermos as mudanças que estão ocorrendo nesta etapa da educação básica, é preciso compreendermos que elas estão ligadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (KOEPEL et al., 2020), e que ambas as propostas acontecem durante um período conturbado politicamente para o país. O presidente Michel Temer havia acabado de assumir a presidência da república devido ao impeachment, altamente contestado, da presidente democraticamente eleita Dilma Rousseff. A MP 746/2016 (Reforma do Ensino Médio) acontece no ano em que a ex-presidente é impedida de exercer suas funções pelo Executivo Federal. A Lei nº 13.415/2017 é publicada em meio aos protestos populares que pediam a saída do presidente Temer²¹, e a BNCC é publicada em ano eleitoral. Essas duas atitudes geraram discussões no interior acadêmico e político, sobretudo, pelo uso de Medida Provisória, haja vista, que há uma ruptura autoritária por parte do executivo federal, como aponta Mônica Silva e Leda Scheibe (2017) ao questionarem a implementação da reforma do ensino médio via Medida Provisória:

²¹ Esses protestos ficaram popularmente conhecidos como “Fora Temer”.

Desde logo foi amplamente questionada a legitimidade de se fazer uma reforma educacional por meio do instrumento da Medida Provisória, recurso definido constitucionalmente para situações específicas nas quais o Poder Executivo sustenta a impossibilidade de tramitação pelas vias normais da elaboração das leis. (SILVA; SCHEIBE, 2017, p. 26)

Complementada por Eliana Koepsel, Sandra Garcia e Eliane Czernisz (2020)

[...]a reforma inicialmente apresentada como Medida Provisória (MP) n.º 746/2016, intensamente questionada e rejeitada por inúmeros brasileiros que entenderam ser este encaminhamento inapropriado para uma alteração curricular numa sociedade que, considerada democrática, ao menos deveria ter tido a oportunidade de discuti-la. Para nós, a MP foi o primeiro ato antidemocrático, cuja continuidade se deu quando o MEC encaminhou a sua versão de BNCC para o Conselho Nacional de Educação (CNE), interrompendo a discussão que vinha sendo travada[...] (KOEPSSEL, et al. 2020, p.02)

A BNCC tem o início das suas discussões no ano de 2011, contando com a contribuição de professores das universidades públicas, da educação básica, e de alguns setores da sociedade civil identificados com as pautas do mercado, a exemplo do “Movimento Todos pela Educação” e “Movimento pela Base”. É importante pontuarmos que a participação desses setores mercadológicos, tradicionalmente chamado de privatistas, foi rechaçada por diversas entidades, como a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação da Educação (ANPED), o CEDES (Centro de Estudos Educação e Sociedade), o FORUMDIR (Fórum Nacional de Diretores das Faculdades de Educação), a ANFOPE (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação) (LIMA; MONTEIRO; FARAH NETO, 2020).

Independente das críticas dessas associações ligadas à educação pública, os trabalhos pela base continuaram e deram origem a quatro versões distintas (2014, 2015, 2016, 2018). Podemos de forma resumida classificar as três primeiras versões como sendo aquelas oriundas de intensos debates e de construção coletiva, e a última versão como sendo um documento modificado bruscamente pelo governo Michel Temer, sem diálogo com profissionais especializados e corpo técnico, alterando diversos pontos dos documentos anteriores, tal como a proposição do itinerário formativo, a organização das disciplinas por grandes áreas de conhecimento (Quadro 1), além, de utilizar de forma enganosa o nome dos profissionais que participaram das três versões anteriores, tentando conferir algum grau de legitimidade e democracia²², como destaca Ileize Silva e Henrique Neto (2020). É importante ressaltar que

²² Vale fazer uma observação em relação a essa questão levantada pela autora e que está presente no site oficial da BNCC (<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>). Na guia “A base”, que visa responder questões e dúvidas sobre a mesma, há uma parte que explica a forma como a qual a BNCC foi construída, destacando o seu caráter democrático e a contribuição que recebeu ao longo de todos os anos. Ignorando os processos de rupturas e a utilização incorreta de nomes que vem a constar como autores finais da base.

embora nesse documento final (2018) conste a história recente de elaboração e, ao final, listem todos os nomes de especialistas que participaram das versões de 2015 e 2016, de fato, não houve continuidade dos trabalhos e da participação desses agentes, que por sua vez, não assinaram o documento de 2018 (SILVA; NETO, 2020). O quadro a seguir demonstra como era a organização disciplinar, anterior à BNCC, e como é a organização por área de conhecimento, posterior à BNCC.

Quadro 1 – Mudanças nas disciplinas antes e depois da BNCC

Antes da BNCC (Até 2018)	Após a BNCC de 2018
Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Língua Espanhola, Artes, Educação Física.	Linguagens e suas tecnologias.
Matemática	Matemática e suas tecnologias
Biologia, Física, Química.	Ciências da Natureza e suas tecnologias.
História, Geografia, Filosofia, Sociologia.	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Fonte: O autor, 2022.

Entre os anos de 2014 e 2018 a BNCC assumiu quatro funções diferentes; a primeira delas (2014) colocava a BNCC como “orientação geral”; a segunda (2015) como “orientação geral, mas com detalhes de percurso”; a terceira versão (2016) pontuava que a função da BNCC deveria ser a de “orientação geral, mas com detalhes de percurso, exceto para o ensino médio”; a quarta e última versão- que está em vigor- retoma que a BNCC deve apenas ser “orientação geral”. (SILVA, NETO, 2020). Ao longo dessas quatro versões, a BNCC reagrupou as disciplinas nas quatro áreas de conhecimentos: Área de Linguagens, Área de Matemática, Área de Ciências da Natureza, Área de Ciências Humanas; somente na última versão que se acrescentou o termo “e suas tecnologias” nas três primeiras áreas citadas, e para Ciências Humanas acrescentou “e Sociais Aplicadas”. Mas de fato, a principal mudança se deu sobre as “ordenações das áreas e disciplinas escolares” que inseriu os itinerários formativos.

Podemos classificar os três primeiros documentos como versões com leves modificações, e o último como uma versão (2018) com severa ruptura em relação ao anterior (2016), sobretudo pela monopolização da discussão pelo setor privado:

Observamos rupturas mais severas entre os documentos de 2016 e o de 2018. Começando pela legislação, com a Lei nº 13.415 de 2017 até chegar nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio de 2018. Os princípios de seleção e de

ordenamento das áreas retomam a pedagogia das competências e habilidades como direcionadores das áreas e dos componentes curriculares, que mais uma vez usam como complemento nos títulos "e suas tecnologias", lembrando os parâmetros Curriculares Nacionais (PCN 1998). Ainda em relação aos métodos de elaboração e aos agentes e agências, a ruptura também é radical, pois delega-se a uma fundação privada (Fundação Vanzolini) o trabalho de finalização do documento, abandonando o trabalho feito nos dois anos anteriores. Na implementação da BNCC de 2017 e 2018, o CONSED ganha centralidade em relação ao MEC e organiza a elaboração dos Referenciais Curriculares dos Estados junto com o Instituto Unibanco, Itaú BBA, Oi Futuro, Instituto Natura, Movimento pela Base, Inspirare, Instituto Sonho Grande, Fundação Telefônica e Instituto Reúna. Percebe-se nesse processo uma forma de governança, em que essas agências do setor privado e financeiro monopolizam a forma e o conteúdo, diminuindo as chances de interferência por meio da participação dos professores da educação básica e do ensino superior da rede pública. (SILVA; NETO, 2020)

Entendido o processo de publicação da BNCC e suas principais mudanças para o ensino médio (áreas de conhecimento e itinerários formativos), podemos iniciar o debate sobre o “Novo Ensino Médio” instituído através da Lei nº 13.415/2017. Proposta com a finalidade de reorganizar o ensino médio brasileiro, a reforma estabelece a ampliação da carga horária dos estudantes para 3.000 horas em todo o ciclo, e a flexibilização do currículo escolar, que passa a ser dividido entre uma formação geral (1.800 horas) e itinerários formativos (1.200 horas), que são guiados pela BNCC. Ao analisarmos o texto, vemos que a proposta do “Novo Ensino Médio” explica muito pouco sobre o que se deseja com a mudança realizada, seu texto é repleto de lacunas e só pode ser entendido ao olharmos para a BNCC (KOEPEL, et al., 2020), o que gerou uma situação inusitada, pois a reforma apoia-se na Base Nacional Comum Curricular para que seja implementada, entretanto, o documento que versa sobre a base só foi publicado no ano seguinte à publicação da Lei 13.415/2017, ou seja, publicaram uma lei que é repleta de lacunas, e que dependia de outros fatores para que pudesse ser implementada.

Como afirmado anteriormente, a decisão de iniciar a reforma do ensino médio através de uma Medida Provisória (MP) gerou intensos debates, até mesmo pelo caráter de urgência que esse dispositivo jurídico tem. Diversos autores, entre eles Vânia Motta e Gaudêncio Frigotto (2017) e Ana Paula Corti (2019) questionaram a condução deste processo, questionando também o porquê do interesse e da necessidade em se aprovar tão rápido a reforma, como aponta Luiz Cunha:

Quando o projeto de lei estava pronto para ir ao plenário, foi *atropelado* pela medida provisória. Na realidade, o que ela *atropelou* foram as demandas generalizadas do campo educacional. Até mesmo defensores da *flexibilização* do Ensino Médio rejeitaram a chegada da reforma ao Congresso como medida provisória, portanto, com validade imediata, e seu conteúdo propiciador de acirramento das desigualdades educacionais e sociais. (CUNHA, 2017, p. 379)

Além dos questionamentos acerca da condução, outras inquietações foram amplamente registradas pela literatura acadêmica. A primeira delas é sobre a ampliação da carga horária que visa tornar o ensino médio em ensino de tempo integral. Em trabalho publicado por Evelyn Lima, Gabriel Monteiro e Miguel Farah Neto (2020) os autores apontam que essa mudança ignora e prejudica os alunos que são trabalhadores; diante da oposição “sustento versus estudos”, o estudante tende a escolher o sustento, haja vista, que parte significativa dos alunos da rede pública necessitam trabalhar. Ainda em relação a ampliação da carga horária, Paulo Romualdo Hernandez (2020), além de concordar com as dificuldades que essa medida acarretará na vida dos estudantes, destaca também que as escolas não têm infraestrutura, nem física e nem de pessoal, para tal ampliação:

Transformar as escolas de Ensino Médio em tempo integral implica diversas condições estruturais para as escolas, como ampliação dos espaços de convivência e de salas de aula, construção e/ou melhorias de refeitórios, laboratórios, oficinas. Demanda, essencialmente, melhores condições de trabalho para o docente, melhor formação e remuneração, a fim de proporcionar Ensino compatível com tempo integral. Implica contratação de professores e pessoal de apoio. Reverbera, também, nas condições sociais dos estudantes de Ensino Médio público no Brasil, muitos dos quais são trabalhadores, ou estão em busca de trabalho, estudam no período noturno e não teriam como se dedicar ao Ensino de tempo integral. (HERNANDES, 2020, p.582)

A segunda crítica diz respeito ao argumento de que a reforma seria necessária para retirar a “sobrecarga” de disciplinas que o currículo teria (aproximadamente 13 disciplinas)²³, e a necessidade de flexibilização do currículo²⁴ para tornar o ensino médio mais atrativo. Na visão dos defensores da reforma, somente com essas duas modificações seria possível melhorar o desempenho dos estudantes nos exames de avaliação desta etapa, a exemplo do Programa Internacional de Avaliação dos Alunos (PISA).

Esses argumentos compõem um conjunto de um “empoeirado discurso” (SILVA, 2018) presente nas discussões sobre o ensino médio desde a década de 1990, tendo inclusive, os mesmos personagens, como é o caso de Maria Helena Castro. A tentativa de reeditar o plano educacional do governo PSDB (CUNHA, 2017) leva a uma desobrigação do Estado em investir em educação (ANDRÉ, 2018), gerando outros grandes problemas, tais como: aprofundamento das desigualdades sociais; a influência excessiva do mercado; a perda da autonomia do professor.

²³ Supostamente corrigida com o reagrupamento em quatro grandes áreas de conhecimento.

²⁴ Supostamente corrigida com a divisão entre formação geral e itinerário formativos.

Entre os pesquisadores da área há consenso de que a Lei nº 13.415/2017 aprofunda drasticamente as desigualdades nesta etapa da educação. Primeiro por retomar e intensificar o modelo de dualismo escolar que vigorou até a LDB (ESQUINSANI; ESQUINSANI, 2019), descaracterizando esta etapa como componente da educação básica ao não promover a formação comum a todos os alunos, intensificando assim o enfraquecimento do ensino médio como previsto pela LDB de 1996 (SILVA; SCHEIBE 2017), um regresso ao antigo modelo que não deu certo, que visava discriminar o que cada estudante deveria ter acesso:

No que diz respeito a primeira questão, ou quais os princípios formativos que o atual modelo de Ensino Médio apresenta aos jovens brasileiros, faz-se mister considerar que o modelo em vigor legitima dois projetos formativos para essa etapa de ensino: a formação propedêutica e/ou a formação para o mundo do trabalho. Nesta direção, a Reforma do Ensino Médio, firmada pela Lei nº 13.415/2017 representa a legitimação desses dois projetos formativos, sobretudo ao ampliar sensivelmente a flexibilização e descentralização curricular – a despeito da presença da Base Nacional Comum Curricular -, jogando inúmeras decisões curriculares importantes às escolas e, sobretudo, aos sistemas de ensino. Tal procedimento, antes de ser um avanço pedagógico, representa no Brasil a legitimidade de ambos os projetos de escolarização dual. Ao assumir, legitimar e fortalecer a existência desses dois projetos formativos, o atual modelo do Ensino Médio resta por sublinhar o dualismo escolar. (ESQUINSANI; ESQUINSANI, 2019, p. 178).

A escolha de itinerários formativos e a flexibilização do currículo representam dois grandes problemas, primeiro pela estrutura como fora desenhada. As escolas não serão obrigadas a ofertar todos os itinerários, sendo assim, elas podem escolher aqueles que melhor cabem na sua estrutura. Na prática a liberdade de escolha sobre qual itinerário cursar estará condicionada ao que o Estado poderá ofertar, de modo que estudantes de instituições privadas voltadas para a camada com maior poder aquisitivo²⁵ terão maior possibilidade de escolha:

As várias formas de flexibilizar o currículo do Ensino Médio, para os sistemas de ensino, deverão trazer desigualdades acentuadas a essa etapa da educação básica. Escolas com maior poder econômico poderão utilizar o tempo dos seus estudantes com ensinos significativos para o seu desenvolvimento científico e cultural, como linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e sociais. Enquanto isso, as escolas mantidas pelo Poder Público, para as classes populares poderão proporcionar a seus estudantes doses homeopáticas de conteúdos escolares com formação aligeirada profissionalizante ou profissional, que poderão ser ministradas por graduados não licenciados. [...]Os estudantes das escolas públicas terão, assim, formação precária na cultura e na assimilação de conteúdos científicos que, quando integrados às várias técnicas de produção, possibilitam a formação plena para o trabalho, como também o pleno desenvolvimento das funções psíquicas superiores essenciais para a compreensão e elaboração de conceitos complexos (HERNANDES, 2019, p. 15-16)

²⁵ É importante observar como ocorrerá esse processo nas instituições privadas para classes mais baixas, de menor poder aquisitivo.

O segundo problema diz respeito à concentração de disciplinas- ou áreas, conforme propõe a BNCC- voltadas para a avaliação de testes padronizados internacionais. Sob o discurso de estagnação do desempenho do ensino médio, governantes voltam seu empenho para disciplinas que são avaliadas nos mais diferentes testes de desempenho, sendo o PISA o mais conhecido deles. Esse direcionamento tem alguns problemas em sua formulação, primeiro por achar que a única forma de medir o desempenho e o nível de aprendizagem do aluno é através dessas avaliações, que em boa parte são modeladas no hemisfério norte e usam as premissas de outros países para medir um desempenho global (SUSSEKIND, 2019). O segundo problema é por hierarquizar disciplinas e campos de conhecimentos, como se fosse possível dizer qual conteúdo é mais importante aprender. A terceira questão por negar ao estudante uma formação completa, utilizando esses testes apenas como propaganda do governo.

Vale lembrar, ao pensar nessas políticas, que a BNCC e a reforma do EM possuem vínculos inseparáveis com os testes externos padronizados, o material didático apostilado e uniformizado, a formação de professores com caráter gerencial-tecnicista (SUSSEKIND, 2014b) e currículos “conteudinais” mercadológicos. (SUSSEKIND, 2019, p. 100)

Críticos da reforma ainda pontuam como ela desvaloriza o trabalho docente, primeiro por permitir que profissionais sem formação pedagógica lecionem, mesmo que seja voltado apenas para os cursos técnicos, segundo por retirar a autonomia do professor na escolha de conteúdo, em especial, por propor uma homogeneização sem considerar a diversidade regional brasileira (SUSSEKIND, 2019), como se fosse possível estabelecer o que é o “essencial” a ser aprendido, e como se essa essência estivesse presente e se fizesse pertinente em todos os estados e todas as regiões do Brasil.

Diante dessas alterações, e tendo sua história na educação básica marcada pela intermitência, a sociologia vinha figurando um conjunto de disciplinas obrigatórias no ensino médio desde 2008 (lei 11.684/2008). Com o agrupamento das disciplinas em área de conhecimento, a sociologia passou a integrar o conjunto definido por “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas”, sofrendo uma “desdisciplinarização” provocada pela BNCC e reafirmada pelo PNL 2021, que exige a produção de livros nesse novo formato (BLANCO, 2021).

É importante compreendermos esse novo capítulo da intermitência como sendo algo oriundo da reorganização do Estado brasileiro. O “Novo Ensino Médio”, ao retirar uma formação completa de caráter formativo e incentivar a formação especializada em algumas

áreas, se possível com relação a escolhas profissionais e técnicas, aponta, mais uma vez, na direção de aderir novamente ao modelo do dualismo escolar.²⁶

O “Novo Ensino Médio” só pode ser consolidado com a plena implementação das diretrizes propostas pela BNCC. Para tal, é preciso que uma das principais políticas públicas do governo federal para a educação, o PNLD, esteja de acordo com essas duas novas propostas. Diante disso, é preciso compreender as mudanças que o novo edital do PNLD, que busca atender à reforma, tem em relação ao último edital anterior à reforma. Sendo assim, nos dedicaremos a esta questão no próximo capítulo.

²⁶ Acerca da implementação da reforma, é preciso considerar que a sua concretude estará ligada aos direcionamentos das secretarias estaduais de educação. As políticas públicas educacionais propostas em âmbito federal passam por acomodações e repaginações até a sua total implementação, até mesmo pelas dificuldades políticas, econômicas e burocráticas de cada unidade federativa. É preciso pontuar que esse modelo de dualismo que estamos falando não se refere ao molde do governo Vargas, mas sim ao molde dos governos posteriores.

2 OS PNLD 2018 E 2021: CRITÉRIOS ELIMINATÓRIOS COMUNS, ESPECÍFICOS, E OBJETOS DO PNLD 2021

Este capítulo dedica-se a analisar e comparar os editais do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) do ano de 2018 (Edital de Convocação 04/2015) e do Programa Nacional do Livro e do Material Didático ano de 2021 (Edital de Convocação 03/2019). Consideramos aqui a análise do edital de suma importância, haja vista, que ele, junto ao livro didático oriundo dele, é o primeiro ato concreto da materialização da reforma do ensino médio²⁷.

2.1 Breve histórico do PNLD

O Programa Nacional do Livro e Material Didático²⁸ (PNLD) (Decreto nº 91.542/1985) é uma reformulação do programa anterior: Programa do Livro Didático/Ensino Fundamental (PLIDEF). Sua principal atribuição é a avaliação, aquisição e distribuição de livro e material didático para as escolas públicas de todo o Brasil. A primeira política voltada para essa questão data da década de 1930, com a criação do Instituto Nacional do Livro Didático (INL), porém, diferente dos seus sucessores, o PNLD tem como marca o processo de redemocratização do Brasil (CASSIANO, 2007).

O PNLD é desenvolvido, inicialmente, para o combate de problemas crônicos da educação brasileira, como os impactos da desigualdade social, tanto que inicialmente ele é vinculado ao programa da merenda escolar, ganhando assim status de programa assistencialista voltado para crianças carentes. Durante o governo FHC o programa passou por diversas reformulações, tornou-se maior e resolveu algumas questões dos anos anteriores, a exemplo da má distribuição e falta de avaliação. Em 1996, sob responsabilidade do MEC, é instaurado o processo avaliativo das obras didáticas, com a finalidade de eliminar livros que não cumprissem os requisitos do edital, ou que apresentassem erros, trechos preconceituosos, ou inconsistências teóricas, o resultado dessas avaliações passou a compor o Guia de Livros Didáticos- Guia do PNLD-, com o objetivo de orientar professores na escolha das obras. Esse processo também se

²⁷ É preciso pontuar que a maioria dos estados brasileiros, ao menos até a defesa dessa dissertação, ainda não deu início ao processo de implementação do “Novo Ensino Médio”.

²⁸ Inicialmente denominado Programa Nacional do Livro Didático.

deu mediante aporte do Banco Mundial; o programa começou a sinalizar interesse no atendimento as recomendações técnicas sugeridas pelo banco (CASSIANO, 2007, p.25). Neste período, a instituição sinalizou que o livro didático tem papel central na melhoria da qualidade da educação, principalmente pela relação de custo e benefício:

Nesse mesmo período, ou seja, na década de 1990, documentos oriundos de agências internacionais, principalmente do Banco Mundial e da Unesco, que tratam da melhoria da qualidade da educação em instância internacional, também evidenciaram a centralidade e importância do livro didático na Educação[...]Uribe (2006) apresenta vários estudos do Banco Mundial, dos anos 1990, direcionados para a América Latina e Caribe, em que os resultados são contundentes em relação aos benefícios do uso do livro didático na educação fundamental dessas regiões, principalmente quando são considerados os indicadores de custo x benefício. (CASSIANO, 2007, p. 39-40)

O PNLD, a partir de 1997, passou a integrar o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), instituição ligada ao Ministério da Educação e responsável por contemplar os recursos específicos para essa política pública (ENGERROFF, 2017, p. 85), garantindo assim a sua continuidade; essa medida, junto a continuidade ao longo dos governos- de José Sarney a atualidade- independente de orientação ideológica, caracteriza o PNLD como uma política de Estado (CASSIANO, 2007).

O governo federal, através do programa, tornou-se um dos maiores compradores de livro didático do mundo (MEUCCI; BEZERRA, 2014), de modo que essa relação se tornou muito peculiar, sendo o mercado do didático a maior parcela de faturamento das editoras, e não só isso, criou-se oligopólios, chegando a ter 84% dos livros didáticos fornecidos por um pequeno grupo de sete gigantes do mercado editorial (CASSIANO, 2007, p.34).

Durante o governo do ex-presidente Lula o PNLD tornou-se um dos maiores investimentos financeiros na área educacional. Além do apoio financeiro, o Ministério da Educação atendeu a uma série de recomendações para a melhoria do material do livro didático, entre elas a inclusão do ensino médio no programa e a compra de livros por coleção, evitando que houvesse descontinuidade na aprendizagem de uma série para a outra.

Esta consagrada política pública passa por uma reformulação, devido a reforma do ensino médio e a Base Nacional Comum Curricular. O edital do PNLD de 2021 será o primeiro a avaliar e adquirir os livros por área de conhecimento, modificando assim a estrutura de uma política que vinha sendo realizada nos últimos 15 anos, desde a incorporação do livro do ensino médio ao programa, o que pode gerar uma ruptura com a forma de produção dos livros didáticos, ou entre as “gerações dos livros didáticos” (MAÇAIRA, 2021)²⁹.

²⁹ Abordaremos melhor a questão sobre as gerações dos livros didáticos de sociologia no capítulo 3.

2.2 Editais PNLD 2018 e 2021

Ambos os editais estão disponíveis no site do Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação (FNDE) do Ministério da Educação (MEC)³⁰, mais especificamente na guia sobre os programas dos livros³¹. A primeira questão que nos chamou a atenção é relativa à quantidade de retificações e páginas presente em cada edital, enquanto o documento referente ao ano de 2018 não apresenta nenhuma retificação³² e conta com setenta e cinco (75) páginas, o de 2021 conta com treze retificações e cento e vinte e sete (127) páginas³³, ostentando um acréscimo de cinquenta e duas (52) páginas; ainda é preciso pontuar que o edital de 2021 teve um edital complementar específico para as obras nomeadas “recursos digitais”, que consta com sessenta e quatro (64) páginas³⁴.

Outra importante questão é em relação a quantidade de anexos presente em cada documento. O edital de 2018 conta com quinze (15) anexos desenvolvidos em sessenta (60) páginas, enquanto o edital de 2021 apresenta vinte e dois (22) anexos expostos em 92 páginas. A maioria dos anexos do último edital são de natureza semelhante aos do edital de 2018, mesmo que não sejam relativos à mesma questão; em sua maioria são “modelos de declaração” que buscam cumprir exigências legais para a produção e aquisição dos livros didáticos. Esses anexos, apesar de constituírem parte importante para aquisição de obras, não serão analisados, sendo de caráter burocrático, que buscam estabelecer normas e modelos de documentação, não são relevantes para o tipo de análise proposta nesta pesquisa. Com o objetivo de verificar mudanças entre os PNLD 2018 e 2021 para a área de sociologia e ciências humanas, interessa-nos: o formato dos livros, como eles serão organizados e exigências e critérios para a aprovação. Em relação ao PNLD 2018 temos um anexo responsável pela avaliação das obras que pleiteiam

³⁰ Site oficial: <https://www.gov.br/fnde/pt-br> .

³¹ Link com acesso direto aos editais do PNLD: <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/consultas/editais-programas-livro>

³² É importante pontuarmos que a falta de documento explicitando as retificações- diferentemente do edital de 2021- não necessariamente significa que não houve retificações. É possível que para tornar o site mais enxuto, o Ministério da Educação tenha eliminado esses arquivos, e postado somente a versão final do edital e seus anexos, já com todas as retificações feitas, além de expor os links para os resultados e outras etapas do processo.

³³ Ambos os editais já incluem os anexos. Se formos contar somente o corpo do edital, sem os anexos, o documento de 2018 foi desenvolvido em quatorze (14) páginas, já o documento de 2021 precisou de trinta e cinco (35) páginas.

³⁴ Este edital não será analisado nesse trabalho. Ele refere-se ao objeto 4 do PNLD 2021- (Edital Complementar Nº 01/2020 – CGPLI EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA O PROCESSO DE INSCRIÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS EDUCACIONAIS DIGITAIS PARA O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DO MATERIAL DIDÁTICO - PNLD 2021 – OBJETO 4), por opção metodológica analisaremos somente questões referentes ao objeto 2.

a aprovação no edital, enquanto no PNLD 2021 temos dois anexos que visam estabelecer normas e exigências para a aprovação das obras.

Quadro 2 – Anexos com critérios de avaliação e critérios eliminatórios

PNLD 2018	PNLD 2021
Anexo III - Princípios e Critérios para a Avaliação de Obras Didáticas	<p>Anexo III – Critérios para Avaliação das Obras (Objetos 1, 2, 3 e 5);</p> <p>i. Anexo III – A – Modelo do Mapa de Avaliação (Objetos 2, 3)</p> <p>Anexo V - Critérios para Avaliação das Obras Didáticas por Área do Conhecimento e Obras Específicas (Objeto 2)</p>

Fonte: O autor, 2022.

Todo o processo de participação, e futura aprovação das obras, segue um procedimento padronizado de avaliação, sendo o seu resultado materializado no Guia de Livros Didáticos “que contêm as resenhas dos livros aprovados para a compra governamental e são encaminhados para as escolas com o objetivo de subsidiar as escolhas dos professores” (CASSIANO, 2007, p.6 4). Para a obra didática compor este guia, ela precisa ser aprovada na etapa de triagem (avaliação dos aspectos físicos), e na etapa da avaliação pedagógica, sendo esta, composta por dois momentos: critérios comuns e critérios específicos para cada disciplina. O primeiro, avalia se a obra atende às exigências gerais do edital, tais como respeito à legislação e às normas oficiais relativas à educação, observâncias de princípios éticos- como o combate a todo tipo de preconceito-, observância as regras ortográficas e gramaticais da língua portuguesa, entre outros. O segundo momento avalia se as obras cumprem os requisitos científicos da disciplina referida, tal como referência bibliográfica atual, referência teórico-metodológica adequada, propostas de atividades que estimule o aluno a utilizar metodologias de pesquisa reconhecidas pelo campo acadêmico, entre outros critérios que também estão estabelecidos no edital. Todo esse processo é realizado por uma comissão de avaliadores especialistas:

Primeiro é formada uma equipe de coordenação. O coordenador institucional é responsável pela gestão administrativa, que é executada por uma universidade pública. A coordenação de área e a coordenação adjunta são responsáveis pela coordenação dos trabalhos de avaliação, bem como pela seleção da equipe de pareceristas. A comissão técnica fica oficialmente responsável pela elaboração dos

critérios a partir dos quais os livros didáticos serão analisados[...] para a composição das equipes de avaliadores são levados em conta os critérios de diversidade regional, de gênero, de idade e de tempo profissional. Os professores são vinculados ao ensino e à pesquisa, na área em avaliação, com conhecimento comprovado da realidade da Educação Básica e da rede pública. (DESTERRO, 2016, p.34)

Para a realização desta investigação, é preciso que a comparação seja feita com elementos minimamente presente nos dois editais. É preciso salientar que o livro didático dividido por disciplinas específicas, que tradicionalmente conhecemos (conforme edital de 2018), é desdobrado em dois segmentos no edital 2021: Objeto 1 (Obras Didáticas de Projetos Integradores e de Projeto de Vida destinadas aos estudantes e professores do ensino médio)³⁵; Objeto 2 (Obras Didáticas por Áreas do Conhecimento e Obras Didáticas Específicas destinadas aos estudantes e professores do ensino médio). Sendo este, o que mais se aproxima do modelo vigente nos últimos editais (desde 1985), sendo o foco de nossa análise.

No edital de 2018 o que nos importa são: tópico 1 (Do objeto); tópico 3 (Das características das obras didáticas); e o tópico 6 (Das Etapas de Triagem, Pré-análise e Avaliação Pedagógica das Obras), mais especificamente o item 6.4 (Da avaliação Pedagógica). Quanto ao edital de 2021, nos interessa o tópico 1 (Do objeto), o tópico 2 (Das características das Obras), o tópico 7 (Da triagem), e o tópico 8 (Da avaliação Pedagógica).

2.3 Análise comparativa PNLD 2018 e PNLD 2021

O edital de convocação 04/2015 (PNLD 2018) e o edital de convocação N° 03/2019 (PNLD 2021) apresentam pontos comuns, tal como o item “Do Objeto” e “Das características das Obras”, sendo estes, de grande importância para entendermos os documentos.

Ambos os editais tem por objeto a convocação de interessados em participar do processo seletivo para aquisição de obras didáticas destinadas aos estudantes e professores do ensino médio da educação básica pública. A única diferença presente entre o penúltimo edital e o último, é que este traz a necessidade de aquisição de “recursos digitais”. As mudanças mais importantes estão expressas no item “Das características das obras”, é neste que vemos o formato tradicional de livro didático do ensino médio, presente nos últimos cinco editais, ser alterado radicalmente.

A primeira grande mudança diz respeito a alteração no formato das disciplinas e como os livros serão produzidos. O edital referente ao ano de 2018 estabelecia que seriam avaliadas

³⁵ Nova disciplina proposta pela BNCC e pelo Novo Ensino Médio.

obras didáticas para os componentes curriculares de doze disciplinas, sendo cada obra constituída de forma única para os referentes curriculares referidos de cada “ciência” ali expressa, desenvolvidas em volume único³⁶- caso da Sociologia, Filosofia e Arte- ou desenvolvidas por ano e em coleção³⁷- caso das demais disciplinas. Ele também estabelecia o limite máximo de páginas para os livros destinados aos estudantes e para o material destinado aos professores (sendo ambos obrigatórios)³⁸. Algumas obras deveriam ter obrigatoriamente um CD que pudesse ser utilizado como instrumento de aprendizagem, sendo considerado parte integrante da obra. Sendo assim, podemos colocar que os livros que concorreram neste edital foram divididos de tal forma:

Quadro 3 – Características dos livros de 2018

Componente Curricular	Máx. de páginas no livro do estudante	Máx. de páginas no manual do professor	Exigência de CD (parte integrante da obra).
Língua Portuguesa	360	460	
Matemática	288	420	
História	288	388	
Geografia	288	388	
Física	288	404	
Química	288	388	
Biologia	288	388	
Inglês	224	324	Sim
Espanhol	224	324	Sim
Sociologia ³⁹	400	520	
Filosofia	400	520	
Artes	400	512	Sim

Fonte: BRASIL, 2015, p. 2-3.

³⁶ Entende-se por volume único a obra didática individual organizada em torno de uma proposta pedagógica única e de uma progressão didática articulada com o componente curricular dos três anos do ensino médio. Não será admitida obra que se caracterize pela simples justaposição ou compilação de textos. (BRASIL, 2015, p. 1)

³⁷ Entende-se por coleção o conjunto organizado em volumes, inscrita sob um único e mesmo título, ordenado em torno de uma proposta pedagógica única e de uma progressão didática articulada com o componente curricular do ensino médio. (BRASIL, 2015, p. 1)

³⁸ É importante observar que os livros dos professores deveriam seguir a organização do livro do aluno. Se a disciplina em questão exigia volume único para o aluno, o mesmo deveria acontecer para o manual do professor, a mesma lógica valia para as coleções.

³⁹ É provável que sociologia, filosofia e artes, por serem organizadas em volume único, tiveram o limite máximo de páginas superior às demais disciplinas

O item “Característica das obras” do edital referente ao PNLD de 2018 pode ser considerado “simples” se comparado ao seu sucessor. Enquanto o penúltimo ocupa uma página e meia do documento, no novo edital ele ocupa treze páginas. As mudanças propostas na formulação do livro, se comparado a 2018, deve-se sobretudo à mudança no ensino médio, pois as novas características têm como principal objetivo atender a nova organização proposta pela reforma de 2017 e pela BNCC de 2018, o PNLD é fundamental para a implementação de ambas as políticas (KOEPESEL et al., 2020).

Ao observarmos a organização das disciplinas vemos que os livros não mais serão formulados como componentes curriculares individuais (matemática, sociologia, filosofia, biologia...), mas sim, como grandes áreas de conhecimento (Linguagens e suas Tecnologias, Matemáticas e suas tecnologias Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas), com isso temos a redução de doze disciplinas para 4 grandes áreas. Outra importante mudança se deu na quantidade de volumes, passando de um volume único, ou três volumes de uma coleção, para seis volumes de cada uma dessas áreas, ou seja, se antes o aluno tinha contato com apenas um ou três livros, a partir do edital de 2021 ele passará a ter contato com no mínimo seis livros, somente nesta etapa de “Obras didáticas por área do conhecimento”. A ampliação da quantidade de livros não necessariamente acarretará em mais páginas, a área de Ciências Humanas e Sociais aplicadas neste modelo poderá ter no máximo 1.120 páginas, somando os seis volumes por área de conhecimento mais o volume da obra didática específica (Matemática e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas). Na versão anterior, se contabilizarmos o total de páginas do livro didático das disciplinas de história, geografia, filosofia e sociologia, eles poderiam totalizar até 1.376 páginas.

Tabela 1 – Características das obras didáticas por área do conhecimento (PNLD 2021)

Obras didáticas por área do conhecimento	Livro do Estudante e Impresso	Volumes	Material Digital do Estudante	Manual do Professor Impresso	Material Digital do Professor	
	Máx. de páginas	Quantidades	Coletânea de músicas	Máx. de páginas	Vídeo tutorial por volume	Coletânea de músicas
<i>Linguagens e suas Tecnologias⁴⁰</i>	160	6	1	248	1	1
<i>Matemática e suas Tecnologias</i>	160	6	-	248	1	-
<i>Ciências da Natureza e suas Tecnologias</i>	160	6	-	248	1	-
<i>Ciências Humanas e Sociais Aplicadas</i>	160	6	-	248	1	-

Fonte: BRASIL, 2019.

Outra mudança observada é que a partir do novo edital, todas as áreas do conhecimento exigem “material digital do professor”, um requisito novo que não estava presente no último

⁴⁰ A disciplina de língua inglesa terá um livro único, não estando inclusa nesse material de linguagens e suas tecnologias.

edital, enquanto para o aluno somente a área de “Linguagens e suas tecnologias” exigem material digital, o que sinaliza certa manutenção do edital de 2018, haja vista, que essa área abrange a disciplina de artes. Além disso, todas as obras devem abordar as competências gerais, específicas e habilidades de cada área do conhecimento, conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), essa característica é relevante na medida em que o livro didático é parte importante para definir currículo (MEUCCI; BEZERRA, 2014, p. 92). A socióloga Julia Maçaira (2017) aponta que os livros didáticos influenciam nos textos curriculares oficiais, Ana Engerhoff (2017) compartilha a ideia de Maçaira, para a socióloga o livro didático participa da formação do currículo, em especial para a área de sociologia, na medida em que ele é produto e produtor de uma seleção de saberes e confere legitimidade à disciplina:

Ao percorrer os documentos oficiais que formam os currículos de sociologia para o ensino médio, quer-se verificar quais são as práticas legitimadoras da disciplina, quais são os sentidos atribuídos à sociologia na escola. O livro didático participa da formação do currículo, na medida em que ele é produto e produtor de uma seleção de saberes, conferindo legitimidade a estes (em detrimento de outros) e, concomitantemente, legítima por estas significações o ensino de sociologia. Reconhecer o currículo específico voltado para os livros didáticos possibilita também identificar a sua posição no campo de poder, percebendo se há uma autonomização deste objeto em relação às expectativas das funções do ensino de sociologia. (ENGERHOFF, 2017, p. 62).

Podemos inferir que com essa nova proposta de ensino médio e do PNLD apresenta um apreço pela multidisciplinaridade. Anteriormente o edital exigia que “As obras didáticas deverão incluir referências a interfaces pedagógicas entre as áreas afins e também a outras áreas de conhecimento” (BRASIL, 2015, p. 2), neste novo edital essa questão se dá por excelência na própria formulação do livro, uma vez que a obra didática de Ciências Humanas e Sociais aplicadas, por exemplo, aborda um tema específico através da ótica da história, da filosofia, da sociologia e da geografia.⁴¹

Para além dessas obras, ainda temos as obras didáticas específicas⁴², sendo compostas por livro do estudante, manual do professor e material digital, todos com volume único. As obras de língua portuguesa deverão estar vinculadas à obra de Linguagens e suas Tecnologias, porém, é obrigatório utilizar materiais diferentes, sendo ambas vinculadas às competências e habilidades exigidas na BNCC, com caráter de inéditas. No quadro a seguir observamos os critérios estabelecidos para a produção dessas obras.

⁴¹ Ao analisar o livro didático, abordagem realizada no capítulo 3 desta dissertação, observamos que o livro didático nem sempre aborda um tema com recursos de todas as áreas, porém, ao menos duas áreas sempre são mobilizadas.

⁴² Essas obras não serão analisadas, pois, não é possível a comparação com nenhum elemento do edital de 2018.

Quadro 4 – Obras didáticas específicas (PNLD 2021)

Obras didáticas específicas	Livro do estudante impresso	Material digital do estudante	Manual do professor impresso	Volumes	Material Digital do Professor	
	Máx. de páginas	Coletânea de áudios	Máx. de páginas	Quantidade	Video tutorial por volume	Coletâneas de Áudios
Língua Portuguesa	320	-	416	1	1	-
Língua Inglesa	320	1	416	1	1	1
Matemática e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	160	-	248	1	1	-

Fonte: BRASIL, 2019.

É preciso pontuar que o edital de 2021 estabelece que os autores das obras didáticas por área de conhecimento devem ter formação específica em ao menos uma das áreas referentes, ou seja, os autores do livro de Ciências Humanas e Sociais aplicadas devem ter formação em uma das áreas que ela aborda: sociologia (ciências sociais, antropologia, ou ciência política), história, filosofia ou geografia. Quanto aos autores das obras didáticas específicas, é obrigatório que eles tenham formação na área respectiva a que propôs o livro (língua portuguesa, língua inglesa). Para as obras específicas da área de Matemática e suas tecnologias e Ciências Humanas e Sociais aplicadas, devem ter formação respectivamente em uma das áreas, exigindo-se atestado em currículo lattes. Esta medida contribuiu para conter a preocupação manifesta por diversos profissionais em relação ao “notório saber”. Assim que foi divulgada a MP 746/2016, anterior a publicação do PNLD 2021, houve a preocupação que professores sem formação pedagógica adequada pudessem ser autores de livros didáticos, bem como se eles poderiam lecionar para os alunos do ensino médio, o que além de gerar problemas na formação do aluno, seria também a desvalorização do trabalho docente (SILVA; SCHEIBE, 2017) e (SILVA;

NETO, 2020). Com a exigência de formação na área garante-se o mínimo de qualidade em ambos os processos.⁴³

Para além deste⁴⁴, o edital ainda conta com mais quatro objetos, sendo eles: Objeto 1- Obras didáticas de Projetos Integradores e de Projeto de Vida destinadas aos estudantes e professores do ensino médio; Objeto 3- Obras de formação continuada destinada aos professores e à equipe gestora das escolas públicas de ensino médio; Objeto 4- Recursos Digitais; Objeto 5- Obras literárias. Apesar do objeto 1 não ser nosso foco principal, faz-se importante analisar o texto que se refere a ele. Muito do que se espera do “Novo Ensino Médio” está nesta passagem, em especial, as questões sobre protagonismo juvenil, “liberdade” de escolha do aluno, e o argumento de que essas disciplinas conectam o aluno ao mundo do trabalho (BRASIL, 2019, p. 64).

2.4 Breves considerações sobre o Objeto 1

O objeto 1 estabelece as obras didáticas de projetos integradores e de projeto de vida destinada aos estudantes e professores do ensino médio. Essas duas “disciplinas” são novidades apresentadas a partir da reforma de 2017. Porém, ainda assim a breve observação sobre este objeto é importante, uma vez que é mais um material didático que chegará às mãos dos alunos das escolas públicas brasileiras e organizados da seguinte forma: projetos integradores da área de Linguagens e suas Tecnologias; projetos integradores da área de Matemática e suas Tecnologias; projetos integradores da área de Ciências Naturais e suas Tecnologias; projetos integradores da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; projeto de Vida.

O objeto das obras de projetos integradores segundo o Anexo IV, é o de “tornar a aprendizagem mais concreta ao explicitar a ligação entre diferentes componentes curriculares e áreas de conhecimento, conectando estudantes a situações vivenciadas por eles em suas comunidades” (BRASIL, 2019, p. 64). Tentando atribuir um sentido à escola que tenha nexos para o estudante, além de relacionar conhecimento, valores e habilidades.

⁴³ É preciso considerar que o notório saber foi mantido para disciplina da formação técnica.

⁴⁴ Neste trabalho voltamos nossa atenção para os livros didáticos das áreas de conhecimento. Contudo, ainda há dentro deste objeto a exigência da criação de um livro específico que integre as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas com a Matemática e suas Tecnologias. Todos os livros aprovados nesta seleção contam com as duas obras. Esses livros configuram um importante conjunto de objetos a serem analisados, porém, por não termos nenhum correlativo no edital de 2018, decidimos por não analisá-lo.

Essas obras didáticas serão formadas por seis projetos para cada área do conhecimento, sendo desenvolvida sobre diferentes enfoques e possibilitando ao aluno uma maior amplitude sobre a análise do tema proposto, sendo quatro desses projetos obrigatórios, os outros dois podem ser novos projetos, desde que respeitem a BNCC⁴⁵, ou um projeto que retome um dos especificados pelo edital, são eles:

Quadro 5 – Projeto Integrador

Número do Projeto	Tema integrador	Competências da BNCC que devem ser trabalhadas de forma prioritária.
1	STEAM (Ciência, Tecnologia, Engenharia, Arte e Matemática)	7 ⁴⁶ (argumentação), 1 (conhecimento) e 2 (pensamento científico, crítico e criativo)
2	Protagonismo Juvenil	7(argumentação), 3 (repertório cultural) e 8 (autoconhecimento e autocuidado)
3	Mídiaeducação	7(argumentação), 4(comunicação) e 5 (cultural digital)
4	Mediação de Conflitos	7 (argumentação), 9 (empatia e cooperação) e 10 (responsabilidade e cidadania)

Fonte: BRASIL, 2019.

Segundo o item “ 1.1.2. Sobre essa lista temática” (BRASIL, 2019, p. 67) presente no anexo IV, cada um desses temas integradores tem por objetivo:

- a. **STEAM** como tema integrador que relaciona Ciência, Tecnologia, Engenharia, Arte e Matemática, cujo tratamento deve estimular a criatividade dos estudantes para resolver problemas reais. A partir desse direcionamento, devem ser desenvolvidos projetos que articulem esses cinco campos de forma aplicada. No caso específico de linguagens e suas tecnologias, em que a integração pode parecer menos evidente, sugere-se, por exemplo, a aproximação, por um lado, do *design* e, por outro, de

⁴⁵ O edital estabelece que esses projetos podem ser “Livre escolha de um dos temas anteriores e respectivo grupo de competências correlatas ou tema novo, enfocando obrigatoriamente três competências gerais, sendo uma delas necessariamente a competência (argumentação) da BNCC” (BRASIL, 2019, p.3)

⁴⁶ Esses números ao lado das competências referem-se ao “código” da competência no documento da BNCC, por exemplo, a competência argumentação atende pelo código “7”.

tendências da arte contemporânea (como instalação, *performance* e intervenção), sobretudo, quando privilegiado o uso de tecnologias digitais.

b. **Protagonismo Juvenil** como tema integrador que aborda as culturas juvenis, estimulando a participação ativa do jovem em perspectiva cidadã. Nesse sentido, devem ser desenvolvidos projetos que utilizem a arte e a cultura para possibilitar que os jovens conheçam, apreciem e cuidem melhor de si mesmos, dos outros e do seu entorno, reconhecendo e desenvolvendo seu potencial como agentes de transformação da sua própria realidade e do mundo que os cerca. Especial atenção deve ser dada à promoção de atividades que envolvem os estudantes na criação de manifestações artísticas e culturais voltadas a solucionar problemas reais da sua escola ou comunidade.

c. **Mídiaeducação** como tema integrador que trabalha com o letramento midiático no sentido de oferecer aos jovens a oportunidade de entender como funciona a produção, circulação e apropriação de informações nas diversas mídias que existem contemporaneamente. É necessário que não se fomente apenas uma análise crítica (no sentido de diagnóstico), mas também uma análise criativa e propositiva. O processo de se estudar as diversas mídias não pode ser desassociado da respectiva produção delas, ou seja, deve se aprender sobre mídias produzindo mídias.

d. **Mediação de Conflitos** como tema integrador que apresenta diferentes caminhos de reflexão e ação para conflitos diários que os jovens possam viver em seus cotidianos no trato com eles mesmos e com os outros. Os conflitos devem ser percebidos como inerentes à vida em sociedade, o que exige, em perspectiva cidadã, a busca incessante por instrumentos que permitam conciliar diferenças de forma não ingênua ou irreal. Por conseguinte, é importante que seja focado o papel da mediação como uma forma de agir pessoal e coletivamente em nome de uma cultura da paz indissociável de valores democráticos. A mediação deve ser exercitada considerando que o convívio social republicano só existe, de fato, quando se possibilita a coexistência de perspectivas discordantes.

Além desses, temos os projetos de vida que devem possibilitar ao aluno a compreensão de três dimensões: Autoconhecimento: o encontro consigo; Expansão e exploração: o encontro com o outro e o mundo; Planejamento: o encontro com o futuro e o nós. Cada um desses temas busca abordar assuntos relacionados aos interesses do aluno, às dimensões pessoais, desafios pessoais, sonhos, desejos e motivações. Tendo como principal objetivo possibilitar que o estudante tenha um horizonte do “aqui e do agora” além de vislumbrar as possibilidades futuras, ajudando-os com planos, metas e a construção do caminho para a vida pessoal e profissional

(BRASIL, 2019, p.70). Com isso, ele busca trabalhar alguns pontos, entre os mais interessantes temos:

1.2.4.1.1. O autoconhecimento deve ser entendido como **busca contínua** pela compreensão de si mesmo, o que envolve aprender a **se aceitar**, a **se valorizar**, desenvolvendo assim a capacidade de **confiar em si, de se apoiar nas próprias forças e de crescer em situações adversas**, sendo resiliente e autônomo, estabelecendo objetivos, **de forma planejada**, para a sua vida.

1.2.5.8. Reconhecer as próprias forças e apoiar-se nelas, reconhecendo também a importância do convívio com o outro.

1.2.5.9. Identificar caminhos e estratégias para superar as dificuldades e alicerçar a busca da realização dos sonhos.

1.2.5.10. Olhar para o futuro sem medo.

1.2.8.2. A ação no mundo a partir de uma profunda reflexão sobre si mesmo, o outro e o nós, com vistas a um rigoroso planejamento estratégico e cidadão para o presente e o futuro, levando em consideração necessidades individuais e coletivas

1.2.9.1.4. Apropriar-se de habilidades pessoais, estratégias mentais e instrumentos práticos para planejamento de metas e estratégias para alcançá-las.

1.2.9.1.5. Sistematizar interesses, identificar habilidades, conhecimentos e oportunidades que correspondem às aspirações profissionais, abrindo caminho sólido à elaboração escalonada de metas e estratégias viáveis. (BRASIL, 2019, p.70-71)

Essas duas disciplinas são mudanças que o novo ensino médio traz e que apontam, segundo o próprio edital, para o futuro da educação. Na visão dos elaboradores da reforma, as disciplinas tradicionais não seriam mais capazes de responder as expectativas e os anseios dos estudantes brasileiros, visando corrigir esta questão, as disciplinas de “Projetos Integradores” e “Projeto de Vida” foram elaboradas.

2.5 Comparando os critérios avaliativos e eliminatórios do PNLD 2018 e PNLD 2021

O início do anexo III de cada uma das edições dos editais apresenta o que se entende por ensino médio e o que se deseja desta etapa da educação básica, em vista disso, podemos considerá-lo o anexo mais importante para a análise que realizamos.

O edital referente ao PNLD de 2018 expressa que entende o Ensino Médio como a etapa final da educação básica, conforme estabelece a LDB (Lei nº 9.394/96), com duração mínima de três anos e com a finalidade de:

- I** - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II** - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III** - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV** - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.”
(BRASIL, 2015, p.30)

Com isso, a preparação do estudante para a vida estaria concluída, tanto para os estudos, quanto para o mercado de trabalho, demonstrando o seu caráter formativo consagrado pela LDB de 1996, deixando para trás o caráter de etapa intermediária (RAMOS; HEINSFELD, 2017). Além disso, o ensino médio teria o objetivo de acolher as culturas juvenis e todas as especificidades características dos estudantes com essa faixa etária.

Analisando o edital do PNL D 2021, vemos que se mantém, praticamente, todas as questões que estavam presentes no documento anterior, o anexo pontua que o ensino médio permanece com as mesmas finalidades definidas pela LDB 1996, ponderando que essas questões não serão alteradas e nem prejudicadas pelo “Novo Ensino Médio”, o que se tem de diferente são as “inovações” trazidas pela reforma, que gerariam melhorias ao segmento, segundo a ótica do Ministério da Educação.

O documento pontua que esta última etapa da educação básica passa por um amplo processo de reformulação, que tem por objetivo estabelecer novas bases, novos formatos e uma trajetória que gere “mais sentido e maior engajamento” para os estudantes. Para tal, amplia-se a carga horária mínima, passando de um ciclo de mil horas para três mil horas, além de reformular a estruturação das disciplinas- passando de disciplinas específicas para grandes áreas de conhecimento-, institui o projeto de vida para os estudantes, e conseqüentemente altera o formato do livro didático. O objetivo é que os estudantes desenvolvam conhecimentos, habilidades, atitudes e valores que os emponderem para lidar com os desafios da sociedade contemporânea (BRASIL, 2019, p. 49). A grande mudança que possibilitaria isso aos alunos seria a flexibilização curricular, com ela o foco nos estudantes seria maior, trazendo-os para o centro do processo de ensino e aprendizagem, assegurando que a escola se organize de forma a acolher as culturas juvenis, a singularidade e a pluralidade dos estudantes:

A flexibilização curricular, por sua vez, permite que os estudantes escolham parte do seu percurso educativo, de forma a conectar o que aprendem com seus interesses e projeto de vida. Assim sendo, o currículo do ensino médio passa a se dividir entre a Formação Geral e os Itinerários Formativos. A Formação Geral é comum para todos os estudantes, tem carga horária máxima de 1.800 horas e orienta-se pela Base

Nacional Comum Curricular (BNCC), que propõe a substituição da fragmentação curricular pela abordagem interdisciplinar por Área do Conhecimento e o trabalho com o conhecimento aplicado, tendo como foco o desenvolvimento de competências. Já os Itinerários Formativos, com carga horária mínima de 1.200 horas, compreendem um conjunto de unidades curriculares voltadas a aprofundar e ampliar as aprendizagens dos estudantes em uma ou mais Áreas de Conhecimento e/ou na Formação Técnica e Profissional[...]outro diferencial importante dessa reformulação do ensino médio é o posicionamento do estudante no centro do processo de ensino e aprendizagem. A intenção é assegurar que a escola se organize de forma a acolher as culturas juvenis e os estudantes em suas singularidades e pluralidades, respeitando os seus direitos e considerando suas diferentes características, interesses, ritmos, aspirações e papéis sociais. O propósito também é promover o desenvolvimento integral desses jovens, contemplando as dimensões intelectual, física, social, emocional e cultural, promovendo assim uma formação para resolver demandas complexas do cotidiano, exercer a cidadania e atuar no mundo do trabalho. (BRASIL, 2019, p. 49-50)

É preciso frisar, conforme feito no capítulo anterior, que a flexibilização curricular aprofunda as desigualdades educacionais neste segmento. O novo ensino médio propõe que os itinerários formativos sejam ofertados conforme as condições da escola em diálogo com as suas respectivas secretarias, a falta de obrigatoriedade e de instrumentos que padronizem esta oferta faz com que as desigualdades sejam aprofundadas. Escolas com melhores condições provavelmente ofertarão mais itinerários, enquanto os alunos das escolas com menos condições cursarão o que, por sorte, o Estado disponibilizar (HERNANDES, 2019).

Com base no que se deseja do novo ensino médio, exposto nessas primeiras páginas do anexo, o edital do PNLD para 2021 estabelece critérios comuns e específicos para a avaliação dos livros didáticos, se propondo a promover o desenvolvimento das competências gerais, específicas e habilidades definidas pela BNCC. O edital, assim como os livros resultantes dele, é um passo importante para implementar a reforma e consolidar a nova organização em itinerários formativos e formação geral (KOEPSEL, 2020), pois como vimos, ele contribui para a produção do currículo (MEUCCI; BEZERRA, 2014).

Diante das alterações que o PNLD 2021 sofreu devido ao Novo Ensino Médio e a BNCC, e da possibilidade dos livros didáticos adquiridos mediante esse edital legitimar o currículo da base, consideramos esse anexo III um “mini manual” do que o Ministério da Educação deseja para esta etapa do ensino básico. Consideramos também que as exigências para a produção dos livros didáticos busca colocar em prática esse novo ideário de ensino médio, que como vimos anteriormente, pode ser encarado como uma reedição das políticas educacionais dos anos 1990 (CUNHA, 2017).

Baseada no Decreto nº 9.099/2017, que versa sobre o próprio PNLD, o programa tem por objetivo : aprimorar o processo de ensino e aprendizagem nas escolas públicas de educação básica, com a consequente melhoria da qualidade da educação; garantir o padrão de qualidade

do material de apoio à prática educativa utilizado nas escolas públicas de educação básica; democratizar o acesso às fontes de informação e cultura; fomentar a leitura e o estímulo à atitude investigativa dos estudantes; apoiar a atualização, a autonomia e o desenvolvimento profissional do professor; e apoiar a implementação da Base Nacional Comum Curricular. Tendo por diretrizes: o respeito ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas; o respeito às diversidades sociais, culturais e regionais; o respeito à autonomia pedagógica das instituições de ensino; o respeito à liberdade e o apreço à tolerância; e a garantia de isonomia, transparência e publicidade nos processos de aquisição das obras didáticas, pedagógicas e literárias.

Quando observamos os critérios eliminatórios comuns, vemos que não há grandes mudanças do novo edital em relação ao seu antecessor. Os itens que constam no edital referente ao ano de 2018, também estão presentes no referente ao ano de 2021. Parte considerável das exigências permaneceram, inclusive o novo documento traz novas questões, como o subitem de combate ao bullying e a automutilação (BRASIL, 2015, p. 55).

Quadro 6 – Critérios eliminatórios comuns

PNLD 2018	PNLD 2021
Respeito à legislação, às diretrizes e às normas oficiais relativas ao ensino médio.	Respeito à legislação, às diretrizes e às normas oficiais relativas à Educação.
Observância de princípios éticos e democráticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano.	Observância aos princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano.
Coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica assumida pela obra no que diz respeito à proposta didático-pedagógica explicitada e aos objetivos visados.	Coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica.
Correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos.	Correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos.
Observância das características e finalidades específicas do manual do professor e adequação da obra à linha pedagógica nela apresentada.	Adequação e pertinência das orientações prestadas ao professor.

Adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico aos objetivos didático-pedagógicos da obra.	Observância às regras ortográficas e gramaticais da língua na qual a obra tenha sido escrita. Adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico.
Respeito à perspectiva interdisciplinar na abordagem dos conteúdos.	Qualidade do texto e adequação temática
	Qualidade dos materiais digitais
	Temas Contemporâneos Transversais

Fonte: O autor, 2022.

Em relação ao item “Observância aos princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano”, contudo, há uma mudança considerável, pois as questões referentes a abordagem de gênero “visando uma sociedade não-sexista, justa e igualitária, inclusive no que diz respeito ao combate à homo e transfobia”⁴⁷ foi retirada. O novo documento só aborda a questão de “gênero” para falar do combate aos estereótipos típicos de gênero, rejeitando por completo questões caras para a comunidade LGBTQIA+, tal como o combate à desigualdade sociais enfrentadas por pessoas trans, e o combate à violência que gera crime de ódio. Vejamos abaixo a mudança no texto desses itens:

Edital PNLD 2018:

1.1.1. promover positivamente a **imagem da mulher**, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder, reforçando sua visibilidade e protagonismo social;

1.1.2. abordar a **temática de gênero**, visando à construção de uma sociedade não-sexista, justa e igualitária, inclusive no que diz respeito ao **combate à homo e transfobia**;

1.1.3. proporcionar o debate acerca dos compromissos contemporâneos de **superação de toda forma de violência**, com especial atenção para o compromisso educacional com a agenda da não-violência contra a mulher. (BRASIL, 2015, p.32)

Edital PNLD 2021:

2.1.2.1. Em decorrência do marco legal supracitado, a obra didática deve:

a. Estar livre de estereótipos ou preconceitos de condição socioeconômica, regional, étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, de idade, de linguagem, de

⁴⁷ Trecho referente ao edital do PNLD 2018 (BRASIL, 2015, p. 32)

deficiência, religioso, assim como de qualquer outra forma de discriminação, violência ou violação de direitos humanos.

e. Promover positivamente a imagem da mulher, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder, ao longo da obra, com o intuito explícito de valorizar sua visibilidade e protagonismo social, com especial atenção para o compromisso educacional com a agenda da não-violência contra a mulher [...]. (BRASIL, 2019, p. 52).

Para além desses, ainda se acrescentou a questão dos “Temas Contemporâneos Transversais”, que se relaciona com os projetos integradores e projetos de vida. O documento ainda se apoia na resolução que institui a implementação da BNCC e traz a categoria “Adequação e pertinência das orientações prestadas ao professor”, esta, por sua vez, serve como guia para os docentes em sala de aula, de como trabalhar com a BNCC, com os desafios do novo ensino médio, e com as novas demandas do público-alvo desse segmento.

Ao observarmos os critérios específicos referente a cada disciplina, ambos os documentos, tanto edital PNLD 2018, quanto no edital PNLD 2021, as Ciências Humanas são entendidas como grandes áreas, a diferença é que neste deve-se abordar conceitos “antropológicos, sociológicos, históricos, filosóficos e geopolíticos” (p. 86), enquanto naquele, as disciplinas tem suas exigências discriminadas em blocos individuais, compreendida que cada saber individualmente é um componente na formação do aluno, e que apesar da interdisciplinaridade ser desejável, não podemos negar as especificidades dos componentes curriculares. Para melhor compreensão, analisaremos as exigências específicas da área de sociologia (PNLD 2018) e compararemos com as exigências da área de Ciências Humanas e Sociais aplicadas.

O edital PNLD 2018 pontua que a Sociologia deve partir de:

“dimensões filosóficas, espaciais, temporais e socioculturais.” [...]para a análise dos contextos sócio-históricos, bem como para a compreensão das experiências pessoais, familiares e sociais dos estudantes, a partir da contribuição específica de cada um dos componentes curriculares que a compõem. A existência das áreas de ensino e a articulação entre essas não significa, no entanto, a negação das especificidades dos componentes curriculares; antes, realça a importância da contribuição que cada um pode oferecer para a compreensão dos fenômenos sociais e dos grandes temas emergentes da sociedade. (BRASIL, 2015, p.42)

O PNLD de 2021 sugere que a área de Ciências Humanas deve se guiar pelo conjunto de habilidades e competências da BNCC, pontuando que a disciplina é necessária para a construção da cidadania e democracia:

1.4.1.2. Assegurar a efetiva aquisição das competências gerais, competências específicas e habilidades relacionadas à Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, de forma integrada com as outras áreas, especialmente com a Área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias.

1.4.1.3. Assegurar o desenvolvimento, do ponto das ciências humanas e sociais aplicadas, da análise crítica, criativa e propositiva de temas afeitos aos princípios

éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano. (BRASIL, 2019, p.86-87)

Esta consideração do edital de 2021 praticamente retoma o discurso que vigorou durante o século XX sobre a importância da sociologia ligada ao rumo democrático do país (AZEVEDO, 2014). Outra consideração que se faz necessária é sobre a atribuição da sociologia no PNL D 2018 enquanto disciplina promotora da alfabetização cientificamente do aluno para que este possa ser capaz de compreender a vida social e os fenômenos que o cercam. Enquanto, no PNL D 2021 a sociologia não assume o caráter de alfabetizar cientificamente o aluno, pois ela agora é uma disciplina componente curricular de outra, e não uma disciplina autônoma.

Esse modelo também nos é útil na comparação com outras disciplinas da humanidade referente ao edital de 2018 (geografia, história, filosofia), em nenhuma delas, assumia-se um caráter tão prático. As ciências humanas e sociais perdem a característica de compreensão do caráter “sócio-histórico” - presente na definição do PNL D 2018-, para ser apenas mais um instrumento de resolução de problemas pessoais, e individuais, que surgem na vida do estudante, perdendo assim o principal componente da análise social: a sociedade.

Edital PNL D 2018:

3.2.1.1.4. O componente curricular **Sociologia** representa um conjunto de conhecimentos que se convencionou denominar Ciências Sociais, contemplando conteúdos da Antropologia Cultural, da Ciência Política e da Sociologia. Parte-se, com efeito, do pressuposto de que fenômenos relativos à representação simbólica do mundo, à dominação política e às formas de sociabilidade são indissociáveis e, enquanto tais devem ser abordados em sala de aula. Importante lembrar que os conteúdos do componente curricular Sociologia farão parte do processo de alfabetização científica do estudante. Para a consecução dessa tarefa, é fundamental oferecer uma perspectiva ‘desnaturalizada’ e ‘crítica’ da vida social. Os fenômenos sociais serão, pois, alvo de inquirição e investigação permanente para que o estudante possa pensar de modo mais sistematizado acerca do mundo social e de sua condição neste mundo. (BRASIL, 2015, p. 44)

No edital 2018 observamos a preocupação na construção de um livro que coloque em questão certezas e conhecimentos do aluno, que desnaturalize processos históricos que são internalizados pelos indivíduos, em prol de uma compreensão científica da sociedade, esmiuçando as formulações do senso comum e apresentando formulações mais embasadas sobre fenômenos sociais. No edital PNL D 2021 essa questão se perde:

1.4.1.6. Explorar conceitos das ciências das humanas e sociais aplicadas para resolver problemas na vida cotidiana do estudante, oferecendo sistematicamente subsídios claros e precisos para a tomada de decisão cientificamente informada.

1.4.1.7. Apresentar propostas de atividades envolvendo o uso de representações diversificadas para a construção e a disponibilização da informação referente aos processos geopolíticos, históricos e socioculturais, incluindo modelos matemáticos e computacionais. (BRASIL, 2019, p.87)

Como podemos observar as Ciências Humanas e Sociais passam a se comportar como um mero instrumento de resolução de problemas práticos e, ou, individuais. Para fechar questão, o edital de 2018 traz ainda uma série de critérios que foram drasticamente reduzidos para o edital de 2021, a sociologia perde exigências fundamentais para a compreensão do mundo social e da condição do aluno neste mundo, tal como o domínio sobre conceitos especializados a exemplo de ideologia e alteridade:

Quadro 7 – Critérios Avaliativos

PNLD 2018	PNLD 2021
Permitir o acesso aos fundamentos dos três componentes curriculares que compreendem as Ciências Sociais, quais sejam, Antropologia Cultural, Ciência Política e Sociologia	Trabalhar, em profundidade, com as categorias da área de ciências humanas e sociais aplicadas (tempo e espaço; territórios e fronteiras; indivíduo, natureza e sociedade; cultura e ética; política e trabalho) por meio de diferentes problemas, atividades e vivências.
Favorecer o domínio da linguagem especializada das Ciências Sociais, conferindo tratamento conceitual e teórico aos temas abordados. Categorias como cultura, estado, sociedade, etnocentrismo, poder, dominação, ideologia, instituições sociais, socialização, identidade social e classes sociais deverão ser apresentados;	Trabalhar com a análise de textos que apresentem fragilidades argumentativas (generalizações indevidas, incoerências internas, digressões etc.) com o intuito explícito de desenvolver no estudante capacidade argumentativa e inferencial a partir de contraexemplos
Rigor na apresentação dos conceitos fundamentais das Ciências Sociais. Isso se manifesta na qualidade das referências, seriedade e precisão na síntese didática	
Explicitar algumas das inquietações intelectuais que deram origem aos conceitos e teorias clássicas das Ciências Sociais e	

apresenta algumas das reinterpretações científicas e seus usos mais recentes	
Apresentar análises sociológicas de situações e contextos familiares aos estudantes, demonstrando que os conceitos e teorias das Ciências Sociais auxiliam na identificação de características novas e estabelecem relações ocultas entre diferentes fenômenos sociais	
Permitir que conceitos e teorias das Ciências Sociais sejam incorporados pelos estudantes na condição de ferramentas para análise do mundo social na qual estão inseridos e para compreensão da sua própria condição no mundo;	
Favorecer, por meio da descrição de situações e elaboração de atividades, ‘deslocamentos’ temporais, espaciais e sociais capazes de possibilitar aos estudantes a ‘desnaturalização’ e a crítica de valores, instituições e práticas que orientam a sua conduta	
Estimular a curiosidade do estudante para a compreensão da vida social;	
Contemplar – nas análises, exemplos e atividades propostas – situações de diferentes regiões do país e experiências de diferentes classes sociais, possibilitando ao estudante o respeito pela diversidade cultural e o reconhecimento da desigualdade social;	
Abordar historicamente os conteúdos e temas tratados a fim de evitar anacronismos e constituir a noção de processo social;	
Apresentar diferentes visões teóricas do campo das Ciências Sociais não privilegiando uma leitura dogmática acerca do mundo;	
Apresentar resultados de pesquisas e estudos sobre temas contemporâneos do Brasil;	

Observando o quadro é possível refletir sobre a perda do caráter disciplinar da sociologia, ao se agrupar com história, geografia e filosofia, vemos que as exigências específicas são reduzidas. Se considerarmos que essas disciplinas citadas também tinham um conjunto de exigências no edital de 2018, essa redução é ainda mais significativa, pois, elas também passam a se resumir a esses dois critérios citados. É possível observar que o edital do PNLD 2021 se distingue muito do seu anterior, principalmente por estabelecer uma nova organização curricular, porém, é preciso verificar se o conteúdo sofre alterações na mesma proporção do edital, para isso, analisaremos um livro oriundo de cada edital.

3 ANÁLISE COMPARATIVA DOS LIVROS DIDÁTICOS DA EDITORA MODERNA (PNLD 2018 e PNLD 2021)

Nos capítulos anteriores explicamos as mudanças que o “Novo Ensino Médio” (Lei 13.415/2017) trouxe para a produção dos livros didáticos para este segmento da educação básica brasileira. Com base nos editais analisados, pudemos observar como era o formato do livro didático exigido, e como ele passou a ser. Para além das estruturas formais presentes nos editais, faz-se interessante observar como essas mudanças se dão na prática. Para tal é preciso analisarmos e compararmos os livros anteriores à reforma com os atuais. Visando este objetivo e tendo como base os livros *Sociologia em Movimento* (2017), e *Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas* (2020), ambos da editora Moderna, analisamos e comparamos três aspectos em ambas as obras. O primeiro aspecto analisado foi a seção “Suplemento ao Professor”⁴⁸. A segunda análise comparativa debruçou-se sobre o capítulo que trata do tema “trabalho”. Consideraremos para esta análise as abordagens sociológicas sobre o mundo do trabalho e as relações sociais que neles ocorrem, levando em conta as suas implicações para a vida dos trabalhadores. O terceiro item analisado foi a utilização e apropriação do Pensamento Social Brasileiro⁴⁹. Trata-se de escolhas arbitrárias que servirão metodologicamente de pretexto a uma distinção possível entre as produções didáticas anteriores e posteriores às mudanças dos editais.

Antes de analisarmos as obras escolhidas, é importante explicarmos o que consideramos como Pensamento Social Brasileiro (PSB). Atualmente o campo do PSB é considerado um dos mais consolidados nas ciências sociais brasileiras, com amplo repertório teórico, debates e estudos publicados. Um aspecto importante a se pontuar sobre o PSB, diz respeito ao seu próprio “nome”. Com o desenvolvimento do campo tornou-se comum confundir o significado da expressão “Pensamento Social Brasileiro”, ora designado para denominar o objeto de pesquisa, e ora para designar o campo científico de investigação, como salientaram Antonio Brasil, Luiz Jackson e Marcelo Paiva em “O pequeno grande mundo do Pensamento Social no Brasil” (BRASIL Jr.; JACKSON; PAIVA, 2020). Autores que “inventaram o Brasil”, para utilizar uma expressão colocada por Fernando Henrique Cardoso (1993), tais como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, e Caio Prado Junior, seriam ao mesmo tempo pensadores sociais brasileiros - haja vista que construíram um importante repertório interpretativo e

⁴⁸ A nomenclatura “Suplemento ao Professor” é utilizada pela Editora Moderna, e cumpre o papel de “Manual do Professor.

⁴⁹ É importante explicitarmos que a análise do Pensamento Social Brasileiro se deu de forma transversal e em todo o livro, diferente da análise sobre o “Trabalho”, no qual utilizamos os capítulos específicos.

analítico sobre o Brasil -, e também seriam objeto de pesquisa do campo científico do Pensamento Social Brasileiro. Este, por sua vez representado por pesquisadores e intelectuais que se dedicam a investigar academicamente esses autores considerados “clássicos”.

É preciso frisar que o PSB não são produções menos científicas, por vezes chamadas pejorativamente de “ensaístas”, ou somente estudos da década de 1930, como apregoou a ciência social institucionalizada pós década de 1950 (BOTELHO, 2010), mas sim, como um repertório analítico que mobiliza autores, intelectuais, temas e ideias que se fazem presentes ainda hoje, uma espécie de “exercício de permanente fertilização da nossa tradição intelectual por força de seu diálogo com a teoria sociológica” (MAIA, 2008. p.9). Sendo assim, optamos por analisar a presença do que chamamos de “pensadores sociais brasileiros”, ou seja, intelectuais relacionados à área das ciências sociais, e que construíram uma “interpretação sobre o Brasil”, independente de um recorte temporal. Com isso, agregamos intelectuais que vão desde Oliveira Vianna até José Murilo de Carvalho. Com esse foco, podemos dizer que nossa análise se dedica a apropriação do objeto de estudo do campo científico do PSB.

3.1 O Livro didático de sociologia e suas gerações, e a recontextualização pedagógica

A disciplina de sociologia participou do PNL D pela primeira vez em 2012, após a aprovação da lei da obrigatoriedade da disciplina no ano de 2008 (Lei 11.684/2008), e assim se manteve nos editais seguintes do PNL D (2015 e 2018). No ano de 2017, quando houve a reforma do Ensino Médio, a disciplina perdeu o status de obrigatória, passando a compor a grande área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, perdendo assim também o seu livro disciplinar.

A escolha em trabalhar com os livros didáticos se dá pelo seu papel relevante para a disciplina, não apenas como um produto da transposição didática do conhecimento científico para o conhecimento escolar, mas também como uma ferramenta que contribuiu para a consolidação da disciplina na Educação Básica. Ao fazer parte de uma das mais importantes políticas públicas educacionais do Brasil- O PNL D- a sociologia passou a ter a mesma formalidade e padrão das demais disciplinas, conferindo a ela o mesmo status das demais (MAGALHÃES, 2018). É preciso observar que o livro didático junto à política pública de sua aquisição, é também um “indutor curricular da disciplina”, fundamental para a difusão do conhecimento sociológico nas escolas de nível básico, e um indutor de temas e trabalhos

acadêmicos, que passam a ganhar notoriedade conforme a disciplina de sociologia participa do edital do PNLD 2012:

[...]cabe lembrar que o PNLD distribui os livros para escolas públicas de todo o país. Com mais livros circulando, sendo consumidos por professores e pesquisadores que trabalham nas instituições escolares, cresce a possibilidade que eles possam instigar novas pesquisas entre esses agentes.[...] Dessa maneira, acreditamos que a mudança proporcionada pelo PNLD provocou e/ou possibilitou o ensejo de novas pesquisas sobre os livros didáticos em programas de pesquisa nas áreas de Ciências Sociais e Educação, inclusive em maior número que no período anterior. Se entre 2000 e 2012 apenas seis trabalhos analisaram de alguma forma os livros didáticos de Sociologia, esse número foi ultrapassado nos últimos anos. Em todos eles o PNLD se apresenta como elemento-chave para a compreensão das problemáticas de pesquisas levantadas. (NETO, 2021, p. 78-80)

A socióloga Simone Meucci (2000) apontou, antes mesmo da obrigatoriedade, que os manuais de sociologia no século XX cumpriam papel considerável no reconhecimento e consolidação da sociologia enquanto campo científico, ao passo que os livros construíam e difundiam o conhecimento sociológico nas escolas. Essa consideração proposta por Meucci, ganha ainda mais força se considerarmos que o percurso das ciências sociais no Brasil tem seu início na educação básica, e não nos cursos de graduação. Podemos refletir que desde o início da sua história no Brasil, a relação da sociologia com os livros didáticos da escola básica se constrói de forma peculiar.

Em vista dessa relação, Julia Maçaira (2021) trabalha com a noção de “gerações” dos livros didáticos de sociologia. Apropriando-se da obra de Karl Mannheim, Maçaira pontua que as gerações não estão relacionadas somente por uma questão temporal ou etária, mas também por uma dinâmica de predisposição para uma “modalidade do viver e do pensar, uma modalidade específica de intervenção no processo histórico” (MANNHEIM, 1964, p. 528 apud MAÇAIRA, 2021, p. 95). Essas gerações estariam ligadas com perspectivas similares sobre o desenvolvimento do processo histórico e as obras de uma mesma geração apresentam semelhanças entre si, além de representar uma ruptura com a geração anterior, sendo interessante para se pensar sobre as intenções por trás dos conteúdos expressos (MAÇAIRA, 2021).

Na visão de Julia Maçaira (2021) teríamos três gerações de livros de sociologia consolidadas e a possibilidade de uma quarta geração a surgir. A primeira geração teria surgido entre os anos de 1920 e 1940, com os manuais escolares que auxiliaram no processo de sistematização e rotinização das ciências sociais no Brasil, ainda muito recente, os autores não eram formados em ciências sociais. Essas obras eram, em sua maioria, apresentação de autores internacionais e suas correntes teóricas. A segunda geração está situada entre os anos de 1980

e 2000, com uma tímida tentativa de didatizar o conteúdo científico para o escolar. Com o PNLD ainda em seus anos iniciais os livros didáticos em sua maioria não tinham um sistema fixo de avaliação e ainda careciam de aprimoramento técnico, como apontamos no capítulo 1. O desenvolvimento do PNLD proporciona o desenvolvimento dos livros didáticos, tanto em características físicas, tal como o tamanho do livro, e a inserção de imagens, como em características pedagógicas. Com a sociologia ainda não obrigatória nacionalmente, e sem compor o PNLD, os livros elaborados se guiavam pelos currículos estaduais, especialmente o de São Paulo, ou seja, não faziam parte do sistema de aquisição e avaliação instituídos pelo Ministério da Educação. A terceira geração, consolidada com o PNLD, está situada entre os anos 2010 até os atuais. Ao ser inserida no edital do PNLD⁵⁰, após a obrigatoriedade em 2008, a sociologia inicia a sua jornada no programa após uma série de aprimoramentos pelo qual o PNLD passou, o que impacta diretamente na qualidade do material didático formulado, além de receber um forte investimento das editoras.

O que estou chamando de terceira geração de livros didáticos se caracteriza pela inclusão da Sociologia no PNLD 2012, cujo processo se inicia com a publicação do edital, em 2009, texto que define e orienta o produto (o livro didático) a ser apresentado pelas editoras. Ou seja, um novo elemento entra em cena e impacta fortemente o mercado editorial de didáticos de Sociologia: o governo federal, por intermédio do MEC e seu poder de avaliação, seleção, mas, principalmente, de compra e distribuição. (MAÇAIRA, 2021, p. 104)

Ao participar de todo o processo seletivo do PNLD, os livros considerados como a terceira geração atingem uma qualidade padronizada com as demais disciplinas. O processo de avaliação por pares, o que não ocorria na segunda geração, possibilitou que erros e problemas fossem corrigidos. Ao atender à exigência científica de relacionar as ciências sociais, sociologia, antropologia e ciência política, os livros passam a ter um caráter mais científico e menos informativos, como foram os da primeira geração, além de ter os próprios livros de sociologia construído com elementos mínimos exigidos pelo edital:

A citação explicita as principais concepções do que aquela comissão compreendeu como Sociologia no ensino médio, na qual ganha destaque a ideia de que a disciplina escolar deve compreender as Ciências Sociais entendidas como compostas pela Antropologia Cultural, a Ciência Política e a Sociologia. Têm ênfase o rigor conceitual e a pluralidade teórica e metodológica das Ciências Sociais, sem privilegiar uma perspectiva única. O edital exige coerência no tratamento de temas, teorias e conceitos, ideia que já havia sido sugerida e desenvolvida nas orientações curriculares para o ensino médio de Sociologia (Brasil. MEC, 2006). Também determina o tratamento teórico e conceitual de uma lista de categorias nominalmente citadas: cultura, estado, sociedade, etnocentrismo, poder, dominação, ideologia,

⁵⁰ Na época PNLEM- Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio.

instituições sociais, socialização, identidade social e classes sociais. (MAÇAIRA, 2021, p. 105)

Esta terceira geração é considerada a mais bem delineada, pois ela tem avanços na parte física e pedagógica, além de estabelecer uma ruptura visível com a geração anterior, seja pelo investimento editorial, ou pelo sistema de aquisição do PNLD. Essa versão que conhecemos, participante do edital do PNLD de 2012, 2015 e 2018, está sendo colocada em questão a partir do edital de 2021. Com o processo de “desdisciplinarização” da sociologia (BLANCO, 2021) e reagrupamento em uma grande disciplina conhecida por “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas”, é possível que os livros sofram alterações, o questionamento que fica é sobre o estabelecimento ou não de uma ruptura e sobre o que estabeleceria a quarta geração, oriunda dos desdobramentos deste novo edital do PNLD 2021.

Uma das maiores preocupações do livro didático é realizar a mediação entre o conhecimento científico validado pelos cursos de ensino superior, e o conhecimento escolar, validado na escola, nos currículos escolares, e no próprio livro didático. Inicialmente os autores de livros escolares de sociologia tinham dificuldade na elaboração do material (GUIMARÃES, 2012 *apud* SOUZA, 2017), o autor aponta que muitas vezes o que acabava sendo produzido era um mini manual reprodutor dos cursos de graduação. Esse processo começa a mudar em 2012, devido ao PNLD. Desde então, o material didático vem sendo cada vez mais aprimorado (MAÇAIRA, 2017). Para melhor compreendermos essas questões lançaremos mão dos estudos do sociólogo britânico Basil Bernstein.

Preocupado em pesquisar as instâncias reguladoras que estabelecem os conteúdos e currículos legítimos, Bernstein formulou alguns conceitos importantes para este campo de estudo. O primeiro deles é o de “Dispositivo Pedagógico”, compreendido como um “conjunto de regras que regulam internamente a comunicação pedagógica e incidem sobre uma série de significados passíveis de serem transmitidos pela escola” (GALLIAN, 2009, p 43), ou seja, é através deste conceito que percebemos como determinados grupos- a exemplo do mercado editorial- exercem o poder e a influência sobre a produção do conhecimento escolar. Esta instância define o tipo de conhecimento que será produzido e endereçado a determinadas classes sociais, e isso se dá pelas regras de avaliação.

Nas regras de avaliação, Bernstein pondera sobre a existência do discurso pedagógico, que se manifesta de três formas: a produção, a recontextualização, e a reprodução. A produção basicamente seria todo o conhecimento produzido sobre o campo científico, que se dá na maioria das vezes nas universidades e centros de pesquisas; a recontextualização seria feita no âmbito das políticas públicas educacionais via Estado; e a reprodução é executada dentro do

âmbito escolar. Compreender esse circuito é importante para analisarmos o livro didático na medida em que ele ocupa esses três âmbitos do discurso pedagógico; ele é produzido em sua maioria por profissionais ligados às instituições universitárias ou que tiveram parte considerável de sua vida ligadas à academia- como mestres e doutores-, ele é recontextualizado/mediado pelo Estado brasileiro via os editais do PNLD, e é reproduzido no ambiente escolar, haja vista que o objetivo final do livro didático é a utilização dele por professores e alunos.

É importante observar que é no âmbito da recontextualização que o conhecimento acadêmico é pedagogizado para a educação básica. É por intermédio do edital do PNLD, com suas exigências e critérios, que se inicia o processo de escolha e seleção do que deve ser transmitido para esses estudantes: o saber acadêmico passa a ser “submetido às condições escolares de transmissão. Nesse processo de adequação, o conhecimento científico se modifica, de tal sorte que o discurso pedagógico de Ciências não se confunde com o discurso científico” (BERNSTEIN *apud* GALLIAN, 2009, p. 49).

A recontextualização pedagógica tal como entendida por Basil Bernstein não é uma mera simplificação ou redução da ciência de referência, mas um processo complexo que exige a mobilização de saberes e habilidades distintos para sua adaptação ou tradução para a realidade e a linguagem do público de estudantes matriculados na última etapa da escolarização básica (como é o caso da sociologia e das ciências econômicas e sociais). (MAÇAIRA, 2017, p. 50)

O campo recontextualizador pode ser entendido como o grande fio condutor entre a academia e a escola, e o principal para que o estudante da educação básica possa compreender fenômenos da sociedade. Os autores de livro didático escrevem e reescrevem os textos das formas mais adaptáveis possíveis, tudo isso com base nos direcionamentos das políticas estaduais e nacionais de ensino. No caso brasileiro, a política se dá no âmbito da união, uma vez que toda a rede pública utiliza livros adquiridos por meio do edital do PNLD.

Os campos de recontextualização oficiais são formados pelos ministérios da Educação, que promovem a formulação de programas, regulamentam a natureza das avaliações ao final do ensino médio e das avaliações de acesso ao ensino superior. Nos ministérios, os formuladores de programas curriculares, diretrizes, provas e exames educacionais, editais de seleção e compra de material escolar, etc., atuam como agentes que definem etapas da recontextualização do saber de referência para o universo escolar (em suas formas disciplinares). (MAÇAIRA, 2017, p.51)

A partir desses conceitos, podemos analisar o livro didático como um elemento fundamental para induzir currículos (SOUZA, 2017). Como parte importante da recontextualização pedagógica, os editais do PNLD com exigências e determinações é agente recontextualizador do conhecimento produzido cientificamente.

3.2 Sobre os livros escolhidos

O livro analisado referente ao PNLD do ano de 2018, *Sociologia em Movimento* (2017), da Editora Moderna, foi escrito por dezenove autores, sendo oito professores do Colégio Pedro II⁵¹. Conta também com a contribuição de professores universitários, da rede estadual, e de outras instituições federais, tal como o CEFET/RJ. Esta obra é resultado de um esforço coletivo de profissionais de diversas áreas dentro das ciências sociais. A formação a nível de mestrado e doutorado dos autores abarca os cursos de: antropologia, artes visuais, direito, educação, ciência política, ciências sociais, filosofia, história, planejamento urbano e regional, sociologia.

Esta primeira obra analisada tem quatrocentas páginas divididas em seis unidades e quinze capítulos no qual os autores buscaram abordar diversos temas de pesquisa das ciências sociais, entre eles a relação entre indivíduo e sociedade, cultura e ideologia, poder e política, gênero e sexualidade.

Quadro 8 – Estrutura do livro “Sociologia em Movimento”

UNIDADES	CAPÍTULOS
1. Sociedade e conhecimento: a realidade social como objeto de estudo.	1. Produção de conhecimento: uma característica fundamental das sociedades humanas 2. A Sociologia e a relação entre o indivíduo e a sociedade.
2. Cultura e sociedade: cultura, poder e diversidade nas relações cotidianas.	3. Cultura e ideologia. 4. Socialização e controle social. 5. Raça, etnia e multiculturalismo.
3. Relações de poder e movimentos sociais: a luta pelos direitos na sociedade contemporânea.	6. Poder, Política e Estado. 7. Democracia, cidadania e direitos humanos. 8. Movimentos sociais.
4. Mundo do trabalho e desigualdade social.	9. Trabalho e sociedade. 10. Estratificação e desigualdades sociais.
5. Globalização e sociedade no século XXI: dilemas e perspectivas.	11. Sociologia do desenvolvimento. 12. Globalização e integração regional.
6. A vida nas cidades do século XXI – questões centrais de uma sociedade em construção.	13. Sociedade e espaço urbano. 14. Gênero, sexualidade e identidades. 15. Sociedade e meio ambiente.

Fonte: O autor, 2022.

Ao analisar a versão de 2013, o sociólogo Fabio Desterro (2016), em sua dissertação de Mestrado, ponderou que o livro em questão tem como premissa três eixos centrais para abordar

⁵¹ Inclusive o livro “Sociologia em Movimento” ficou conhecido entre os professores da disciplina como o “Livro do Pedro II”, devido a vasta quantidade de autores que são docentes nesta instituição.

o conhecimento: (1) é uma construção social; (2) o estudante de ensino médio é capaz de produzir conhecimento e (3) o docente tem um papel fundamental para o processo de construção do conhecimento por parte dos seus alunos:

Em termos políticos e pedagógicos, os autores produziram a obra dedicando atenção ao papel da escola. Para eles, esta instituição social, como núcleo de formação, socialização e construção da autonomia do estudante, —deve considerar em seu projeto pedagógico a diversidade de sujeitos que a compõem, priorizar a interlocução com as culturas juvenis e reconhecer a constituição de competências como meio para formar cidadãos plenos e autônomos (DESTERRO, 2016, p. 197)

Ao analisarmos a versão do livro de 2017⁵² observamos que a estrutura dele é muito similar à de seu antecessor, analisado por Desterro: segue não só as mesmas divisões de unidades e capítulos, como também os três eixos básicos mencionados - destacados no “suplemento ao professor” da edição. O sujeito tem papel de destaque na construção do conhecimento, não sendo um mero receptor do conhecimento escolar.

O livro escolhido para representar o PNLD de 2021 foi Moderna Plus: *Ciências Humanas e Sociais Aplicadas* (2020). Ele apresenta duas grandes diferenças em relação ao seu antecessor, a primeira delas se dá ao fato dele não ser disciplinar, ou seja, não é um livro de sociologia, ou de história, mas sim das ciências humanas e sociais aplicadas. A segunda diferença se dá na quantidade de autores; a Moderna, por questão metodológica, e óbvia, escreveu seu novo livro a partir da reunião de diversos outros autores de livros didáticos da área de ciências humanas e sociais, ou seja, reuniu profissionais escritores do livro *Sociologia em Movimento* com historiadores, geógrafos e filósofos. Em face desses acontecimentos, o livro passou a ter vinte e três autores, cinco a mais do que o antigo livro de sociologia tinha. Outra mudança, designada pelo edital do PNLD e cumprida pelas editoras, gira em torno dos volumes da nova edição, enquanto o de 2018 era uma coleção de volume único, nesta são seis volumes, organizados da seguinte forma:

⁵² Essa versão continuou sendo nomeada como “Sociologia em Movimento”, porém, sua edição é do ano de 2017.

Quadro 9 – Estrutura do livro “Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas”

<p>Volume 1- Natureza em Transformação</p> <p>Capítulo 1- Natureza e formação da humanidade. Capítulo 2- Os recursos Naturais e as primeiras civilizações. Capítulo 3- Perspectiva sobre a Natureza. Capítulo 4- Tempos da Natureza e ação antrópica. Capítulo 5- Os desafios da Sustentabilidade e a agenda ambiental. Capítulo 6- Sociedade e Meio ambientes.</p>
<p>Volume 2- Globalização, emancipação e cidadania</p> <p>Capítulo 1- Atlântico: o encontro de três mundos. Capítulo 2- A emancipação política dos Estados Unidos, Haiti, e países da América espanhola. Capítulo 3- Economia global e trocas desiguais. Capítulo 4- O mundo em rede. Capítulo 5- Globalização e sociedade do século XXI: dilemas e perspectivas. Capítulo 6- O sujeito em formação</p>
<p>Volume 3- Trabalho Ciência e Tecnologia</p> <p>Capítulo 1- O saber e a ação humana no mundo. Capítulo 2- Mundo do trabalho e desigualdade social. Capítulo 3- Formas e relações de trabalho ao longo do tempo. Capítulo 4- A divisão internacional do trabalho e a mão de obra global. Capítulo 5- O trabalho no Brasil: uma abordagem histórica. Capítulo 6- Inovações tecnológicas e transformações espaciais no Brasil nos séculos XX e XXI.</p>
<p>Volume 4- Poder e Política</p> <p>Capítulo 1- Conceitos Fundamentais de filosofia política. Capítulo 2- Poder Política e Democracia. Capítulo 3- Estados modernos: das monarquias absolutistas ao império Napoleônico. Capítulo 4- Revoluções liberais e teorias políticas do século XIX. Capítulo 5- Território e fronteira dos estados nacionais. Capítulo 6- Fronteiras estratégicas e disputas territoriais.</p>
<p>Volume 5- Sociedade, Política e Cultura</p> <p>Capítulo 1- Cultura, uma trajetória humana. Capítulo 2- Indivíduo, sociedade e cultura. Capítulo 3- Migrações, sociedades multiculturais e dinâmicas populacionais. Capítulo 4- Brasil: diversidade cultural. Capítulo 5- Formação da nação brasileira: da independência à primeira república. Capítulo 6- Brasil republicano e ditaduras na América Latina.</p>
<p>Volume 6- Conflitos e desigualdade</p> <p>Capítulo 1- O mundo em conflito: a transição do século XIX para o século XX. Capítulo 2- Totalitarismos e segunda guerra mundial. Capítulo 3- A Organização das Nações Unidas e os indicadores sociais. Capítulo 4- Conflitos regionais na ordem global.</p>

Capítulo 5- Violência e Direitos Humanos. Capítulo 6- Desigualdade Racial, racismos e políticas afirmativas na cidade contemporânea.

Fonte: O autor, 2022.

A proposta desta nova obra é a de uma abordagem interdisciplinar, que envolva todas as áreas das humanidades dentro desta coleção, entretanto, apesar do esforço dos autores, não é possível a todo momento abordar as quatro ciências que compõem a disciplina de “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas”. Com isso, vemos que os volumes aderem a grandes temas e a partir deles tentam relacionar abordagens científicas distintas para poder compreendê-los. Sendo assim, alguns volumes abordam mais determinada área e menos outras. Essas abordagens, de cada área, se encontram como um condensado de reflexões a respeito daquele tema que dá nome ao volume e ao capítulo.

Para melhor compreendermos essa questão, utilizaremos o sexto volume como exemplo. O tema central deste volume é a discussão sobre conflitos e desigualdades sociais, ao analisarmos o capítulo 1, “O mundo em conflito: a transição do século XIX para o século XX”, e o capítulo 2, “Totalitarismos e Segunda Guerra Mundial”, é possível observar que os autores deram maior ênfase à abordagem histórica para trabalhar o capítulo, discutindo questões que vão desde os conflitos coloniais, até os conflitos do século XX, em especial a ascensão do Nazismo e do Fascismo. Ao analisarmos o capítulo 3, “A Organização das Nações Unidas e os indicadores sociais”, e o capítulo 4, “Conflitos Regionais na ordem global”, observamos que a maior ênfase é para a abordagem da geografia humana. Por último, o capítulo 5, “Violência e Direitos Humanos”, e o capítulo 6, “Desigualdade racial, racismos e políticas afirmativas na cidade contemporânea”, utilizam a abordagem sociológica como base do capítulo. Discutindo temas que vão desde a construção do Estado autoritário até a implementação de políticas de ação afirmativas, ponderando ainda sobre as interpretações raciais que auxiliaram a construção de uma cidade desigual. É possível verificar que dentro dos capítulos há algumas considerações de ordem filosófica, porém, ela não ganha destaque e não tem um capítulo ou seção destinada a debater filosoficamente questões sobre conflitos e desigualdades. Esse mesmo tipo de análise que realizamos no sexto volume, também foi realizada nos demais, gerando o quadro seguinte como um guia de abordagens mais utilizada em cada volume.

Quadro 10 – Abordagem mais utilizada em cada volume⁵³

Volume	Filosofia	Geografia	História	Sociologia
1º		X	X	
2º	X	X	X	X
3º		X	X	
4º	X	X	X	X
5º		X	X	X
6º		X	X	X

Fonte: O autor, 2022.

É notório que as disciplinas de história e geografia, presentes em todos os volumes, exercem hegemonia na escrita do livro. Podemos levantar algumas considerações a respeito dessa posição de destaque na produção da obra, sendo a primeira referente à tradição e consolidação da disciplina no ensino médio, e a segunda referente a uma estratégia editorial para a escolha dos livros didáticos por parte dos professores e, conseqüentemente, a sua futura aquisição pelo Estado brasileiro. Bernstein pontuava a importância de se observar o poder que esses grupos exercem na hora de formular o conhecimento escolar. Devido a sua consolidação, ambas as disciplinas gozam de mais tempos de aula e maior representatividade, quantitativamente falando, em número de professores por escola. Como o livro de ciências humanas e sociais aplicadas deverá ser escolhido em conjunto por todos os professores referentes a esta área, é provável que o corpo docente de história e geografia tenham maior peso na votação, devido ao tamanho dos seus respectivos departamentos. Portanto, seria arriscado propor um livro com pouca história e com pouca geografia sabendo que são esses professores que podem fazer a diferença na votação. Não podemos deixar de observar que o mercado do livro didático é responsável por aproximadamente 50% do faturamento anual da indústria editorial, “sendo a maior parte destes rendimentos advindos das aquisições via PNLD” (NETO, 2021, p. 79).

Uma consideração importante a ser feita diz respeito à abordagem utilizada por cada livro que recorre aos conhecimentos das ciências sociais. O segundo e o sexto volumes têm foco direcionado à área acadêmica de sociologia, enquanto o quarto volume volta-se para a ciência política e o quinto volume para a área de antropologia. Cabe pontuar também que,

⁵³ Para chegarmos a essa avaliação, consideramos que o volume que utiliza dois ou mais capítulos baseados em uma das ciências citadas, tem inclinação para a referida área. Cabe pontuar também que os capítulos não são totalizantes, não utilizam única e exclusivamente uma abordagem, porém, é perceptível a preponderância de uma ou outra.

segundo o suplemento ao professor, a inclinação do capítulo, expresso na orientação de cada capítulo presente no documento, seria um indicador de qual professor seria mais adequado para abordar determinada unidade do livro (VÁRIOS AUTORES, 2020, p. XXXIX).

3.3 Suplemento ao Professor

O livro didático do tipo “Manual do professor” tem em seu interior uma parte denominada “Suplemento ao Professor”, tendo por finalidade auxiliar o profissional docente na utilização do material e sanar algumas dúvidas relacionadas ao próprio livro. Servindo como um guia, ele oferece sugestões sobre: encaminhamento das aulas, questionamentos didático-pedagógicos, trabalhos e atividades complementares, bibliografia e filmografias sobre temas do livro.

3.3.1 Suplemento ao Professor. Livro PNLD 2018 Sociologia em Movimento

O “Suplemento ao Professor” desta edição é dividido em duas partes, sendo a primeira composta de orientações pedagógicas e metodológicas para os professores, apresentações e justificativas para a existência de cada capítulo; e a segunda é composta por sugestões e orientações para cada capítulo que compõe o livro, comentando formas de utilização do material em sala de aula, bem como um compilado de conceitos e temas que serão abordados em cada seção do livro.

A primeira parte percorre a trajetória da sociologia na escola e a sua relação com as ciências humanas. Neste início se ocupa em dissertar sobre a organização e articulação de conteúdos e possíveis práticas na sala de aula. Os autores iniciam o texto falando sobre a volta da sociologia à educação básica, e que este retorno seria o reencontro necessário da educação com a democracia, além de “expressar o esforço da sociedade brasileira para transformar a educação em instrumento de emancipação do indivíduo” (VÁRIOS AUTORES, 2017, p. 404).

Na visão dos autores, a sociologia deve ser vista como ferramenta de libertação do povo e de pensamento crítico. Ao pararmos para refletir sobre os termos utilizados neste início de “suplemento ao professor”- “emancipação” e “libertação” - muito nos remete aos sentidos

inicialmente atribuídos à sociologia, e que esteve em evidência nos discursos sobre a necessidade do seu retorno na década de 1980, como disciplina representante de governos democráticos capaz de provocar mudanças na estrutura social e política do país, como aponta Gustavo Cravo de Azevedo (2014, p. 29). Os autores sugerem ainda que as questões motivadoras e as formulações de problemas que o livro oferece devem pautar uma dinâmica de formação de cidadãos comprometidos com a democracia e com a sua sociedade, discurso também levantado na década de 1980, como aponta o trabalho supracitado.

Em relação às expectativas para a disciplina de sociologia, os autores colocam que o livro deverá auxiliar na mobilização dos saberes sociológicos, e que estes seriam capazes de possibilitar ao aluno uma compreensão da sua própria realidade, isso através de: conceitos, teorias clássicas e contemporâneas, dados estatísticos, manifestações culturais e registros históricos. Este ponto se distingue bastante da expectativa que se tem para com as ciências humanas nos livros do PNLD 2021, no qual a mobilização dos saberes sociológicos tem a função de resolver problemas práticos da vida cotidiana⁵⁴. O livro de 2018 também pontua que a alfabetização científica é fator central na produção do material, ou seja, vemos a tentativa de construir uma disciplina voltada para a compreensão científica da realidade. Também se entende que devido ao não contato com a disciplina no ensino fundamental, seria preciso “alfabetizar” os alunos com termos e conceitos característicos desta ciência.

É demarcado textualmente que a sociologia, no livro oriundo do PNLD de 2018, tem papel formativo (VÁRIOS AUTORES, 2017, p. 405), e para cumprir este objetivo é preciso mobilizar saberes não só sociológicos, mas também antropológicos e os da ciência política. As obras partem de temas relacionados a essas áreas das ciências sociais, e a partir da abordagem de cada uma delas é construído um entendimento geral sobre o assunto. A articulação entre essas áreas é necessária para se compreender a multiplicidade das ciências sociais e a tradução deste campo científico para o ensino médio (VÁRIOS AUTORES, 2017, p. 410).

Ao analisarmos as justificativas presentes em cada capítulo, observamos que elas estão em acordo com a proposta de alfabetização científica, bem como com a apresentação de uma nova ciência para os alunos recém-chegados ao ensino médio. O suplemento sugere que o livro seja apresentado aos alunos de forma sequencial, ou seja, iniciando o primeiro e o segundo bimestre do primeiro ano do ensino médio- ou o primeiro semestre do primeiro ano do ensino médio, a depender da organização escolar- com a unidade 1 e assim segue até o fechamento da

⁵⁴ Abordaremos esta questão na próxima seção.

unidade 6 no último semestre do terceiro ano do ensino médio, como pode ser observado no quadro seguinte.

Quadro 11 – Apresentação e Justificativa para a existência de cada unidade e capítulo do livro *Sociologia em Movimento*

Unidade e capítulo/Plano de execução do livro	Apresentação/Justificativa
Unidade 1- Capítulos 1 e 2.	Tem por finalidade apresentar a Sociologia, introduzindo o estudante ao pensamento sociológico e às condições sócio-históricas do desenvolvimento das ciências sociais. Apresenta também as reflexões dos autores clássicos da Sociologia e diferentes interpretações sobre a sociedade em que vivemos.
Unidade 2- Capítulos 3, 4, 5.	Apresenta os conceitos de Cultura, elemento central para a compreensão da vida social. Sua finalidade é ajudar a compreender ações individuais e coletivas. Para isso apresenta debates sobre a socialização e a ideologia.
Unidade 3- Capítulos 6, 7, 8.	Esta unidade prolonga a discussão anterior e põe em debate as relações de poder existentes na sociedade. Propondo uma reflexão crítica sobre os ideais e os valores que estão no cerne da sociedade contemporânea. Para além dessa discussão, também debate o lugar da democracia, da cidadania e dos direitos humanos no Estado moderno/contemporâneo.
Unidade 4- Capítulos 9 e 10.	Admitindo-se a categoria trabalho como uma das mais importantes para o desenvolvimento da reflexão sociológica, o capítulo pretende discutir a realidade social vivenciada no atual mundo do trabalho e suas consequências para indivíduos e sociedade, sendo uma delas a desigualdade social.
Unidade 5- Capítulos 11 e 12.	Esta unidade possibilita ao docente debater

	sobre as mudanças sociais e as relações entre Estados em uma sociedade globalizada, bem como o seu impacto na vida social.
Unidade 6- Capítulos 13, 14, 15.	Esta unidade possibilita ao docente discutir temas contemporâneos e atuais com os alunos, tal como a utilização do espaço urbano e as relações de gênero. Ele torna-se importante na medida em que auxilia a reflexão crítica contra toda forma de violência, exclusão e preconceito, valendo-se das bases científicas da sociologia para desnaturalizar questões enraizadas na nossa sociedade.

Fonte: O autor, 2022.

Com base na seção “Articulação dos temas” do livro *Sociologia em Movimento* (2017, p. 412-13) pudemos elaborar esta tabela com as justificativas para a presença de cada capítulo no livro didático. Essa organização, segundo o suplemento ao professor, possibilita ao estudante a compreensão do que é a sociologia e como ela pode ser relacionada com temas que os inquietem. A partir desse plano, as justificativas para a existência das unidades e dos capítulos relaciona-se com a alfabetização científica e a reflexão crítica que os alunos podem desenvolver em relação a cada tema apresentado, bem como contribui para o caráter formativo que esta etapa da educação deve ter (RAMOS; HEINSFELD, 2017).

3.3.2 Suplemento ao Professor PNLD 2021 Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

O “Suplemento ao Professor” do livro *Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas* começa expondo que o ensino médio passou a ser obrigatório com a Constituição Federal de 1988, tendo sua consolidação com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, na qual a educação passa a ser entendida como um processo formativo abrangente que envolve várias instâncias da sociedade. Visando à melhoria na educação e a superação dos péssimos índices desta última etapa da educação básica elaborou-se os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) (VÁRIOS AUTORES,

2020, p. V). Neste, o ensino médio ganharia o reconhecimento de “formação integral do estudante”, ou seja, deixaria de ser uma etapa transitória e intermediária, e passaria a ter uma identidade própria, como ponderou Flávia Ramos e Bruna Heinsfeld (2017).

O PCNEM, segundo este suplemento, almeja formar o aluno de modo contextualizado, fornecendo-lhe um conjunto de competências básicas para a inserção na vida adulta. Porém, todo esse esforço foi falho, haja vista, que o modelo ainda era o mesmo que vigorava na Primeira República (1889-1930), com “estudantes agrupados por turmas de acordo com a idade, e progressão de um ano para o outro dependente da assimilação de conteúdo dos diversos componentes curriculares” (VÁRIOS AUTORES, 2020, p. V), incorrendo em puro tecnicismo de um conteúdo fragmentado, sobretudo, por ser distante da realidade dos jovens brasileiros. De acordo com o suplemento, o caos gerado por esse modelo pode ser visto por meio das avaliações nacionais, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e as internacionais, por exemplo o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), ambos evidenciam o diagnóstico de esgotamento do sistema tradicional de ensino vigente no Brasil; a reforma do ensino médio seria a única alternativa viável para solucionar esse problema na última etapa da Educação Básica:

As propostas nesse sentido ganharam força com os repetidos diagnósticos de esgotamento do sistema tradicional de ensino feitos por meio das avaliações nacionais, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e as internacionais, por exemplo o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa – sigla do inglês Programme for International Student Assessment). O desempenho dos estudantes no Saeb somado às taxas de rendimento escolar (aprovação) compõem o Índice da Educação Básica (Ideb), formulado para medir a qualidade do aprendizado no país e estabelecer metas para a melhoria do ensino. Há mais de uma década, os números do Ideb para o Ensino Médio mantêm-se estagnados e abaixo da meta tanto para o ensino privado como para o público. [...] Nesse contexto, em 16 de fevereiro de 2017 foi sancionada a Lei n. 13.415, que instituiu a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, estabelecendo as bases do que foi chamado “o Novo Ensino Médio”. (VÁRIOS AUTORES, 2020, p. V-VI)

Ao adotar o “tom” da reforma do ensino médio como “salvadora” desta etapa da Educação Básica, o Governo Federal angariou críticas. Maria Sussekind (2019), sugere que o governo, através da reforma, incorre no erro de avaliar a educação nacional somente com base nos testes padronizados internacionais. Podemos pontuar que os formuladores de políticas públicas guiam a qualidade de educação somente por esses testes, como se fosse o parâmetro mais adequado de avaliação da educação, estimulando a hierarquização das disciplinas e ignorando as especificidades regionais e nacionais que os testes impõem aos alunos de regiões outras que não a do hemisfério norte. O referencial do Novo Ensino Médio, ao se apegar aos

testes, estaria na avaliação, e não no processo de ensino-aprendizagem. Após essas considerações, o livro apresenta o Novo Ensino Médio, as principais mudanças⁵⁵ e até mesmo uma possibilidade de organização da carga horária básica.

Figura 1 – Possibilidades sugeridas de organização curricular da carga horária do novo ensino médio



Fonte: VÁRIOS AUTORES, 2020, p. VII.

De acordo com os três modelos apresentados no quadro acima, o primeiro ano do ensino médio poderá variar entre 600 horas e 1000 horas de formação geral, o segundo ano deve ser de 600 horas em todas as possibilidades, e o 3º ano pode variar de 200 a 600 horas de formação geral. O “Suplemento ao Professor” também expõe o que é a BNCC e o que espera que os professores façam em relação a ela. Explica que a LDB e o Plano Nacional de Educação (PNE) estabeleceram estratégias para se alcançar metas em relação à educação nacional, reforçando os currículos de toda a educação básica. Buscando atingir essas metas, durante os anos de 2015 a 2017, diversas entidades se uniram para elaborar a nova base. Somente no último ano conseguiram homologar a BNCC do ensino fundamental, que definia dez competências gerais para a educação básica- valendo também para o ensino médio. O objetivo da base, segundo o suplemento ao professor, é a mobilização de conhecimentos, atitudes e valores para a resolução de problemas práticos da vida cotidiana. Em seguida os autores listam as dez competências da BNCC que os professores devem estar atentos e valorizar em sala de aula:

⁵⁵ Essas questões foram expostas nesta dissertação no capítulo 2.

Figura 2 – Quadro de habilidades sugeridas pela Base Nacional Comum Curricular

COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA
<ol style="list-style-type: none"> 1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. 2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas. 3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural. 4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo. 5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. 6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. 7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta. 8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas. 9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. 10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Fonte: VÁRIOS AUTORES, 2020, p. VIII.

Com bases nessas habilidades, em 2018 foi promulgada a BNCC voltada para o ensino médio, com o objetivo de preparar o estudante para o trabalho, a cidadania e a vida adulta. Segundo o suplemento, esta base possibilita que a ênfase do processo de ensino-aprendizagem seja deslocada do conteúdo informativo para o desenvolvimento de competências e habilidades, e, no lugar da antiga segmentação das disciplinas, definiu-se o ensino por áreas, como era o desejo, desde a década de 1990, de parte dos formuladores de política pública educacional (CUNHA, 2017), inclusive de Maria Helena de Castro, presente nesses dois momentos da política brasileira.

Após toda a abordagem sobre esses dois pontos - BNCC e o “Novo Ensino Médio” -, o documento aponta o que se espera da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Segundo

o livro, a nova disciplina que entrelaça a história, geografia, filosofia e sociologia deverá ter a capacidade de aprofundar as aprendizagens essenciais desenvolvidas no ensino fundamental, orientando uma formação ética cidadã (VÁRIOS AUTORES, 2020, p. XVI). A disciplina ainda deve ser capaz de promover a ampliação do repertório conceitual dos estudantes, e desenvolver as capacidades de: observação, memória e abstração da realidade.

Nenhum desses objetivos está bem delineado e definido, se comparado aos objetivos dos anos anteriores, quando o foco era a “desnaturalização” e o “estranhamento”, dois conceitos conhecidos das ciências humanas, sobretudo da sociologia. Mesmo assim, o documento segue pontuando algumas outras capacidades que a disciplina deverá ser capaz de desenvolver nos alunos, entre elas o entendimento de alguns conceitos chaves, como expresso no suplemento (VÁRIOS AUTORES, 2020, p. X):

Tempo e espaço: categorias essenciais para o estudo das Ciências Humanas uma vez que permitem a identificação de contextos, a análise de acontecimentos e a compreensão de processos, bem como as suas rupturas e permanências.

Território e fronteira: categorias indispensáveis para a compreensão de processos identitários relacionados a territorialidades e de estabelecimento de fronteiras de diferentes significados (territoriais, culturais, econômicas, sociais, entre outras)

Indivíduo, natureza, sociedade, cultura e ética: categorias que permitem a análise crítica dos estudantes sobre a sociedade em que vivem e sobre eles mesmos como indivíduos, além da compreensão das diferentes formas de organização social baseadas em valores, tradições, práticas, hábitos e formas específicas de manejar a natureza

Política e trabalho: categorias importantes por mediar a vida em sociedade, em que se pressupõem iniciativas individuais e coletivas

É possível identificar que os conceitos fundamentais detalhados pelo livro estão relacionados respectivamente com as quatro disciplinas do antigo ensino médio: história, geografia, filosofia, sociologia. Para além desses conceitos, o livro didático deverá ser capaz de trabalhá-los dentro de um conjunto com seis competências definidas pela BNCC, sendo elas:

Quadro 12 – Competências da BNCC para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Competência específica 1	Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.
Competência específica 2	Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam

	as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações
Competência específica 3	Analisar e avaliar criticamente as relações de diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza (produção, distribuição e consumo) e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de alternativas que respeitem e promovam a consciência, a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.
Competência específica 4	Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades
Competência específica 5	Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.
Competência específica 6	Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Fonte: VÁRIOS AUTORES, 2020, p. XI-XII.

Os seis volumes da coleção foram organizados com base nessas competências, tendo-as como princípios norteadores. O livro está organizado em eixos temáticos que utilizam conhecimentos das quatro áreas. A coleção se propõe a trabalhar todas as competências e habilidades descritas acima, e devem ser levados em consideração o projeto de vida dos estudantes e os temas contemporâneos transversais da BNCC: Meio Ambiente, Economia, Ciência e Tecnologia, Multiculturalismo, Saúde, Cidadania e Civismo. Esse aglomerado de normas deverá nortear um estudo que não delimite áreas e ciências, mas que tenha uma abordagem para além da disciplinaridade já conhecida, abandonando-se a multidisciplinaridade e entrando na era da interdisciplinaridade⁵⁶:

Não eram raros trabalhos que envolviam duas ou mais disciplinas, mas em geral se caracterizavam por serem trabalhos multidisciplinares, ou seja, várias disciplinas debruçavam-se sobre um mesmo tema, cada uma estudando-o de sua perspectiva.[...] com a proposta de se trabalhar por áreas do conhecimento, e não por disciplina, espera-se promover uma maior e verdadeira integração das áreas do conhecimento.[...] Assim, quando a interdisciplinaridade é promovida, as fronteiras entre as disciplinas se tornam permeáveis, e conhecimentos de um campo passam a agir sobre o outro, transformando-o e enriquecendo-o. Como exemplo de interdisciplinaridade é possível citar o impacto causado na arqueologia pelo emprego de uma gama de conhecimentos químicos, físicos e biológicos na datação de artefatos

⁵⁶ Apesar da proposta inicial ser essa apontada, é discutível se seus objetivos foram atingidos com os novos livros didáticos.

arqueológicos ou no mapeamento genético de populações nativas de várias regiões do planeta. Além disso, a interdisciplinaridade traz para dentro da sala de aula a efetiva experiência da realidade vivida pelos indivíduos, na medida em que no seu cotidiano, não há divisão disciplinar da vida. Todos os conhecimentos se articulam para permitir aos sujeitos compreenderem e agirem na vida social. (VÁRIOS AUTORES, 2020, p. XXXVII)

Para os formuladores da reforma do ensino médio, essa renovação no livro didático se faz urgente, ela será capaz de promover no estudante novas formas de estudo e novas formas de desenvolvimento, formando um cidadão com maior capacidade de abstração e resolução de problemas práticos cotidianos (VÁRIOS, AUTORES, 2020, p. IX).

Na segunda parte do “Suplemento ao Professor”, cada volume apresenta um conjunto de sugestões, orientações e comentários para o manuseio do livro didático dentro e fora da sala de aula, além de organizar como as competências serão trabalhadas em cada um dos capítulos do presente volume. Para além disso, cada volume apresenta também justificativas para a sua existência:

Quadro 13 – Justificativa para a existência de cada volume do *Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*

VOLUME	JUSTIFICATIVA
Vol. 1- Natureza em transformação	Todas as pessoas, individualmente ou em sociedade, relacionam-se com a natureza e vivem sob a influência dos processos naturais e também daqueles modificados pela ação humana, da escala local à global. Por isso, a compreensão desses processos e do alcance das atitudes coletivas na busca pelo uso sustentável dos recursos naturais, com base na abordagem dos componentes da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, é essencial na construção de sociedades pautadas pela ética e pelo respeito ao conhecimento científico. Dessa forma, para pensar a natureza é fundamental considerar a ação humana sobre ela, e essa relação é o principal tema desse livro.
Vol. 2 – Globalização, Emancipação e Cidadania	Apesar de um fenômeno tão complexo como a globalização poder ser descrito por inúmeros outros fatores, não há dúvidas sobre a abrangência de seus impactos nas mais diferentes dimensões da vida humana, como a cultural, a comportamental, a econômica e a social, entre outras. Por isso

	<p>é um grande tema das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, sendo abordado neste livro na perspectiva de seus diferentes componentes curriculares (história, sociologia, geografia e filosofia). E por também se referir a interações econômicas e políticas em uma lógica internacional, que têm diferentes impactos nas esferas locais, o tema globalização é abordado de forma crítica e analítica considerando suas relações com os conceitos de emancipação e cidadania.</p>
Vol. 3- Trabalho, Ciência e Tecnologia	<p>O mundo do trabalho é assunto de total relevância para os estudantes do Ensino Médio, visto que parte deles já está atuando no mercado e outros entrarão nele em breve. Compreender as mudanças históricas do trabalho e sua configuração na atualidade ajuda a reconhecer situações de exploração e de falta de condições adequadas a que muitos trabalhadores estão sujeitos no desempenho de suas funções, além de contribuir para que os estudantes façam escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida. Em uma era marcada pelo desenvolvimento científico e tecnológico, é importante que os jovens reflitam sobre os impactos desses avanços no mundo do trabalho e em suas vidas e sobre as implicações éticas no uso da ciência e da tecnologia.</p>
Vol. 4- Poder e Política	<p>A expansão da internet nas últimas décadas e sua inserção como ferramenta cotidiana de comunicação para grande parte da humanidade contribuiu para transformações significativas nas diversas dimensões da vida social. Nesse contexto, a esfera da participação política também foi afetada de diferentes modos: a organização dos movimentos sociais pela internet, a criação de ações de massa utilizando-se das redes sociais, o uso das ferramentas digitais como instrumento de dominação política e a fiscalização das ações do Estado por parte da sociedade civil são algumas das consequências positivas e negativas dessa expansão. Nesse cenário, algumas perguntas emergem: o que significa</p>

	<p>fazer política? Qual é a relação entre essas práticas e fenômenos e o poder? Como esses temas afetam a sociedade da qual os jovens fazem parte? Tais perguntas nortearam a elaboração dos capítulos deste livro, visando instrumentalizar os jovens para que participem de forma ética do campo político e exerçam plenamente sua cidadania.</p>
<p>Vol. 5- Sociedade, Política e Cultura</p>	<p>Os jovens constituem uma parcela da população particularmente interessada em cultura. O que a maioria deles compreende como “cultura” consiste, na verdade, em expressões artísticas, como a música, a dança, o cinema, a moda, a literatura etc. Entretanto, a cultura abrange não só a arte, mas também a linguagem, as crenças e a produção material e imaterial de cada sociedade. Aliás, cultura e sociedade são temas que não podem ser trabalhados separadamente, na medida em que se constroem mutuamente. Do mesmo modo, a dimensão política se articula com as relações sociais e as manifestações culturais de uma sociedade. Assim, essas três dimensões, inerentes às organizações humanas, são apresentadas neste volume aos estudantes de forma articulada.</p>
<p>Vol. 6- Conflitos e Desigualdades</p>	<p>A todo momento fala-se da paz e de sua importância na construção de um mundo melhor. Contudo, se este é um ideal tão almejado, por que os noticiários sempre nos informam sobre conflitos, guerras e violências cotidianas? Esse paradoxo revela a complexidade dos seres humanos e das sociedades em que vivem, pois, a paz, mesmo sendo um valor universal, não é inata; sua manutenção demanda um esforço constante. Nesse sentido, este volume se dedica a apresentar alguns dos conflitos recentes que transformaram a organização social e os valores éticos das sociedades contemporâneas. Além disso, serão apresentadas algumas das tensões e desigualdades do mundo contemporâneo que interferem</p>

	<p>nas relações de poder e afetam os grupos sociais, em maior ou menor escala, tanto no mundo quanto no Brasil. Espera-se, desse modo, auxiliar os estudantes a estabelecerem um julgamento crítico sobre essas questões e, ao mesmo tempo, incentivá-los a atuarem de maneira solidária em situações de violência e injustiça, com respeito aos direitos humanos e em prol da construção da cultura de paz.</p>
--	--

Fonte: O autor, 2022.

As justificativas apresentadas para cada volume destaca que há um esforço em construir um livro interdisciplinar. É possível observar elementos das diversas disciplinas que compunham o antigo ensino médio neste livro, sendo cada volume um condensado de conhecimento. É possível observar no volume 1 que as justificativas estão mais ligadas ao conhecimento da disciplina de geografia, enquanto o volume 6 está mais relacionado com os conhecimentos da sociologia.

Podemos observar no livro *Sociologia em Movimento* (2017) que o “Suplemento ao Professor” assume um papel de guia prático de sala de aula, sobre sugestões de livros, de filmes, de organização dos conteúdos, e até mesmo, de explicação sobre a história da disciplina de sociologia no ensino médio brasileiro. Ao observarmos e analisarmos o suplemento ao professor do livro *Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas* (2020) vemos que ele se dedica a explicar, em boa parte da seção, as mudanças no ensino médio, a BNCC e como ela deve funcionar, quais medidas os professores devem tomar para que ela seja executada corretamente em sala de aula. Ou seja, o suplemento mais do que um guia, funciona como uma espécie de “Manual de Instrução” a ser seguido para a construção do “Novo Ensino Médio”. Ao explicar detalhadamente as competências e como elas devem ser trabalhadas, o suplemento assume papel de ensinar o professor a ensinar, não a disciplina, mas o conteúdo com base na BNCC, o livro didático deve ser compreendido como “uma composição sócio-histórica idealizada por intenções, decisões e realidades provenientes de diferentes sujeitos e contextos (SOUZA, 2017, p. 134), e neste caso a intenção dos autores, influenciados pelo edital do PNLD e pelas decisões do Governo Federal, é o de aplicar o Novo Ensino Médio.

Podemos observar também como que as sugestões para a disciplina, fornecidas pelo *Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*, apresentam uma mudança na característica do que se esperava da sociologia no ensino médio do tempo do *Sociologia em*

Movimento. Enquanto nesta etapa o objetivo era a alfabetização científica do aluno, em especial expondo-lhe conceitos que o ajudassem a interpretar criticamente a realidade através da “desnaturalização” e do “estranhamento”, o novo livro, com base no novo ensino médio, espera que os alunos através da interdisciplinaridade sejam capazes de reunir um conjunto de conhecimentos que os possam ajudar a resolver problemas práticos cotidianos e para agirem na vida social. Vemos que a disciplina de sociologia, ao ser deslocada para a disciplina de Ciências Humanas e Sociais aplicadas, tem o seu sentido deslocado, da interpretação da realidade, para a resolução de problemas que esta realidade apresenta.

3.4 Análise sobre algumas Categorias nos livros *Sociologia em Movimento e Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*

A análise sobre alguma categoria específica das ciências sociais em livros didáticos para o ensino médio é uma prática comum aos pesquisadores que se dedicam a investigar o ensino de sociologia. Nos últimos anos tivemos produções deste tipo sobre as mais variadas categorias, entre elas: “gênero”, com os trabalhos de Beatrice Limoeiro (2017), Caroline Castro (2019) e Diego Pontes (2017); “Movimentos Sociais”, com o trabalho Vinicius Lima (2014); “Trabalho” com as produções de Eliacy Nobre (2009) e Julia Maçaira (2014); “Pensamento Social Brasileiro” com Simone Meucci (2014).

3.4.1 Categoria Trabalho no livro didático *Sociologia em Movimento*

O capítulo nove, “Trabalho e sociedade”, do livro *Sociologia em Movimento* (2017), era o responsável por abordar a temática no material referente ao PNLD 2018. Observamos nele uma abordagem permeada de conceitos e termos característicos das ciências sociais, em especial da sociologia do trabalho, além de uma exposição em ordem cronológica dos acontecimentos.

O capítulo inicia a discussão expondo as mudanças que o capitalismo impôs ao mundo do trabalho, explicando como as máquinas e a organização das horas de trabalho foram capazes de mudar todo o entendimento e funcionamento da lógica laboral que vigorava até então. Junto a essa abordagem inicial, os autores colocam uma linha do tempo expondo importantes marcos para a esfera do trabalho mundial- como a invenção do tear mecânico em 1801- e também para a esfera nacional, como a instauração da Consolidação das Leis Trabalhistas no governo de

Getúlio Vargas em 1943, a fundação do Partido dos Trabalhadores em 1980 e a eleição e reeleição do presidente Lula (PT) em 2002 e 2006.

Após esta exposição, que o livro inclusive chama de “Primeiras Palavras”⁵⁷, os autores mobilizam os clássicos da sociologia para explicar o assunto em questão. O primeiro a ser requisitado é Karl Marx. Através da obra do pensador alemão, o livro tenta demonstrar a sua análise da relação entre o mundo do trabalho e a sociedade capitalista; inicia a discussão falando da exploração dos homens por este sistema, os absurdos que os proprietários dos meios de produção impõem aos trabalhadores, que só contam com sua força de trabalho para vender. São mobilizadas as ideias de: “sociedade de classes”, para explicar a relação entre burgueses e proletariados; “valor de troca”, para explicar a serventia do trabalho em produzir uma mercadoria específica; “mais-valia absoluta” e “mais-valia relativa”, para explicar como o trabalhador é explorado pelo sistema; e “alienação”, para explicar a divisão social do trabalho neste novo mundo.

O segundo autor a ser utilizado é Max Weber. Aqui, o livro foca em demonstrar que a compreensão da relação entre trabalho e sociedade capitalista pode ser feita através da análise de elementos culturais. A ideia central deste tópico é explicar como que uma ética protestante foi capaz de influenciar a expansão do capitalismo e que essa questão é um dos fatores que impulsionaram a consolidação deste sistema no mundo ocidental, ou seja, é basicamente uma análise do clássico *A ética protestante e o espírito do Capitalismo* (Weber, 2005). Para destrinchar essa questão, são mobilizados os conceitos de: “vocação”, para relacionar o chamado ao trabalho com o chamado divino e o conceito de “racionalização”, para explicar como a religião protestante racionalizada tem ligação com a lógica, também racionalizada, dos processos produtivos da sociedade e do sistema capitalista.

O terceiro autor clássico mobilizado é Émile Durkheim. Para este tópico o objetivo é demonstrar como o trabalho é um “gerador” de solidariedade, possibilitando a existência da coesão social. O trabalho seria um dos responsáveis pela harmonia entre indivíduos e sociedade. Para melhor explicar este ponto de vista os autores lançam mão dos seguintes conceitos: “solidariedade mecânica”, para explicar a forte identificação entre os indivíduos com as tradições da comunidade, sendo que a divisão do trabalho pouco influenciaria nas relações; “divisão do trabalho social”, para explicar o processo de especialização das funções de trabalho que tornam os indivíduos interdependentes, ou seja, não é possível viver sem o trabalho de

⁵⁷ Seção de abertura de todos os capítulos do livro “Sociologia em Movimento”. Nesta, os autores dedicam-se a expor inicialmente o assunto, normalmente esse início de capítulo é acompanhado por uma linha temporal cronológica.

outros na sociedade moderna; “solidariedade orgânica”, para explicar o alto grau de divisão social do trabalho, e a heterogeneidade cultural, típica das sociedades capitalistas, gerando interdependência entre os indivíduos. Ou seja, basicamente uma análise do livro *Da divisão do trabalho social* (DURKHEIM, 1977).

Concluídas as relações entre trabalho e sociedade nos três clássicos da sociologia, os autores explicam o processo de racionalização que o capitalismo imprimiu na sociedade. Para isso o livro faz o percurso cronológico, explicando a ideia de produção em massa e escala de produção, pontua a influência do fordismo e do modelo taylorista-fordista, finalizando com a explicação sobre o toyotismo e a produção sob demanda, sendo esse último um dos aceleradores e intensificadores do processo de alienação do trabalhador para com o produto que ele produz.

O livro ainda explica o processo de criação dos movimentos sindicais e finaliza com uma explanação sobre as atuais condições do mundo do trabalho, debatendo os retrocessos vivenciados, nos últimos anos, por trabalhadores de todo o mundo. Para tal, mobiliza conceitos como “informalização do emprego”, para explicar os empregos sem garantias; “subempregos”, para explicar os empregos com condições de trabalho abaixo do ideal; “precarização”, para demonstrar como as condições de trabalho vêm sofrendo retrocessos e perdendo níveis adequados de proteção do trabalhador; “terceirização”, como uma das consequências da perda de vínculo entre empregador e empregado. É importante pontuar que o livro ainda traz considerações sobre sociólogos brasileiros a respeito dos retrocessos vividos no mundo do trabalho, com um “box” adicional⁵⁸. Nesta seção o livro apresenta, de maneira breve, a discussão sobre a precarização do trabalho (p. 227), e sobre as terceirizações no Brasil (p.228), dando destaque de uma página inteira:

⁵⁸ Esse box, que recebe o nome de “Saiba Mais”, é uma seção do livro destinada para a apresentação das obras, pensamentos e formulações teóricas sobre os autores, além de considerações relevantes relacionadas ao assunto debatido no capítulo. Normalmente o box contém uma fotografia do personagem em questão.

Figura 3 – Ricardo Antunes e Druck Graça sobre as Terceirizações

<p>As pesquisas mais recentes sobre terceirização, em várias regiões do Brasil, têm chegado, invariavelmente, aos mesmos resultados, confirmando uma epidemia sem controle.</p> <p>Conforme observado por Druck e Franco (2007), nos anos 2000, a terceirização cresceu em todas as direções, destacadamente no setor público e nas empresas estatais. No caso do setor privado, atingiu as áreas nucleares das empresas e passou a usar novas modalidades, a exemplo das cooperativas, das empresas pejetizadas e do trabalho em domicílio, também chamado de teletrabalho. Os diversos setores pesquisados nestes anos, como bancários, <i>telemarketing</i>, petroquímico, petroleiro, além das empresas estatais e privatizadas de energia elétrica, comunicações, assim como nos serviços públicos de saúde, revelam, além do crescimento da terceirização, as múltiplas formas de precarização dos trabalhadores terceirizados em todas estas atividades: nos tipos de contrato, na remuneração, nas condições de trabalho e de saúde e na representação sindical.</p> <p>É sabido que não há estatísticas precisas sobre a terceirização no Brasil, dada a dificuldade de captá-las junto às empresas, mas o Dieese, através da PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego), estimou, para as principais regiões metropolitanas, que, em 2009, 11,6% dos empregados urbanos</p>	<p>eram subcontratados em serviços terceirizados e autônomos que trabalhavam para empresas. Em estudo mais recente (Dieese-CUT, 2011) registrava que em 2010 os setores “tipicamente terceirizados” correspondiam a 25,5% dos empregos formais no Brasil. Nesse mesmo estudo, um conjunto de indicadores revela as desigualdades entre trabalhadores terceirizados e os demais, pois a remuneração dos empregados em setores tipicamente terceirizados é 27,1% menor do que a dos demais empregados; a jornada de trabalho é de três horas a mais para os terceirizados; o tempo de permanência no emprego é 55,5% menor do que o dos demais empregados; e a taxa de rotatividade nas empresas tipicamente terceirizadas é de 44,9%, enquanto nas demais empresas é de 22,0%.</p> <p>Para o estado de São Paulo, Pochmann (2012) mostra a evolução do número de trabalhadores formais em atividades tipicamente terceirizáveis, que salta de 110 mil em 1995 para mais de 700 mil em 2010. No período 1996-2010, o crescimento médio anual do emprego formal terceirizado foi de 13,1% ao ano e de 12,4% o aumento médio anual do número de empresas. [...]</p> <p style="text-align: right; font-size: small;">ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A terceirização como regra? <i>Revista do Tribunal Superior do Trabalho</i>, Brasília, v. 79, n. 4, p. 222, out./dez. 2013.</p>
---	---

Fonte: (VÁRIOS AUTORES, 2017, p. 228).

Os autores do livro *Sociologia em Movimento* (2017) mobilizaram três respeitados sociólogos brasileiros, o primeiro é Ruy Braga, professor do departamento de sociologia e do programa de pós-graduação em sociologia da Universidade de São Paulo (USP), que nos últimos anos dedicou-se a estudar o processo de precarização das condições de trabalho. O segundo é Ricardo Antunes, professor do departamento de sociologia e do programa de pós-graduação em sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), dedicado a estudar o processo de terceirização das relações trabalhistas. E a terceira é Maria da Graça Druck, professora do programa de pós-graduação em ciências sociais da Universidade Federal da Bahia. A presença deles nesta seção pode ser vista como uma tentativa de aproximação dos alunos para com as discussões da disciplina de sociologia e da realidade brasileira. Ao debater uma questão presente no cotidiano do aluno e de pessoas próximas a ele, é comum que haja uma identificação do estudante com o tema da aula.

3.4.2 Categoria Trabalho no livro didático *Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*

A proposta do livro *Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas* (2020) difere-se do livro *Sociologia em Movimento* (2017) ao tentar relacionar a temática do trabalho com todas as áreas das humanidades exigida pelo edital: filosofia, geografia, história e sociologia. Para tal, os autores destinam o volume três, “Trabalho, Ciência e Tecnologia”, para esta empreitada. Organizado em seis capítulos, este volume não segue uma análise cronológica de apresentação dos temas. O capítulo dois, por exemplo, fala do trabalho na atualidade, enquanto o capítulo três fala do trabalho na idade antiga; podemos observar que a divisão nesta versão se deu por disciplina.

Antes de debatermos o capítulo dois, que privilegia a abordagem sociológica do fenômeno, é importante que expliquemos os outros cinco capítulos. O primeiro capítulo realiza uma abordagem filosófica sobre o ócio, o lazer, a modernidade, a ética e o surgimento da ciência. O terceiro capítulo dedica-se a explicar as formas de emprego e a relação de trabalho na Idade Antiga e na Idade Média, utilizando uma abordagem histórica. A mesma abordagem se aplica ao capítulo cinco, que se propõe a discutir as formas de trabalho presentes no Brasil, desde 1500 até os dias atuais. O capítulo quatro e o capítulo seis utilizam-se da perspectiva geográfica para debater o assunto, primeiro, realizando uma abordagem sobre divisão internacional do trabalho, manufatura, e as “profissões do futuro”. E posteriormente, discutindo os avanços tecnológicos brasileiros, a modernização agropecuária e a urbanização brasileira.

A primeira mudança significativa que podemos observar entre o *Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas* (2020) e o *Sociologia em Movimento* (2017) diz respeito à organização do conteúdo para a abordagem sociológica. O livro referente ao PNLD de 2018 tinha uma unidade denominada “Mundo do trabalho e desigualdade social”, com quarenta e seis páginas que reuniam dois capítulos: Trabalho e Sociedade; Estratificação e Desigualdades Sociais. O livro referente ao PNLD 2021 tem um capítulo dedicado à análise sociológica sobre o trabalho, este por sua vez conta com vinte e quatro páginas, que agregou os dois capítulos existentes no seu antecessor, ou seja, a editora uniu os conteúdos, porém, reduziram a quantidade de páginas para praticamente a metade. Se pensarmos só a seção sobre “trabalho” - foco da nossa análise - temos um capítulo inteiro de vinte páginas, reduzido para quatro tópicos de sete páginas.

Concentrando a discussão no capítulo dois, podemos observar que ele inicia da mesma forma que o livro *Sociologia em Movimento* (2017), debatendo a relação entre o trabalho e as

transformações que o capitalismo causou nessa esfera. A linha cronológica dos eventos sofre alteração. Nesta nova versão é retirada a criação do Partido dos Trabalhadores, e a eleição e reeleição do ex-presidente Lula (PT), dois eventos importantes para a história do trabalho no Brasil, o primeiro devido à organização das massas em torno de um partido popular, e a segunda pela eleição inédita de um ex-operário, advindo das classes trabalhadoras brasileiras. No lugar deste é colocado o relatório da Organização das Nações Unidas, a aprovação da PEC das Domésticas, e a promulgação pela ex-presidente da república das leis que garantem os direitos dos trabalhadores domésticos. Importante pontuar que o livro não menciona que a governante em exercício era Dilma Rousseff (PT).

Ao discutir os clássicos- Marx, Weber e Durkheim-, observamos que, em relação ao *Sociologia em Movimento* (2017), há redução na quantidade de informações ofertadas, porém, nada que altere significativamente a compreensão sobre o assunto. Podemos ver que o mesmo grupo de conceitos-chaves utilizado no livro oriundo do PNLD 2018, também é utilizado no livro representante do PNLD 2021, o que de fato foi modificado são os trechos que explicavam os conceitos mobilizados por cada clássico, a exemplo de Weber quando relaciona o trabalho com a salvação no livro referente ao PNLD 2021:

Ao analisar as conexões entre as mudanças na esfera religiosa e as transformações na economia – o que ele denominou “espírito do capitalismo” –, Weber observou um fato importante: a mudança de valores e atitudes em decorrência do surgimento do protestantismo criou a predisposição ao trabalho como modo de salvação da alma. (VÁRIOS AUTORES, 2020, p.37)

Enquanto que no livro *Sociologia em Movimento* (PNLD 2018) o autor tem mais espaço para elaborar a explicação:

Ao analisar as conexões entre as mudanças na esfera religiosa e as transformações na economia – o que ele denominou “espírito do capitalismo” –, Weber fez uma relação entre o trabalho e a possibilidade de salvação espiritual. A mudança de valores e atitudes em decorrência do surgimento do protestantismo criou a predisposição ao trabalho como modo de salvação da alma. A partir desse momento, este passava a ser visto como algo voltado para a glorificação de Deus e como a principal fonte de salvação. E o trabalho deveria se tornar um valor em si, assim como a própria finalidade da vida, ordenado por Deus. (VÁRIOS AUTORES, 2017, p. 220)

Apesar do sentido não ter sido alterado, a redução do espaço para as explicações implica em menos “exemplos” para os alunos. As explicações seguintes sobre o processo de racionalização do mundo do trabalho, os sistemas de organização do trabalho (fordismo e taylorismo), e os sistemas flexíveis de produção (toyotismo), e o sindicalismo também seguem o mesmo padrão do *Sociologia em Movimento* (2017), não perdem alteração no significado e

nem da explicação, porém, perde espaço para a exemplificação do que foi explicado, seguindo o mesmo padrão utilizado na apresentação dos clássicos.

A mudança ocorre ao final do livro, quando os autores tratam do cenário atual e dos retrocessos no mundo do trabalho. Enquanto o livro do PNLD 2018 volta a atenção para a informalização do trabalho, ou seja, para as condições de trabalhos sem o amparo das leis que fornecem garantias, direitos e deveres, o livro do PNLD 2021 atenta-se para as condições de desemprego estrutural, que ocorrem quando há profundas transformações na estrutura do mercado laboral, e para o desemprego conjuntural, provocado por variações na economia nacional, tal como inflação e recessão.

Ao final desta seção também ocorrem modificações, em especial quando se trata da mobilização dos sociólogos brasileiros. O acadêmico Ruy Braga continua sendo requisitado para falar sobre precarização do trabalho, porém, não mais em um “box”, mas sim, dentro do corpo do texto, em teoria ele ganhou mais destaque ao ser alocado no texto principal, mesmo que tenha perdido espaço físico no livro. Em relação ao pesquisador Ricardo Antunes, enquanto no *Sociologia em Movimento* (2017) o autor tinha uma página inteira com destaque para um texto explicando o processo de terceirização no Brasil, nesta nova versão o autor e a discussão são retiradas da edição⁵⁹, o que gera uma perda, haja vista que a terceirização é uma das faces mais potentes da realidade atual sobre o mundo do trabalho, e também, uma das discussões em que é possível observar as transformações das relações trabalhistas das gerações anteriores em relação a atual.

3.4.3 Considerações sobre a categoria “Trabalho” em ambos os livros

Podemos considerar que a análise sociológica perde espaço considerável de um livro para o outro, porém, nada que comprometa significativamente discussões básicas propostas em ambas as edições. A redução nas explicações e nas exemplificações sobre um conceito pode afetar o entendimento do aluno sobre o assunto, especialmente nos momentos em que a leitura for realizada sem o acompanhamento do professor, porém, não impossibilita ou inviabiliza o

⁵⁹ É pertinente observarmos que há uma atividade que desenvolve a questão das terceirizações através do texto do sociólogo Ricardo Antunes, ela está presente ao final do primeiro capítulo. Em termos proporcionais, ele está alocado em uma seção menor e com menos destaque, porém, essa opção de transformar o texto informativo em atividade de pesquisa pode ser somente opção pedagógica dos autores.

contato deste para com o conteúdo. Ao mesmo tempo que podemos observar essas mudanças como uma perda para a sociologia, também podemos enxergar a sua manutenção como a confirmação da respeitabilidade do campo na educação básica. É importante pontuar que a retirada de um dos textos que falava sobre a terceirização no Brasil pode ser considerável para afastar o aluno da realidade dele, haja vista, que os alunos se identificam com temas que os toquem e que tenham sentido na sua vivência e na sua realidade. Por fim, é preciso colocar que a sociologia está presente, porém, com menos espaço que a história e a geografia.

3.4.4 Os Pensadores Sociais Brasileiros no livro *Sociologia em Movimento*

Para melhor compreendermos como os pensadores aparecem nos livros didáticos, dividimos nossa análise em dois momentos. No primeiro fizemos um levantamento sobre a lista de fotografias dos pensadores sociais presentes no livro. A pesquisadora Julia Maçaira (2017, p. 226) apontou a importância de se analisar os elementos não textuais dos livros. Eles podem ser problematizadores de uma questão-chave abordada também pelo texto didático. No caso da fotografia, ela desempenha papel de apresentar eventos históricos, instituições, grupos de pessoas, personagens históricos, e autores, sendo este último o foco da nossa análise:

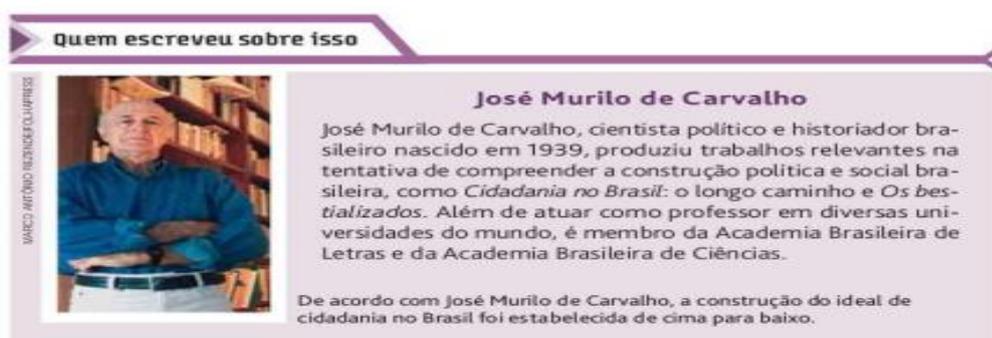
Os rostos de autores das ciências sociais e intelectuais são mostrados principalmente nos capítulos dedicados à história da sociologia na Europa e no Brasil, mas também estão presentes nos boxes, nas seções dedicadas a apresentar excertos de textos e ao final dos volumes, numa espécie de glossário resumindo teoria, vida e obra dos pensadores elencados. São inúmeros os sociólogos – homens em sua esmagadora maioria[...] Essa incidência é reveladora, a meu ver, de uma característica peculiar da sociologia escolar brasileira: a importância da reconstituição do surgimento da sociologia e da história das ideias sociológicas nos currículos e materiais escolares (MAÇAIRA, 2016, p. 236)

No segundo momento analisamos os textos para melhor compreender como esses pensadores são mobilizados para a discussão de determinados temas. Cabe pontuar que consideramos somente os textos principais que constituem o capítulo, sendo assim, não analisamos fragmentos de textos presentes na seção “Atividades” ou as indicações de leitura ao longo do livro. Para esta análise, tanto dos textos como das fotografias, trabalhamos com a noção de “intérpretes do Brasil” (BOTELHO, 2010), ou seja, intelectuais que construíram uma interpretação do que “é o país”. Por opção metodológica, decidimos selecionar apenas pensadores ligados às ciências humanas e sociais, não observando alguns relevantes

personagens tais como Guimarães Rosa e Machado de Assis, que apesar de serem considerados intérpretes do Brasil, não constroem sua análise na área supracitada.

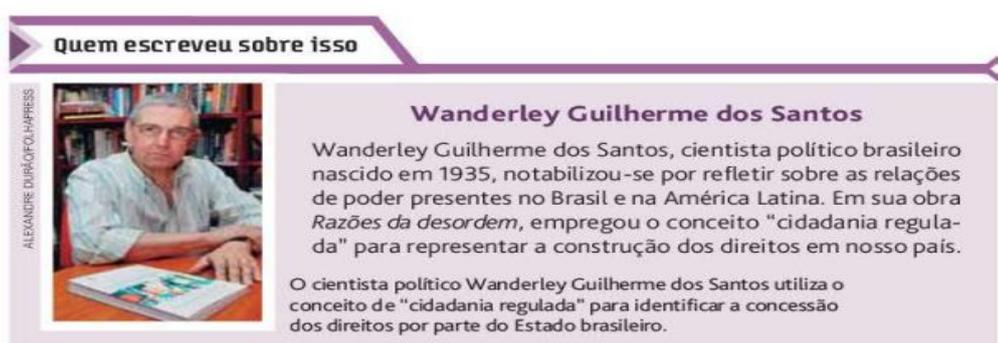
Ao longo do livro *Sociologia em Movimento* (2017) há uma seção denominada “Quem escreveu isso?”, que tem por objetivo “aproximar os estudantes dos principais pensadores que estudaram o assunto abordado” (VÁRIOS AUTORES, 2017, p.460). Este “box”, organizado cuidadosamente ao longo das páginas, apresenta o autor e suas considerações que mais marcaram sua obra, bem como conceitos e as próprias obras. Contudo, o mais interessante dessas “caixas” é apresentar uma fotografia do personagem em questão, como vemos nos exemplos abaixo:

Figura 4 – Box sobre José Murilo de Carvalho



Fonte: VÁRIOS AUTORES, 2017, p.187.

Figura 5 – Box sobre Wanderley Guilherme dos Santos



Fonte: VÁRIOS AUTORES, 2017, p. 189.

No capítulo “Democracia, cidadania e direitos humanos”, os autores mobilizam diversos pensadores na busca de construir da melhor forma possível o conteúdo. Chegado o momento de explicar como esses conceitos e ideias, democracia e cidadania, se desenvolveram no Brasil, o livro lança mão das obras de José Murilo de Carvalho e de Wanderley Guilherme dos Santos,

sobretudo, das ideias de “Estadania” e “Cidadania Regulada”, elaboradas respectivamente por cada um desses intelectuais. Após citar os autores, os conceitos e como estes contribuíram para uma concepção sobre o Estado brasileiro, o livro apresenta o box “Quem escreveu isso”, normalmente no inferior ou no início das páginas. Essa seção é responsável, de forma majoritária, pela apresentação de fotos sobre os autores que estão sendo discutidos, diante disso, elaboramos uma lista com todas essas fotos:

Quadro 14 – Lista de fotografias de pensadores políticos e sociais brasileiros no livro *Sociologia em Movimento* (2017), por raça e ordem de apresentação.

Ordem em que aparece no livro	Pensador social brasileiro	Raça	Página
1°	Paulo Freire	Branco	24
2°	Carlos Nelson Coutinho	Branco	101
3°	Kabengele Munanga	Negro	113
4°	Gilberto Freyre	Branco	120
5°	Florestan Fernandes	Branco	121
6°	Oliveira Vianna	Branco	159
7°	Sérgio Buarque de Holanda	Branco	159
8°	Victor Nunes Leal	Branco	161
9°	José Murilo de Carvalho	Branco	187
10°	Wanderley Guilherme dos Santos	Branco	189
11°	Octavio Ianni	Branco	244
12°	Celso Furtado	Branco	270
13°	Fernando Henrique Cardoso	Branco	271
14°	Theotônio dos Santos	Branco	272
15°	Milton Santos	Negro	285
16°	Lelia Gonzalez	Negra	342
17°	Antonio Candido	Branco	374

Fonte: O autor, 2022.

A opção por colocar a raça ao lado do nome dos pensadores é para que possamos ter noção da discrepância entre autores brancos e autores negros que são mobilizados para o debate intelectual brasileiro, sem contar a questão de gênero, haja vista que a lista é composta por apenas uma mulher, Lélia Gonzalez. É possível observar essa desigualdade na ausência de

alguns intelectuais que contribuíram para a construção da sociologia nacional e que poderiam se fazer presentes no livro, entre eles: Guerreiro Ramos, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Marina São Paulo de Vasconcelos, e Elisa Reis. A seleção dos pensadores está sintonizada com a eleição pelos próprios autores dos que, em sua perspectiva, trataram de forma mais apropriada a questão levantada. Toda seleção é arbitrária, e dificilmente contempla todo escopo do campo intelectual em questão.

Para além das fotografias, é importante compreendermos como esses autores são mobilizados, com qual frequência, e em qual assunto. Para isso, elaboramos o quadro a seguir, para que possamos ter esta dimensão:

Quadro 15 – Pensadores políticos e sociais brasileiros presentes nos textos do livro *Sociologia em Movimento* (2017), por frequência e assunto mobilizado.

Pensador social brasileiro	Frequência	Assunto em que foram mobilizados.
Florestan Fernandes	3	Crítica à democracia racial. Questão racial no Brasil.
Paulo Freire	2	Ideologia dominante versus pensamento crítico por meio do processo educacional.
Octavio Ianni	2	Globalização Crítica às interpretações racistas da sociedade brasileira.
Carlos Nelson Coutinho	2	Processo de socialização (controle, cultura e sociedade).
Gilberto Freyre	2	Debate Racial e Defesa da Democracia Racial.
Caio Prado Junior	2	Formação do Estado Brasileiro. Liberalismo.
Jessé de Souza	2	Classe Média. Formação do Estado Brasileiro.
Celso Furtado	2	Criação da CEPAL e da

		Sudene Subdesenvolvimento e processo histórico.
Kabengele Munanga	1	Racismo no Brasil.
Oliveira Vianna	1	Patrimonialismo.
Sérgio Buarque de Holanda	1	Patrimonialismo.
Lélia Gonzalez	1	Feminismo e raça.
Victor Nunes Leal	1	Coronelismo.
José Murilo de Carvalho	1	Cidadania.
Wanderley Guilherme dos Santos	1	Democracia e Cidadania.
Raymundo Faoro	1	Patrimonialismo.
Fernando Henrique Cardoso	1	Teoria da Dependência.
Theotônio Dos Santos	1	Teoria da Dependência.
Milton Santos	1	Globalização.
Antonio Candido	1	Sociedade rural.

Fonte: O autor, 2022.

Podemos observar neste quadro que o debate racial é o que mais costuma mobilizar os autores brasileiros. Os sociólogos Florestan Fernandes e Gilberto Freyre, por exemplo, são mobilizados em torno da discussão sobre a “democracia racial”. Temos também o sociólogo Octavio Ianni sendo utilizado para discutir a condição dos negros pós-abolição. As discussões sobre patrimonialismo também movimentaram bastante o debate na obra, com Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro.

O livro também recorre a sociólogos brasileiros, que não são considerados pensadores sociais brasileiros. A mobilização desses é bastante requisitada para abordar questões contemporâneas que afligem a nossa sociedade. Temos a mobilização de Luiz Antônio Machado Silva, Alba Zaluar, e Luiz Eduardo Soares para falar sobre a sociabilidade violenta e violência urbana; José Maurício Domingues para falar sobre sociedade moderna; Vera Candau falando sobre racismo e educação; Branca Alves e Jacqueline Pitanguy falando sobre movimentos sociais; e Renato Ortiz sobre determinismos na interpretação da pobreza.

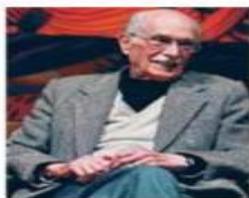
É pertinente avaliarmos que alguns pensadores ganham destaque dentro do livro, não sendo requisitados somente para explicar aspectos pontuais do assunto, ou para ilustrar conceitos que ajudem na discussão em questão, mas também, como construtores de análises

importantes para o tema debatido. Esses intelectuais costumam ganhar uma página inteira- ou meia página- dedicada à sua obra ou às suas reflexões. Um exemplo acerca dessa mobilização é o sociólogo e crítico literário Antonio Candido:

Figura 6 – Mobilização de Antonio Candido no livro *Sociologia em Movimento*

São muitas as evidências de que os problemas ambientais afetam as sociedades material e culturalmente. No caso do Brasil, por exemplo, houve a transformação da cultura do interior durante o processo de modernização. O sociólogo Antonio Candido analisou, com base em uma etnografia das comunidades caipiras do interior de São Paulo (nos municípios de Piracicaba, Tietê, Porto Feliz, Conchas, Anhembi, Botucatu e Bofete), a cultura rústica formada com base na interiorização e no isolamento desse grupo social no processo de colonização do país. Para ele, a sociabilidade caipira tornara-se, desde sua origem, autossuficiente e voltada para a subsistência. As relações humanas nesse ambiente seriam solidárias, e não competitivas. Nas relações de trabalho, por exemplo, os vizinhos cumpririam um papel fundamental para a manutenção da comunidade, ajudando-se mutuamente por meio do mutirão, visto como um ato de amizade, e não como prestação de serviço. Nesse sentido, na sociabilidade caipira, a relação com a natureza também pode ser interpretada como de completo ajuste ecológico.

Quem escreveu sobre isso



Antonio Candido é uma referência no estudo dos aspectos culturais que marcam a relação da sociedade com o meio ambiente.

Antonio Candido

Formado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP), em 1941, Antonio Candido (1918-) defendeu seu doutorado em 1954 pela mesma instituição, onde também atuou como professor. Lecionou igualmente na Universidade de Yale e na Universidade de Paris. É uma referência nas Ciências Sociais e na crítica literária brasileira. Entre seus principais livros estão: *Formação da literatura brasileira* (1959) e *Os parceiros do rio Bonito* (fruto de sua tese de doutorado e publicado em 1964). Suas obras tratam da conformação de uma literatura nacional brasileira e de sua relação com a sociedade. Também pesquisou a cultura caipira do interior paulista, apresentando as transformações e continuidades dela com a modernização da sociedade.

Com o avanço do capitalismo, aumenta também a migração do campo para a cidade. Há uma crise no ajustamento da sociabilidade caipira ao meio urbano, pois esta não será mais amparada pelo meio ambiente que a cercava. O mesmo pode ser visto na relação de comunidades tradicionais com a expansão atual da fronteira agrícola.

Na Sociologia, surgiu um campo do conhecimento especializado no desenvolvimento rural, que ficou conhecido como Sociologia Rural. É complementar à Sociologia Urbana no que diz respeito ao estudo sobre a relação entre sociedades e meio ambiente. Os problemas ambientais urbanos também são uma fonte de preocupação para o pensamento sociológico contemporâneo.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9793 de 10 de Novembro de 1989.

Fonte: VÁRIOS AUTORES, 2017, p. 374.

É possível observar que o autor, além do box, é mobilizado centralmente na discussão sobre a sociologia rural. A interpretação do mundo caipira é objeto principal na discussão do subcapítulo sobre “Modernização, transformação social, e justiça ambiental”. Para além de Antonio Candido, vemos esse processo se repetir com Celso Furtado (p. 270-271), Gilberto Freyre (p. 120), Florestan Fernandes (p.121) e Victor Nunes Leal (p.160). É importante salientar que ao longo do livro há a tentativa de valorizar as considerações dos pensadores sociais brasileiros.

3.4.5 Os Pensadores Sociais Brasileiros no livro *Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*

O mesmo trabalho realizado para se analisar o *Sociologia em Movimento* (2017) também foi feito para analisar o livro *Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas* (2020). Com seis volumes totalizando novecentas e sessenta páginas, o livro do PNLD 2021 tem mais que o dobro de páginas do seu antecessor- o *Sociologia em Movimento* (2017) tem quatrocentas páginas. Porém, a retirada da seção “Quem escreveu isso?”, que apresentava fotografias e curiosidades sobre os autores, implicou em uma drástica redução na quantidade desse tipo de imagem. Ao longo dos seis volumes que compõem a coleção encontramos apenas três autores: Milton Santos, no segundo volume (p. 85); Darcy Ribeiro (p. 95) e Abdias do Nascimento (p. 96), no quinto volume. Quantidade muito inferior se comparado às dezessete fotografias do livro anterior.

Mesmo com essa redução substancial nas imagens, os pensadores políticos e sociais continuaram sendo requisitados ao longo dos volumes. Seguindo o mesmo molde do seu antecessor, o livro recorre a esses intelectuais sempre que precisa explicar questões relativas ao Brasil⁶⁰. Em vista disso, tivemos as seguintes mobilizações:

Quadro 16 – Pensadores sociais brasileiros presentes nos textos do livro *Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas* (2020), por frequência e assunto mobilizado

Pensador político e social brasileiro	Frequência	Assunto em que foram mobilizados.
Milton Santos	7	Globalização Tecnologia e Capital Capitalismo Mapas do Brasil
Antonio Candido	2	Sociologia Rural Acesso aos meios culturais (Literatura em especial)
Darcy Ribeiro	2	Antropologia e etnologia

⁶⁰ É importante frisarmos que estamos considerando somente os autores no corpo do texto, ou seja, pensadores brasileiros que aparecem em trechos da seção atividades não são contabilizados.

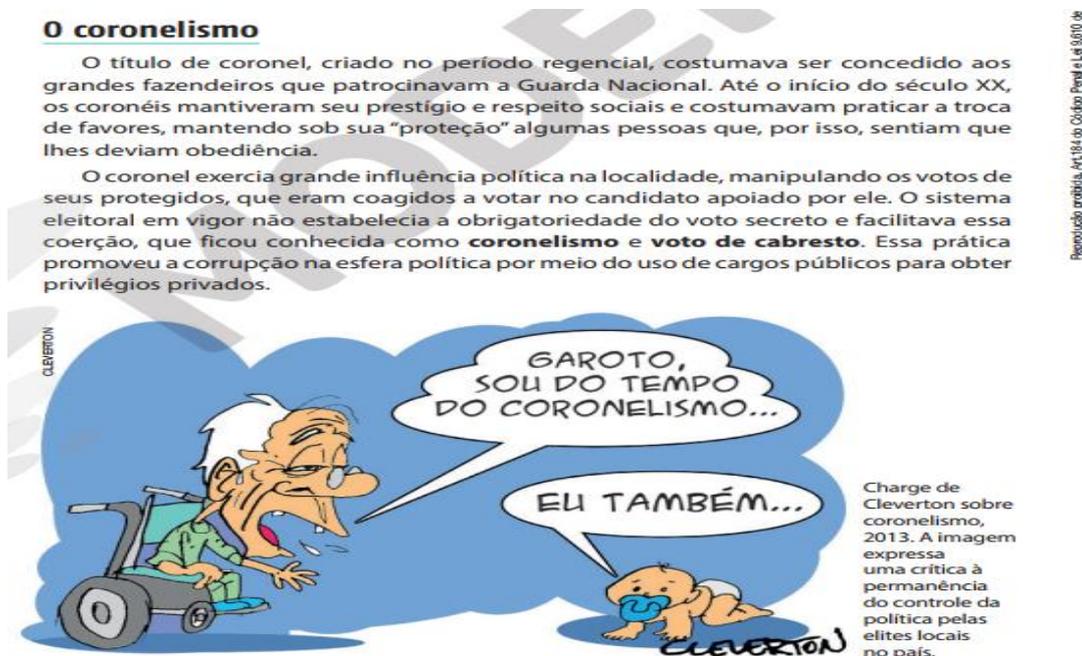
Abdias do Nascimento	2	Luta contra a discriminação racial Teatro experimental do negro
Gilberto Freyre	2	Democracia Racial
Florestan Fernandes	2	Crítica ao mito da democracia racial
Jacob Gorender	1	Escravidão
José Murilo de Carvalho	1	Cidadania
Wanderley Guilherme dos Santos	1	Democracia e Cidadania
Paulo Freire	1	Ideologia e Educação
Kabengele Munanga	1	Racismo no Brasil
Oracy Nogueira	1	Racismo no Brasil
Octávio Ianni	1	Racismo no Brasil
Jessé de Souza	1	Classes no Brasil

Fonte: O autor, 2022.

A temática racial continua sendo o centro das mobilizações dos autores brasileiros. Os sociólogos Florestan Fernandes, Gilberto Freyre e Octavio Ianni continuam sendo mobilizados da mesma forma que eram no livro *Sociologia em Movimento* (2017), além deles vemos o acréscimo de alguns importantes pensadores, tal como Oracy Nogueira, utilizado para discutir o preconceito de marca e o preconceito de origem, e Jacob Gorender, mobilizado para discutir a condição dos negros e o período da escravidão no Brasil. Em vista disso, não houve significativa alteração em relação ao seu antecessor, se mantém a mobilização do PSB como repertório teórico. Contudo, se compararmos *o Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas* (2020) com o *Sociologia em Movimento* (2017), observaremos uma redução na quantidade de pensadores que são requisitados para análise da realidade brasileira, saindo de vinte e um intelectuais para quatorze, bem como a redução da frequência com que são mobilizados, uma redução de trinta mobilizações para vinte e sete. Também é possível ver que alguns assuntos amplamente abordados no *Sociologia em Movimento* (2017) deixam de ser analisados neste novo livro, a exemplo da questão do “Patrimonialismo”, um dos temas centrais da análise sociológica e política sobre o Estado brasileiro.

Outro ponto interessante é que os capítulos abordam assuntos em que, apesar de ter a possibilidade para a mobilização de autores brasileiros, assim como foram mobilizados no *Sociologia em Movimento* (2017), não o fazem. É o caso do capítulo cinco do quinto volume, “Sociedade, Política e Cultura”. Na página cento e vinte e dois os autores falam sobre “coronelismo” e o impacto desse problema na vida política, entretanto, diferente do *Sociologia em Movimento* (2017), o livro não fala sobre Victor Nunes Leal e nem sobre a sua obra. Podemos observar melhor essa questão nas duas figuras a seguir:

Figura 7 – Abordagem sobre o Coronelismo no livro *Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas* (2020)



Fonte: VÁRIOS AUTORES, 2020, p. 122.

Nesta imagem vemos a abordagem de dois conceitos-chaves da obra *Coronelismo, enxada e voto* de Victor Nunes Leal (2012), coronelismo e voto de cabresto. A página em questão aborda a relação entre os coronéis de terra e o eleitorado rural, bem como a prática do “voto de cabresto” que visava a manutenção da política vigente. Essa discussão movimentou, e movimenta, debates sobre as eleições políticas brasileira até hoje. Apesar do declínio dos coronéis, o abuso do poder econômico e da violência são vistos como práticas comuns em alguns municípios brasileiros, seja dentro ou fora da região metropolitana. A introdução da discussão de Victor Nunes Leal poderia servir, futuramente, para um debate, no livro e em sala de aula, sobre as relações entre eleição e a milícia ou entre a eleição e o tráfico de drogas na

atualidade. Abaixo, vemos que no livro *Sociologia em Movimento* (2017) os autores optaram por mobilizar o pensador para a discussão:

Figura 8 – Abordagem sobre o Coronelismo no livro *Sociologia em Movimento* (2017)

As bases políticas desse sistema eram garantidas pelas relações estabelecidas entre os chefes locais (os "coronéis"), os antigos presidentes das províncias (que passaram, com a República, a ser designadas como estados da federação) e os representantes do poder central (União).

As relações entre o coronel e o eleitorado rural baseavam-se no "voto de cabresto", tendo em vista a manutenção da política vigente. Victor Nunes Leal afirma que a população se via submetida aos mandos e desmandos do potentado rural. O homem do campo vivia em estado de pobreza e ignorância, sem possibilidade de alfabetização nem acesso à informação. A dependência e as relações de favor colocavam o roceiro em estado de subserviência.

Qualquer tipo de manifestação contrária era fortemente reprimida pela figura do jagunço ou da própria polícia, sempre a mando do coronel. O processo eleitoral era viciado pelas fraudes em larga escala, entre outros motivos pela inexistência do voto secreto, sendo o resultado das eleições sempre previsível. Mais do que expressar as preferências dos eleitores, as eleições serviam para legitimar o controle do governo o pelas elites políticas estaduais. Quando a República foi instituída, aboliu-se a exigência de renda para ser eleitor ou candidato. Votavam, de forma facultativa, apenas os homens maiores de 21 anos alfabetizados. As mulheres e os analfabetos, que representavam 50% da população, não tinham direito ao voto.



Delmiro Gouveia (1863-1917), aqui em foto tirada no final do século XIX, foi um dos poucos exemplos de coronel esclarecido, tendo sido um dos pioneiros da industrialização do país.

Quem escreveu sobre isso

ESTÁGIO CONFERIDO



O jurista Victor Nunes Leal em Brasília (DF), em 1956. Para esse pensador, o coronelismo é um sistema de reciprocidade: votos em troca de favores.

Victor Nunes Leal

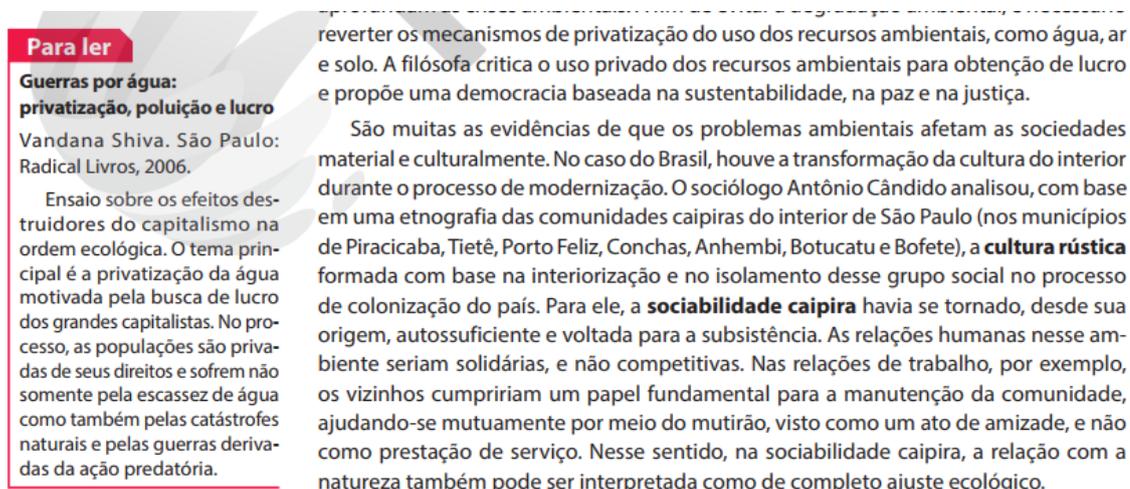
O jurista mineiro Victor Nunes Leal (1914-1985) foi professor da Faculdade de Direito da atual UFRJ, chefe da Casa Civil da Presidência da República (1956-1959) e ministro do Supremo Tribunal Federal (1960-1969) até ser cassado pelo Ato Institucional nº 5. Leal desenvolveu sua principal tese no livro *Coronelismo, enxada e voto* (1949), com base no argumento de que o coronelismo é um sistema de reciprocidade. De um lado, os líderes políticos e os coronéis, que conduzem o "rebanho" de eleitores; de outro, a situação política dominante do Estado, que dispõe dos recursos, dos favores e da força policial.

Fonte: VÁRIOS AUTORES, 2017, p. 161.

É possível ver que além da foto do autor, há uma explicação sobre como funcionava o sistema do coronelismo. Apesar de se manter o sentido do texto em ambos os livros, o que não prejudica o contato do estudante com o assunto, observamos que autores considerados clássicos do Pensamento Social Brasileiro deixaram de ser mobilizados em temas caros para a sociologia brasileira.

Podemos observar essa perda de espaço quando analisamos a representação do sociólogo Antonio Candido. Neste novo livro o autor perde sua posição de destaque, sendo relegado a um parágrafo de final de página, ele é citado, mas não mais mobilizado centralmente, como fora no livro *Sociologia em Movimento* (2017) (Figura 6):

Figura 9 – Mobilização de Antonio Candido no livro *Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas* (2020)



Fonte: VÁRIOS AUTORES, 2020, p. 144.

É possível observar que o sentido para a mobilização do autor não é alterado, a sua explicação sobre o mundo rural ainda é utilizada no novo livro, porém, a sua centralidade se perde. É importante salientar que os sociólogos da atualidade, que não se encaixam na característica de pensadores sociais, também continuam a ser mobilizados de diferentes formas. A socióloga Alba Zaluar para falar de violência urbana; Sergio Abranches para debater o presidencialismo de coalizão; Francisco Weffort para discutir o populismo; e Vera Candau para abordar o tema racismo e educação. Porém, a variedade de autores também foi reduzida. No livro do PNLD 2018 é possível ver que no assunto “Violência” os autores mobilizaram três sociólogos: Luiz Machado Silva, Alba Zaluar e Luiz Eduardo Soares, enquanto no livro do PNLD 2021 só vemos um desses três, sem o acréscimo de novos pesquisadores.

3.4.6 Considerações sobre a mobilização dos pensadores sociais brasileiros em ambos os livros

Ao analisar a presença dos pensadores nos dois livros - *Sociologia em Movimento* (2017) e *Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas* (2020) - foi possível observar, na nova edição, uma redução no espaço que esses intelectuais ocupam dentro do livro, e também na forma de mobilizá-los para as discussões.

Inicialmente podemos apontar que o fim das caixas “Quem escreveu isso” gerou forte impacto no uso de fotografias ao longo dos volumes. Sem esse box, não há a inserção de imagens e nem conteúdo extra sobre os mais diversos autores, inclusive os brasileiros. Essa modificação pode ser amplamente observada com o exemplo do Antonio Candido (Figura 7 e Figura 10), além de retirar a imagem do sociólogo, também foram removidos conhecimentos gerais sobre a sua obra.

A forma como se mobiliza os pensadores sociais brasileiros nesta nova edição de 2021 também sofreu alteração. Foi possível observar uma redução na quantidade de autores utilizados e também na frequência com que se recorre a esses intelectuais⁶¹. Observamos também que se deixou de utilizar autores consagrados pelas ciências sociais brasileiras, mesmo quando a sua mobilização se fazia pertinente. Um dos exemplos foi o de Victor Nunes Leal, ao não ser mobilizado para a discussão sobre coronelismo; além de deixar um vácuo em relação às tradições das ciências sociais, também se perdeu a oportunidade de diálogo com a atualidade e a realidade dos alunos.

Também foi possível observar como que o assunto “Patrimonialismo” não é abordado nesta edição, especialmente quando comparada com a anterior. No livro *Sociologia em Movimento* (2017) os autores mobilizam três pensadores sociais brasileiros para abordar o assunto: Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, e Raymundo Faoro. Essa forma de mobilização para discutir questões brasileiras, com autores brasileiros, é importante para que o estudante compreenda que também há inteligência sendo produzida no seu país e discutindo os problemas da nação. Outro ponto interessante é que a escolha por esses três autores dá uma ordem cronológica para a discussão apresentada; primeiramente com Oliveira Vianna, de uma ciência social anterior ao surgimento dos cursos de graduação na década de 1930; posteriormente com Sérgio Buarque de Holanda, durante a década de criação dos cursos de ciências sociais. E finalizando com Raymundo Faoro, num momento de institucionalização das ciências Sociais e consolidação dos cursos da USP e da UFRJ. Podemos ainda pontuar que as discussões sobre desigualdade e Estado Brasileiro, apresentadas por Jessé, seria uma quarta fase da discussão do Patrimonialismo. Ou seja, há uma sequência de apresentação do assunto, e esta ordem é baseada na produção sociológica brasileira. Essas questões se perdem um pouco no livro *Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas* (2020).

É importante pontuar que mesmo com essas modificações, não é possível afirmar que os autores foram mal mobilizados ou depreciados. Quando requisitados, eles estiveram

⁶¹ A redução não foi tão expressiva, porém, ainda sim é importante salientar. Quanto a mobilização dos pensadores, essa sim teve uma redução de quase cinquenta por cento.

presentes de forma quase que similar ao *Sociologia em Movimento* (2017), o sentido de utilização das obras não foi alterado. Apesar da redução nas mobilizações, ainda sim, é possível ver que os pensadores sociais brasileiros estão presentes no livro didático, demonstrando que ainda ocupam um lugar no exercício da imaginação sociológica (MAIA, 2008), e também de consistência para a discussão de problemas atuais sobre a ótica da já consolidada produção acadêmica (BASTOS, 2011).

CONCLUSÃO

A presente pesquisa buscou compreender como a reforma do ensino médio, que instituiu o “Novo Ensino Médio” (Lei 13.415/2017), impactou a produção dos livros didáticos para o este segmento da educação básica brasileira, especialmente na área de sociologia, que posteriormente seria agregada à área de ciências humanas e sociais aplicadas. Para realizar tal investigação, optamos por analisar e comparar os editais do PNLD 2018, anterior à reforma ensino médio, e o edital do PNLD 2021, posterior à reforma do ensino médio. Também foi proposta a análise dos livros didáticos produzidos por ambos os editais. Para tal, selecionamos os livros *Sociologia em Movimento* (2017), como representante do PNLD 2018, e *Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas* (2020), como representante do PNLD 2021.

Essa análise comparativa entre editais e livros serviu para que pudéssemos testar três hipóteses. A primeira versava sobre a possibilidade do edital do PNLD de 2021 cumprir um papel de “Mini manual de instruções” da implementação da reforma, haja vista a importância desta política pública para a educação (CASSIANO, 2007), e do papel do livro didático enquanto indutor de currículo (ENGERROFF, 2017). A segunda hipótese que verificamos pontuava que o “suplemento ao professor”, do livro adquirido através do edital do PNLD 2021, seguiria a mesma linha do edital, ou seja, também agiria como um “mini manual” ou como um guia de implementação do Novo Ensino Médio. A terceira hipótese que nos propusemos a verificar foi a de que o livro de ciências humanas e sociais aplicadas, ao agregar as áreas de sociologia, filosofia, história e geografia, acabaria por trabalhar a abordagem sociológica de forma diferente dos livros anteriores, podendo ou não inaugurar uma quarta geração do “livro didático de sociologia”⁶². Para tal, buscaríamos compreender as modificações entre um livro e outro.

Com o objetivo de testar a primeira hipótese, realizamos a leitura do edital do PNLD 2018 e 2021, verificando o formato do livro, as exigências a serem cumpridas pelas editoras, e os critérios eliminatórios comuns e específicos do livro de sociologia, e de ciências humanas e sociais aplicadas. Após a realização dessas leituras, chegamos à conclusão de que de fato o edital do PNLD de 2021 busca instruir o que será o Novo Ensino Médio, e como os professores devem agir para que essa política pública seja implementada e trabalhada corretamente na sala de aula. A explicação do que serão os livros sobre os projetos integradores e os projetos de vida, sobre a interdisciplinaridade proposta nos livros de ciências humanas e sociais aplicadas, e

⁶² Coloco esse termo entre aspas pelo fato do livro não ser mais disciplinar.

especialmente, sobre as novidades trazidas por este novo formato de disciplinas, conforme observamos no Anexo III do edital de 2021 (BRASIL, 2019), apontam para a direção de que o professor precisa estar mobilizado para o Novo Ensino Médio. A sugestão de livros direcionados aos profissionais da educação, também segue esta mesma linha.

Para a verificação da segunda hipótese, nos debruçamos sobre o “Suplemento ao Professor” presente em cada edital. O roteiro de escrita presente no livro do PNLD 2018 inicia abordando a história da sociologia até a sua obrigatoriedade no ensino médio através da lei 11.684/2008, e expõe as expectativas para esta disciplina, entre elas a principal é a “alfabetização científica”. O suplemento é concluído com as justificativas para a existência de cada capítulo, bem como duas sugestões para a apresentação deles em sala de aula.

O “Suplemento ao Professor” presente no livro do PNLD 2021 adota um caminho diferente. Ele não se atenta a explicar a tradição e consolidação de nenhuma das quatro disciplinas que ele abarca. Seu foco é explicar as mudanças que ocorrerão no ensino médio e como o livro deve trabalhar em favor dessa mudança. Inicialmente, ele aponta problemas presentes neste segmento da educação básica, tal como o baixo desempenho dos alunos em testes padronizados, a exemplo do SAEB e do PISA. Após essas questões, o suplemento dedica-se a explicar o que será e o que é a BNCC, como ela está presente no livro e foi utilizada para a sua construção, e, também, dedica-se a explicar o que é o Novo Ensino Médio e as mudanças trazidas por ele, concluindo que tais inovações serão capazes de resolver os problemas apontados. Após esta exposição, ele sugere possibilidades de organização curricular e de horários para o ensino médio, as principais competências que os profissionais da educação deverão trabalhar com os alunos e conclui com as justificativas para a existência de cada capítulo.

Diante dessa organização, exposta no capítulo 3 desta dissertação, é possível concluir que o “Suplemento ao Professor” segue a mesma linha do edital, ou seja, funciona como um guia para a implementação do Novo Ensino Médio. É importante ainda pontuarmos duas questões. A primeira é que ambos os documentos, o edital e o “Suplemento ao Professor”, fogem das suas funções básicas. O edital do PNLD de 2018 tem a função de estabelecer normas, regras, e exigências para a aquisição dos livros, o suplemento ao professor do livro *Sociologia em Movimento* (2017) tem a função de solucionar dúvidas e questões que os professores possam vir a ter na utilização do livro em sala de aula. Porém, o que vimos é que para além dessas funções, o edital do PNLD de 2021 se dedica incansavelmente a apresentar o Novo Ensino Médio e a explicar o que se espera dele, enquanto o suplemento ao professor do livro *Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas* (2020) segue o mesmo caminho.

A segunda questão que devemos considerar está relacionada à nossa terceira hipótese. No “Suplemento ao Professor” do livro do PNLD de 2018 vemos que o objetivo da sociologia é proporcionar a alfabetização científica dos alunos, em especial, pelo fato de que normalmente os estudantes não estabelecem contato com a sociologia no ensino fundamental. Para atingir tal objetivo, o livro e o professor em sala de aula devem trabalhar com conceitos como “desnaturalização” e “estranhamento”, é preciso que o livro faça essa reflexão para que o estudante possa compreender a construção social da sociedade. Para melhor ilustrar essa questão, podemos refletir sobre a heteronormatividade nas sociedades ocidentais.

O edital do PNLD 2018 propõe que uma das exigências do livro é o combate à homofobia, sendo assim, para o aluno compreender o porquê deve-se combater a violência contra homossexuais, ele primeiramente precisa desnaturalizar a ideia de que o “natural” é ser heterossexual, e de que tudo fora disso é estranho e errado. O docente trabalha a ideia de que as orientações sexuais são construções sociais, de como elas eram vistas na antiguidade e vão se desdobrando na contemporaneidade, trabalha comparando o Brasil com outros países e expõe como é a aceitação dessas questões em outras nações. Por fim, exemplifica como a homofobia é prejudicial para a vida de quem a sofre, pontuando que o Brasil tem altos índices de violência contra homossexuais. Esse percurso da desnaturalização é uma prática comum para a maioria dos temas abordados em sala de aula. Entretanto, ela se perde no PNLD 2021.

Ao observar o “Suplemento ao Professor” do livro *Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*, observamos que a alfabetização científica, a desnaturalização e o estranhamento cedem lugar para a resolução de problemas práticos cotidianos da vida do estudante. Ou seja, a função da sociologia é ser um estoque de conhecimento que o aluno pode acessar a qualquer momento para resolver problemas cotidianos dele. Esse deslocamento no sentido da disciplina gera alguns problemas. O primeiro deles é que a sociologia é uma disciplina que exige reflexão, e esta prática não necessariamente implicará na resolução de algum problema prático. A reflexão sobre o problema do transporte urbano nas metrópoles brasileiras, não implica em uma atitude individual para a resolução dessa questão. Outra grande questão a ser levantada é que se a sociologia deve ser utilizada para resolver problemas práticos do aluno, como fica a questão de problemas sociais, e sociológicos, quando estes não atingem a realidade do aluno em questão, e conseqüentemente não são problemas práticos para o mesmo? O aluno heterossexual que não tem amigos homossexuais, não tem, a priori, um problema prático com essa questão, logo, ele não precisa acessar este estoque de conhecimento para resolver nenhum problema que o aflige. Isso impede que o aluno expanda seu

conhecimento para questões além dele, para problemas sociais e coletivos. A nova proposta da sociologia é pautada no individualismo, se formos abordar por esta ótica.

A respeito da terceira hipótese podemos colocar que apesar do livro trazer algumas modificações, como redução do número de páginas para a explicação sociológica, redução do número de fotografias dos autores, extinção dos boxes com curiosidades e obras dos autores, não podemos afirmar com absoluta certeza de que a abordagem sociológica se deu de forma diferente. É uma questão que carece de maiores investigações. Observamos no capítulo referente ao “Trabalho” que a sequência de apresentação do livro oriundo do PNL D 2021 é absolutamente a mesma do livro *Sociologia em Movimento* (2017) (PNLD 2018). Podemos pontuar que houve redução no número de páginas, o que fez com que exemplos e explicações também fossem reduzidos, porém, nada que comprometesse o entendimento sobre o capítulo, ao menos de uma forma geral, contudo, se pensarmos na necessidade da alfabetização científica, é algo que deve ser revisto e analisado cuidadosamente, uma vez que o aluno ao não ter contato com a disciplina no ensino fundamental necessitaria de mais exemplos para a compreensão no ensino médio. Uma das poucas diferenças que o novo livro trouxe foi excluir uma página inteira com o texto sobre as terceirizações, abordado pelo sociólogo Ricardo Antunes. Entendemos essa retirada como uma perda para o estudante, uma vez que o impede de ter contato com a produção brasileira e com problemas próximos da sua realidade, porém, ainda assim isso não é o suficiente para que possamos afirmar que há uma diferença significativa entre o *Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas* e o *Sociologia em Movimento*.

Ao analisarmos a apropriação dos pensadores políticos e sociais brasileiros, podemos observar maiores mudanças. Eles deixam de ser mobilizados em diversos momentos no livro referente ao PNL D 2021, em especial quando comparamos com o livro anterior. A nova obra debate temas caros aos pensadores do século passado, e que ainda hoje são presentes na realidade brasileira, sem que os apresente. O exemplo da exclusão de Victor Nunes Leal das discussões sobre coronelismo, e a não abordagem de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, e Raymundo Faoro nas discussões sobre o Patrimonialismo também são exemplos dessa perda de aproximação das discussões gerais com a sociologia brasileira. Entendemos esse movimento como mais uma etapa do afastamento da sociologia para com os alunos. Porém, compreendemos também que isso faz parte de um movimento exigido no livro, que se afasta da alfabetização científica, e resume as ciências sociais ao estoque de conhecimento para uso prático cotidiano. Apresentar o coronelismo e o voto de cabresto faz com que os alunos entendam alguns momentos da realidade política brasileira atual, porém, os afasta da reflexão sobre esse problema como uma questão crônica que permeia o Brasil há pelo menos cem anos.

Outra questão que cabe observação, mesmo não sendo o foco dessa dissertação, é a mudança na abordagem sobre as discussões de gênero. O livro *Sociologia em Movimento* (2017) dedica um capítulo inteiro, “Gênero, sexualidade e identidades”, para essas discussões, além de abordar de forma diluída ao longo do livro. O livro *Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas* (2020) retira o capítulo sobre gênero, optando por trabalhar com essas discussões somente de forma diluída.

Em suma, com esta dissertação podemos refletir que o edital do PNLD 2021 funciona como um guia de instruções para a implementação do novo ensino médio. Também podemos, cuidadosamente, afirmar que o “Suplemento ao Professor” do livro adquirido por este edital, ao menos no exemplo do livro “*Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas* (2020), também investe na mesma linha de servir como guia de instruções. É interessante pontuar que esta pesquisa pode servir de estímulo a outras, como a análise geral do “Suplemento ao Professor” de todos os livros adquiridos por este PNLD 2021, com o objetivo de analisar se esse padrão de guia de instruções se repete nas demais obras. Quanto a análise do livro didático, ela demonstrou-se ambígua: também carece de maiores investigações observando mais obras adquiridas por este edital do PNLD 2021. Essa ambiguidade não nos permite afirmar se esses novos livros podem ser considerados a quarta geração dos livros didáticos de sociologia. A sensação inicial é a de que o *Moderna plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas* (2020) é uma cópia, com recortes específicos, do livro *Sociologia em Movimento* (2017).

Podemos pontuar que esta investigação se insere no conjunto de análises sobre a aplicabilidade de uma política pública, em compreender como a legislação toma “forma e vida” após a sua aprovação, compreender como um conjunto de normas e regras ganha aplicabilidade prática na vida dos educandos. O esforço realizado nesta dissertação está ligado aos estudos sobre ensino de sociologia, e principalmente, ao futuro da disciplina no Novo Ensino Médio. Por fim, podemos alocar esta pesquisa em um interesse maior, que poderá ser desenvolvido em investigações futuras: compreender como a sociologia se apresenta para as pessoas que tem contato com ela. Esta curiosidade científica não fica restrita à educação básica, instigando análises voltadas para o ensino superior.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Tamara Cardoso. Reforma do ensino médio: Desobrigação do Estado? Olhares: **Revista do Departamento de Educação da Unifesp**, v. 6, n. 1, p. 130-145, 2018.

AZEVEDO, Gustavo Cravo de. **Sociologia no ensino médio: uma trajetória político institucional (1982-2008)**. Niterói, 2014. 222 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal Fluminense, 2014.

BASTOS, Elide Rugai. Atualidade do Pensamento Social Brasileiro. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 51-70, ago. 2011 .

BERNSTEIN, Basil. A pedagogização do conhecimento: estudos sobre recontextualização. **Cadernos de Pesquisa**, n. 120, p. 75-110, novembro/ 2003.

BLANCO, Felipe Souza. O futuro dos livros didáticos de sociologia frente aos (des)caminhos das políticas educacionais recentes. In: 7º Encontro Nacional de Ensino de Sociologia na Educação Básica, 2021, Belém. **Anais do ENESEB**. Campina Grande: Realize Editora, 2021.

BRASIL. **Base Curricular Nacional do Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. **Edital De Convocação 04/2015 – CGPLI**. Edital de Convocação para o Processo de Inscrição e Avaliação de Obras Didáticas para o Programa Nacional Do Livro Didático PNLD 2018. Brasília, Ministério da Educação, 2015.

BRASIL. **Edital de convocação 03/2019 – CGPLI**. Edital de Convocação para o Processo de Inscrição e Avaliação de Obras Didáticas, Literárias e Recursos Digitais para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático PNLD 2021. Brasília: Ministério da Educação, 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 24 jan. 2021.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Área Ciências humanas e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica / SEMTEC, 1999.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 11.684/08, de junho de 2008**. Estabelece a obrigatoriedade das disciplinas Filosofia e Sociologia nos três anos do ensino médio em todo o território nacional. Brasília: MEC: 2008.

BRASIL. Presidência da República. **Lei no 13.415, de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [...] Brasília, 2017.

BRASIL JR., Antonio; JACKSON, Luiz Carlos; PAIVA, Marcelo. O pequeno grande mundo do Pensamento Social no Brasil. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em ciências sociais - BIB**, v. 91, p. 1-38, 2020.

BODART, Cristiano das Neves.; CIGALES, Marcelo. Ensino de Sociologia no Brasil (1993-2015): Um Estado da Arte na Pós-Graduação. **Revista de Ciências Sociais (UFC)**, v. 48, p. 256-281, 2017.

BOTELHO, A. Passado e futuro das interpretações do país. **Tempo Social**. São Paulo, [S. l.], v. 22, n. 1, 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique. Livros que inventaram o Brasil. **Novos Estudos**. São Paulo, v.3, n. 37, 1993.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007)**. 2007. 252 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

CASTRO, Caroline Souza. O gênero como conteúdo escolar da Sociologia: uma análise dos livros didáticos de Sociologia do PNLD 2018. **Perspectiva Sociológica: A Revista de Professores de Sociologia**. Rio de Janeiro, n. 24, 2019.

CIGALES, Marcelo. O Ensino da Sociologia no Brasil: Perspectiva de análise a partir da História das Disciplinas Escolares. Dossiê Ensino de Sociologia. **Revista Café com Sociologia**, Rio de Janeiro, v. 3, 2014.

CIGALES, Marcelo; MEUCCI, Simone. História, políticas educacionais e desafios para o ensino de sociologia no Brasil: entrevista com Simone Meucci. **Revista Em Tese**, Florianópolis, v. 12, 2015.

CORTI, Ana Paula. Política e significantes vazios: uma análise da Reforma do Ensino Médio de 2017. **Educação em Revista**, v. 35, 2019.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino médio: atalho para o passado. **Educação & Sociedade**, Brasília, v. 38, 2017.

DESTERRO, Fábio Braga do. **Sobre livros didáticos de sociologia para o ensino médio**. Rio de Janeiro, 2016. 270 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

DOS SANTOS, Vanice da Silva Pereira. **A Construção do currículo mínimo de sociologia no estado do Rio de Janeiro**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins fontes, 1977.

ENGERROFF, Ana Martina Baron. **A sociologia no ensino médio: a produção de sentidos para a disciplina através dos livros didáticos**. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociologia

Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2017.

ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira; ESQUINSANI, Valdocir Antonio. A reforma do ensino médio como mecanismo de intensificação do dualismo escolar. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 12, 2019.

GALLIAN, Cláudia Valentina Assumpção. **A recontextualização do conhecimento científico: os desafios da constituição do conhecimento escolar**. 2009. Tese (Doutorado em Educação: História Política e Sociedade) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-graduação em Educação: História Política e Sociedade, São Paulo, 2009.

HERNANDES, Paulo Romualdo. A Lei no 13.415 e as alterações na carga horária e no currículo do Ensino Médio. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 28, p. 579-598, 2020.

HERNANDES, Paulo Romualdo. A reforma do Ensino Médio e a produção de desigualdades na educação escolar. **Educação**, n. 44, 2019.

KOEPSEL et al. A tríade da reforma do ensino médio brasileiro: Lei nº 13.415/2017, BNCC e DCNEM. **Educação em Revista**, v. 36, 2020.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. Editora Companhia das Letras, 2012.

LIMA, Evelyn Sousa; MONTEIRO, Gabriel Gonzaga; FARAH NETO, Miguel. Considerações sobre a Reforma: de onde vem e para onde vai o Novo Ensino Médio? In: Diógenes Pinheiro; Eliane Ribeiro; Regina Novaes; Miguel Farah Neto.. (Org.). **Reforma do Ensino Médio: Contexto, Controvérsias e Cenários**. 1ed. Rio de Janeiro: Editora UNIRIO, 2020, v. 1, p. 91-122.

LIMA, Vinícius Carvalho. Os Movimentos Sociais no Livro Didático de Sociologia: Ensinar sobre a luta ou ensinar a lutar? **Perspectiva Sociológica: A Revista de Professores de Sociologia**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 3-21, 2014.

LIMOEIRO, Beatrice Cavalcante. Gênero e sexualidade como temas da sociologia escolar: uma comparação entre livros didáticos (PNLD 2012 E 2015). **Perspectiva Sociológica: A Revista de Professores de Sociologia**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 53-65, 2017.

MAÇAIRA, Julia Polessa; OLIVEIRA, Danielle; LIMA, Vinícius. Sociologia na escola: A abordagem de temáticas clássicas Das ciências sociais nos livros didáticos. **Saberes em Perspectiva**, v. 4, n. 8, 2014.

MAÇAIRA, Julia Polessa. **O ensino de sociologia e ciências sociais no Brasil e na França: recontextualização pedagógica nos livros didáticos**. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Rio de Janeiro, 2017.

MAÇAIRA, Julia Polessa. As três gerações de livros didáticos de Sociologia no Brasil (1920-2016). **Em Aberto**, v. 34, n. 111, 2021.

MAGALHÃES, Alexander Soares. A Ciência Política na escola básica: uma breve reflexão acerca de seus conteúdos e habilidades no Ensino Médio. In: BODART, Cristiano das Neves. (Org.). **Sociologia escolar: ensino, discussões e experiências**. 1ªed.Porto Alegre: CirKula, 2018, p. 39-59.

MAIA, João Marcelo Ehlert. **A terra como invenção: o espaço no Pensamento Social Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

MEUCCI, Simone. **A Institucionalização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos**. Campinas, 2000. 158 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, 2000.

MEUCCI, Simone. Notas sobre o Pensamento Social Brasileiro nos livros didáticos de sociologia. **Revista Brasileira de Sociologia-RBS**, v. 2, n. 3, p. 209-232, 2014.

MEUCCI, Simone; BEZERRA, Rafael Ginane. Sociologia e educação básica: hipóteses sobre a dinâmica de produção de currículo. **Revista de Ciências Sociais (RCS)**, v. 45 n. 1, 2014.

MEUCCI, Simone. Sociologia na Educação Básica no Brasil: um balanço da experiência remota e recente. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, v. 51, p. 251-260, 2015.

MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida Provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). **Educação & Sociedade**, v. 38, p. 355-372, 2017.

MORAES, Amaury. Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade. **Cadernos CEDES**, v. 31, nº 85, p. 359-382, 2011.

NETO, Manoel Moreira de Sousa. Livros didáticos entre o estado e a ciência: uma análise do PNLD Sociologia 2012-2018. 2021. Tese (Doutorado em Sociologia)- Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Curitiba, 2021.

NOBRE, Eliacy dos Santos Saboya. **Ideologia, Trabalho e Educação: uma análise dos livros didáticos da Educação de Jovens e Adultos (EJA)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira)- Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2009.

OLIVEIRA, Amurabi. Apresentação: Ensino de Sociologia: novas temáticas e experiências internacionais. **Educ. Real.**, Porto Alegre , v. 39, n. 1, p. 11-16, Mar. 2014.

OLIVEIRA, Amurabi. Revisitando a História do Ensino de Sociologia na Educação Básica. **Acta Scientiarum. Education, Maringá**, Universidade Estadual de Maringá, v. 35, n 2, p. 179-189, 2013.

PONTES, Diego. Páginas Contingentes: gênero e sexualidade no livro didático sociologia hoje. **Perspectiva Sociológica: A Revista de Professores de Sociologia**, n. 19, p. 23-43, 2017.

RAMOS, Flávia Regina Oliveira; HEINSFELD, Bruna Damiana de Sá Solón. Reforma do ensino médio de 2017 (Lei nº 13.415/2017): um estímulo à visão utilitarista do conhecimento. In: Congresso Nacional de Educação. **Anais [...]** 2017. p. 18284-18300.

RAMOS, Marise Nogueira; FRIGOTTO, Gaudêncio. Medida Provisória 746/2016: a contra-reforma do ensino médio do golpe de estado de 31 de agosto de 2016. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 16, n. 70, p. 30-48, 2016.

SARANDY, F. O ensino de sociologia na escola média brasileira: as lutas políticas em torno de sua obrigatoriedade e as apropriações simbólicas da disciplina. In: Sociedade Brasileira de Sociologia, **Anais [...]** Curitiba, 2011.

SILVA, Ileizi F.; NETO, Henrique. O processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil e a Sociologia (2014 a 2018). **Revista Espaço do Currículo**, v. 13, n. 2, p. 262-283, 2020.

SILVA, Monica Ribeiro; SCHEIBE, Leda. Reforma do ensino médio: pragmatismo e lógica mercantil. **Retratos da Escola**, v. 11, n. 20, p. 19-31, 2017.

SOUZA, Agnes Cruz de. **A Sociologia escolar: imbricações e recontextualizações curriculares para a disciplina**. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Araraquara, 2017.

SÜSSEKIND, Maria Luiza. A BNCC e o “novo” Ensino Médio: reformas arrogantes, indolentes e malévolas. **Retratos da escola**, v. 13, n. 25, p. 91-107, 2019.

WEBER, Max. **Ética protestante**. NoBooks Editorial, 2005.

Livros didáticos:

VÁRIOS AUTORES. **Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**. 1ed. São Paulo: Moderna, 2020.

VÁRIOS AUTORES. **Sociologia em movimento**. 2ª.ed. São Paulo: Moderna, 2017.